

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**  
**SECRETARIA-EXECUTIVA**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

**Brasília - 2015**

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**  
**SECRETARIA-EXECUTIVA**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63, de 2010, da DN TCU nº 134, de 2013, alterada pela DN TCU nº 139, de 2014, e da Portaria TCU nº 90, de 2014, e, ainda, com as orientações da Portaria CGU nº 522, de 2015.

**Brasília - 2015**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA SPOA .....	11
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	11
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade .....	12
1.3 Organograma Funcional .....	13
1.4 Macroprocessos .....	15
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA .....	18
2.1 Estrutura de Governança .....	18
2.3 Sistema de Correição.....	18
2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	19
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	20
5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	21
5.1 Planejamento da Unidade.....	21
5.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados.....	23
5.3 Informações Sobre Outros Resultados da Gestão .....	31
5.3.1 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS – CGRL.....	31
5.3.2 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH .....	32
5.3.3 COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGTI.....	41
5.3.4 COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – CGOF.....	46
5.3.5 COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS – CGCC.....	49
5.3.6 COORDENAÇÃO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – CMA.....	67
5.4 Informações sobre Indicadores de Desempenho Operacional da SPOA.....	69
5.5 Informações sobre Custos de Produtos e Serviços .....	75
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	76
6.1 Programação e Execução das Despesas .....	76
6.1.1 Programação das Despesas .....	76
6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	77
6.1.3 Realização da Despesa .....	79
6.2 Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda .....	85
6.4 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores .....	85
6.5 Transferências de Recursos .....	87
6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício .....	87
6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios .....	88
6.6 Suprimento de Fundos.....	89
6.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos.....	89
6.6.2 Utilização de Suprimento de Fundos .....	90
6.6.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos .....	90
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS ...	91
7.1 Estrutura de Pessoal da Unidade .....	91
7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada .....	91

7.1.2	Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho .....	93
7.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	97
7.1.4	Irregularidades na Área de Pessoal .....	99
7.1.5	Riscos Identificados na Gestão de Pessoas .....	99
7.1.6	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos .....	99
7.2	Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários .....	100
7.2.1	Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância .....	100
7.2.2	Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão .....	101
7.2.4	Contratação de Estagiários.....	102
7.3	Informações sobre a Revisão de Contratos Vigentes nos Termos do art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e do art. 2º do Decreto nº 7.828/2012.....	103
8.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	103
8.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros .....	103
8.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário .....	105
8.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial .....	105
8.2.2	Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional .....	106
9.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	112
9.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	112
10.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL ...	115
10.1	Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	115
11.	ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....	116
11.1	Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU.....	116
11.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício .....	116
11.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI) .....	121
11.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício .....	121
11.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	128
11.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93 .....	128
11.3.2	Situação do Cumprimento das Obrigações .....	129
11.4	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário .....	129
11.5	Alimentação SIASG e SICONV .....	129
12.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	130
12.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público .....	130
12.2	Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas.....	130
12.3	Conformidade Contábil .....	132
12.4	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis .....	132
12.4.1	Declaração Plena.....	132
12.4.2	Declaração com Ressalva.....	133
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual (Quadro A.1.1.1) .....	11
Quadro 2 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas (Quadro A.1.3) .....	14
Quadro 3 – Macroprocessos (Quadro A.1.4).....	15
Quadro 4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ (Quadro A.2.4) .....	19
Quadro 5 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS (Quadro A.5.2.3.1).....	23
Quadro 6 – Indicadores de Desempenho (Quadro A.5.4) .....	69
Quadro 7 – Programação de Despesas (Quadro A.6.1.1).....	76
Quadro 8 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa (Quadro A.6.1.2.1) .....	77
Quadro 9 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa (Quadro A.6.1.2.2).....	78
Quadro 10 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total (Quadro A.6.1.3.1) ..	79
Quadro 11 – Despesas Executadas Diretamente pela UJ, por Modalidade de Contratação – Créditos Originários (Quadro A.6.1.3.2).....	80
Quadro 12 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total (Quadro A.6.1.3.3).....	81
Quadro 13 – Despesas Executadas Diretamente pela UJ – Créditos Originários (Quadro A.6.1.3.4) .....	82
Quadro 14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação (Quadro A.6.1.3.5) ....	83
Quadro 15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação (Quadro A.6.1.3.6) 84	
Quadro 16 – Despesas com Publicidade (Quadro A.6.2).....	85
Quadro 17 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores (Quadro A.6.4).....	85
Quadro 18 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência (Quadro A.6.5.1).....	87
Quadro 19 - Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios (Quadro A.6.5.2) .	88
Quadro 20 – Concessão de Suprimento de Fundos (Quadro A.6.6.1).....	89
Quadro 21 – Utilização de Suprimento de Fundos (Quadro A.6.6.2) .....	90
Quadro 22 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência (Quadro A.6.6.3) .....	90
Quadro 23 – Força de Trabalho do MME – Situação Apurada em 31/12 (Quadro A.7.1.1.1) .....	91
Quadro 24 – Distribuição da Lotação Efetiva do MME – Situação em 31/12 (Quadro A.7.1.1.2).....	92
Quadro 25 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do MME - Situação em 31/12 (Quadro A.7.1.1.3).....	92
Quadro 26 – Custos do Pessoal (Quadro A.7.1.3).....	97
Quadro 27 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva (Quadro A.7.2.1) .....	100
Quadro 28 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra (Quadro A.7.2.2) .....	101
Quadro 29 – Composição do Quadro de Estagiários (Quadro A.7.2.4) .....	102
Quadro 30 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União (Quadro A.8.2.1) .....	105
Quadro 31 – Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional (Quadro A.8.2.2.1) .....	106
Quadro 32 – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ (Quadro A.8.2.2.2) .....	107
Quadro 33 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014 (Quadro A.9.1).....	114

Quadro 34 – Aspectos da Gestão Ambiental (Quadro A.10.1) .....	115
Quadro 35 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício (Quadro A.11.1.1).....	116
Quadro 36 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno (Quadro A.11.2.1) .....	121
Quadro 37 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR (Quadro A.11.3).....	128
Quadro 38 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014 (Quadro A.11.4).....	129
Quadro 39 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV (Quadro A.11.5) .....	129
Quadro 40 – Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis (Quadro A.12.4.1).....	132
Quadro 41 – Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis (Quadro A.12.4.2).....	133

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro Geral de Pessoal .....	33
Tabela 2 – Pessoal em Exercício nas Áreas Finalísticas e de Suporte do MME.....	34
Tabela 3 – Retorno Anistiado – Lei nº 8.878/94 .....	34
Tabela 4 – Exercício de Analistas de Infraestrutura.....	34
Tabela 5 – Vagas e Cargos .....	35
Tabela 6 – Situação Final do Recadastramento de Aposentados e Pensionistas.....	35
Tabela 7 – Plano de Saúde GEAP .....	36
Tabela 8 – Plano de Saúde Aliança .....	36
Tabela 9 – Outros Planos de Saúde .....	37
Tabela 10 – Áreas de Assistência à Saúde .....	37
Tabela 11 – Campanha de Vacinação Contra Gripe no MME .....	38
Tabela 12 – Exames e Indicação .....	39
Tabela 13 – Distribuição Lotação Efetiva do MME .....	40
Tabela 14 – Distribuição Lotação Efetiva da Secretaria Executiva .....	40
Tabela 15 – Distribuição Lotação Efetiva da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração ..	40
Tabela 16 – Demonstrativo Detalhado dos Processos de Licitação por Modalidade no Exercício de 2014....	52
Tabela 17 – Pregões Eletrônicos Realizados em 2014 .....	53
Tabela 18 – Dispensas de Licitações Realizadas em 2014.....	62
Tabela 19 – Adesões a Registros de Preços Realizados em 2014 .....	65
Tabela 20 – Pregão Eletrônico, Dispensa de Licitação e Adesão a Registros de Preços Realizados em 2014.....	66
Tabela 21 – Compras Públicas Sustentáveis .....	67
Tabela 22 – Ações de Treinamento .....	93
Tabela 23 – Termos de Cooperação e Parcerias .....	94
Tabela 24 – Sistemas Computacionais Utilizados no MME .....	112

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGU – Advocacia Geral da União  
ANA – Agência Nacional de Águas  
ANAFAS – Programa de Análise de Faltas Simultâneas  
ANAREDE – Programa de Análise de Redes Elétricas  
ANATEM - Programa de Análise de Transitórios Eletromecânicos  
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica  
ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  
ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar  
CAC – Coordenação de Administração de Contratos  
CAEEB – Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras  
CEB – Companhia Energética de Brasília  
CAPES – Coordenação de Administração de Pessoal  
CEPEL – Centro de Pesquisa de Energia Elétrica  
CGCC – Coordenação-Geral de Compras e Contratos  
CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças  
CGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos  
CGRL – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos  
CGTI – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação  
CGU – Controladoria Geral da União  
CLC – Coordenação de Licitação e Compras  
CMA – Coordenação de Modernização Administrativa  
CNAE – Cadastro Nacional de Atividades Econômicas  
COAF – Coordenação de Administração Financeira  
COAGE – Coordenação de Atividades Gerais  
CODES – Coordenação de Desenvolvimento e Seguridade Social  
CONT – Coordenação de Contabilidade  
CORC – Coordenação de Orçamento  
CPRM – Serviço Geológico do Brasil  
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional  
DIAP – Divisão de Administração Predial  
DIAT – Divisão de Administração de Transporte  
DIOBE – Divisão de Obras e Serviços de Engenharia  
DIOF – Divisão de Execução Orçamentária e Financeira  
DISEG – Divisão de Segurança  
DGDIB – Divisão de Gestão de Documentos e Informação Bibliográfica  
DN – Decisão Normativa  
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral  
ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil  
ELETRONUCLEAR – Eletrobrás Termonuclear S.A.  
FLUPOT – Programa de Fluxo de Potência Ótimo (FPO)  
GEAP – Fundação de Seguridade Social  
GM – Gabinete do Ministro  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MAS – Média de Afastamento por Servidor  
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
META – Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral  
MF – Ministério da Fazenda  
MME – Ministério de Minas e Energia

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
OCI – Órgão de Controle Interno  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PAD – Processo Administrativo Disciplinar  
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo  
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual  
PODE – Plano de Orientação e Desenvolvimento de Estagiários  
SEE – Secretaria de Energia Elétrica  
SEGEP – Secretaria de Gestão Pública  
SFC – Secretaria Federal de Controle  
SGM – Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
SIASG – Sistema Integrado de Serviços Gerais  
SICAF – Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores  
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse  
SIDERBRÁS – Siderurgia Brasileira  
SIORG – Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal  
SIPEC – Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal  
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação  
SOF – Secretaria de Orçamento Federal  
SPE – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético  
SPG – Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis  
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
STN – Secretaria do Tesouro Nacional  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TESA – Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento  
UG – Unidade Gestora  
UGO – Unidade Gestão Orçamentária  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UO – Unidade Orçamentária  
USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.



## INTRODUÇÃO

O presente Relatório compreende os atos de gestão praticados pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia, no exercício de 2014, por meio de ações e projetos na sua área de competência, que traduzem os resultados alcançados.

O documento foi elaborado em conformidade com a Decisão Normativa TCU nº 134, de 4 de dezembro de 2013, alterada pela DN TCU nº 139, de 24 de setembro de 2014, e pela DN TCU nº 143, de 18 de março de 2015, bem como a Portaria TCU nº 90, de 2 de maio de 2014, observadas as orientações da Portaria CGU nº 522, de 4 de março de 2015.

A estrutura do relatório segue a organização do conteúdo da Parte “A” do Anexo II à DN TCU nº 134, de 2014, consideradas as peculiaridades desta Subsecretaria.

Nesse contexto, cabe ressaltar alguns itens que tratam de assuntos específicos a cargo da Subsecretaria, quais sejam:

- Item 5 (subitem 5.2.3.1 - Ações de Responsabilidade da UJ - OFSS), que abrange os resultados do “Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia” (código 2119), no que concerne à administração da unidade e ao pagamento de benefícios e previdência do quadro de pessoal do MME. Essas ações estão vinculadas às respectivas Coordenações-Gerais da SPOA encarregadas da condução de atividades/projetos de ações específicas;
- Item 7, Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão-de-Obra e Custos Relacionados - que compreende as informações do quadro dos recursos humanos do Ministério de Minas e Energia, gerenciado pela SPOA, na qualidade de órgão setorial do Sistema de Pessoal da Administração Federal (SIPEC);
- Item 8, Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário - que abrange a gestão da frota de veículos e do patrimônio imobiliário do Ministério;
- Item 12, Informações Contábeis - no qual estão inseridas as informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

Assim, além de permitir a avaliação do cumprimento das competências regimentais atribuídas à Subsecretaria, o documento confere transparência aos resultados da aplicação dos recursos.

Os itens dos normativos: Anexo II à DN TCU nº 134, de 2013, e subitens especificados nas orientações do Anexo Único da Portaria-TCU nº 90, de 2014, que não se aplicam à natureza desta Unidade Jurisdicionada (UJ) ou não ocorreram no período, estão relacionados e justificados na sequência.

### Parte A – Conteúdo Geral

<b>Item/Subitem e Informação Complementar</b>	
Não se aplicam à Unidade Jurisdicionada	2.2 - Atuação da Unidade de Auditoria Interna.
	2.5 - Remuneração paga a Administradores.
	4 - Ambiente de Atuação.
	5.2.1 - Programa Temático; 5.2.2 - Objetivos. <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A UJ-SPOA não é responsável por programas temáticos.</li> </ul>
	5.2.3.2 - Ações/Subtítulos – OFSS; 5.2.3.3 - Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS; 5.2.3.4. Ações - Orçamento de Investimento – OI.
	6.3 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos. <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não houve no exercício de 2014 reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.</li> </ul>
	6.5.3 - Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse; 6.5.4 - Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.
	6.7 - Renúncias sob a Gestão da UJ. <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Esta Unidade Jurisdicionada trata tão somente de matéria do Orçamento Fiscal e de Seguridade Social.</li> </ul>
	6.8 - Gestão de Precatórios.
	7.1.4.2 - Terceirização Irregular de Cargos.
	8.2.3 - Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.
	8.3 - Bens Imóveis Locados de Terceiros.
	12.5 - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.
	12.6 - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976; 12.7 - Composição Acionária das Empresas Estatais; 12.8 - Relatório de Auditoria Independente.
	13 - Outras Informações sobre a Gestão. <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não há conteúdo a ser informado neste item.</li> </ul>
11.1.2 - Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.	
11.2.2 - Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício. <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Todas as deliberações exaradas do TCU para a UJ/SPOA foram integralmente atendidas dentro do exercício.</li> <li>▪ Da mesma forma, não há registros de pendência no atendimento às recomendações do Órgão de Controle Interno.</li> </ul>	

## 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA SPOA

## 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

*Quadro 1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual  
(Quadro A.1.1.1)*

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério de Minas e Energia			<b>Código SIORG:</b> 2852
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa:</b> Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração			
<b>Denominação Abreviada:</b> SPOA			
<b>Código SIORG:</b> 8932	<b>Código LOA:</b> 32101	<b>Código SIAFI:</b> 320002	
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público (Administração Direta do Poder Executivo Federal)			<b>CNPJ:</b> 37.115.383/0004-04
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em Geral			<b>Código CNAE:</b> 8.411-6
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(061) 2032-5646	(061) 2032-5101	(061) 2032-5678 (fax)
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:spoa@mme.gov.br">spoa@mme.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.mme.gov.br">http://www.mme.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, Brasília-DF, CEP 70065-900			
<b>Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e suas alterações: dispõe sobre organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.</li> <li>➤ Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012: aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério de Minas e Energia (publicado no DOU-1, de 13/9/2012).</li> </ul>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Portaria nº 89, de 27 de fevereiro de 2014: aprova o Regimento Interno da Secretaria-Executiva (publicada no DOU-1 de 28/2/2014).</li> </ul>			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os produtos e serviços da SPOA são executados de acordo com orientações e normas emanadas dos órgãos centrais dos Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Contabilidade, de Administração Financeira, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Administração de Recursos Humanos, de Serviços Gerais e de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG).</li> </ul>			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
320002	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF		
320004	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL		
320005	Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH		
320006	Setorial Contábil		
<b>Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
320002	00001 – Tesouro Nacional		
320004			
320005			
320006			
320016			
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
320002		00001	
<b>Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
32101	Ministério de Minas e Energia		
320002	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças		

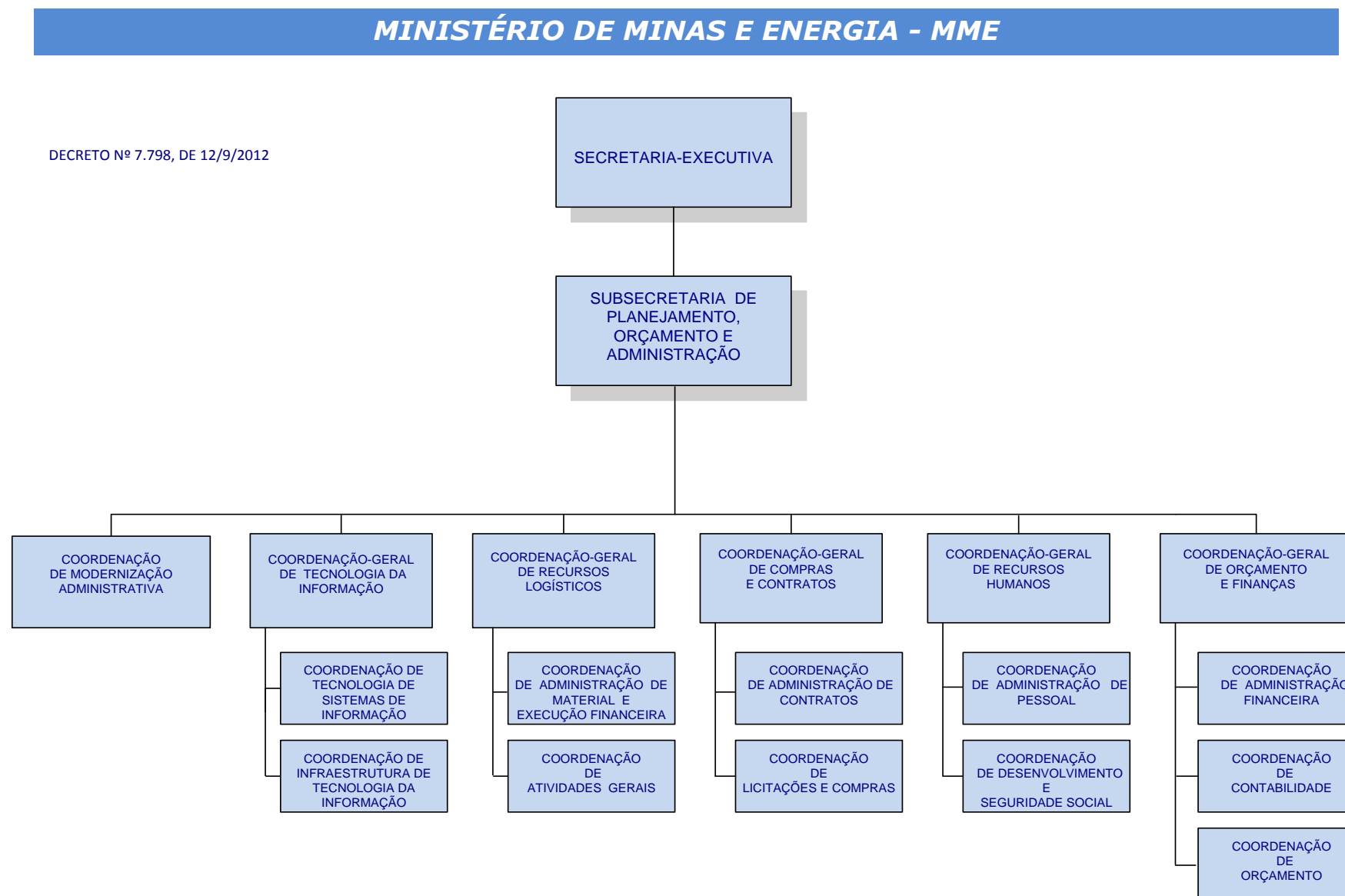
## 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, órgão integrante da estrutura da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia, de acordo com o estabelecido no Decreto nº 7.798, de 2012, tem como competência regimental:

- planejar, coordenar e monitorar a implementação das atividades relativas à organização e modernização administrativa, e as relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Contabilidade, de Administração Financeira, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Administração de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério;
- articular os sistemas referidos no item anterior com o órgão central e informar e orientar os órgãos do Ministério, sobre o cumprimento das normas administrativas estabelecidas;
- orientar e consolidar a formalização das propostas orçamentárias do Ministério e de suas entidades vinculadas, incluídos o orçamento fiscal e o da seguridade social, compatibilizando-as com os objetivos, metas e alocação de recursos, em conformidade com as diretrizes do órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;
- elaborar e consolidar os planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à apreciação superior;
- monitorar e avaliar projetos e atividades;
- desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério; e
- realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.

Como núcleo de suas atribuições regimentais, a SPOA tem como finalidade prover os órgãos do MME dos meios administrativos (recursos humanos, logísticos, orçamentários e financeiros, materiais e de tecnologia da informação) necessários à gestão de ações, projetos e programas, assegurando a manutenção e o funcionamento do Ministério, com vistas ao efetivo cumprimento da missão desta Pasta.

## 1.3 Organograma Funcional



Quadro 2 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas (Quadro A.1.3)

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
1 - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	Planejar, coordenar e monitorar a implementação das atividades relativas à organização e modernização administrativa, e as relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Contabilidade, de Administração Financeira, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Administração de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério.	Marcelo Cruz	Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração	- jan a dez/2014
1.1 - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	Planejar, coordenar, acompanhar, orientar e controlar as atividades orçamentárias e de programação financeira relativas ao Orçamento Fiscal e de Seguridade Social no Ministério.	Max Lopes Bezerra	Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças	- jan a dez/2014
1.2 - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação	Planejar, coordenar, promover e acompanhar as atividades, programas e projetos relativos à tecnologia da informação.	Sérgio Luiz Barbosa Hiram Costa Botelho (Substituto)	Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação	- jan a set/2014 - set a dez/2014 (Substituto)
1.3 - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com administração de material e patrimônio, administração e manutenção predial, obras e instalações, comunicações administrativas, documentação bibliográfica, transporte, zeladoria, telecomunicações e reprografia, bem como as inerentes à execução orçamentária e financeira dos recursos.	Andrea Cristina Andrade Santos Carvalho	Coordenador-Geral de Recursos Logísticos	- jan a dez/2014
1.4 - Coordenação-Geral de Compras e Contratos	Planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades inerentes aos processos de licitação e contrato destinados à aquisição de material e bens patrimoniais, bem como à contratação de obras e serviços.	Simone Márcia Borges	Coordenador-Geral de Compras e Contratos	- jan a dez/2014
1.5 - Coordenação-Geral de Recursos Humanos	Planejar, coordenar, acompanhar, orientar, supervisionar e avaliar as atividades pertinentes a recursos humanos, compreendidas as de administração e desenvolvimento de pessoal, de assistência médica, odontológica e psicossocial, bem como as de programação e execução orçamentária e financeira.	Carlos Eduardo Mendes Galvão	Coordenador-Geral de Recursos Humanos	- jan a dez/2014
1.6 - Coordenação de Modernização Administrativa	Promover, coordenar e orientar as atividades, programas e projetos relativos à organização e modernização administrativa do Ministério, consoante normas e orientações dos órgãos competentes.	Terezinha Aguiar Almeida	Coordenador de Modernização Administrativa	- jan a dez/2014

## 1.4 Macroprocessos

Os macroprocessos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração decorrem de sua atuação como órgão setorial dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal, quais sejam: i) de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC; ii) de Planejamento e de Orçamento Federal; iii) de Administração Financeira Federal; iv) de Contabilidade Federal; v) de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP; vi) de Serviços Gerais – SISG; vii) de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIORG; e viii) de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA. Prioritariamente, eles têm como finalidade apoiar a execução dos macroprocessos finalísticos (primários), assegurando o funcionamento dos órgãos do Ministério. Assim, os serviços prestados pela SPOA às unidades internas do MME seguem as diretivas dos órgãos centrais dos sistemas federais, que atuam, de forma transversal, nos órgãos da Administração Pública.

Mesmo sem uma matriz de processos formalmente estruturada e aprovada, o plano das ações e dos projetos da SPOA resulta da composição dos macroprocessos de suporte administrativo vinculados diretamente às suas competências regimentais. Eles agregam diversos processos de trabalho por meio dos quais esta Unidade Jurisdicionada atua, conforme abaixo demonstrado:

Quadro 3 – Macroprocessos (Quadro A.1.4)

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes/Parceiros	Subunidades Responsáveis
1) Gestão de Compras e Contratos	- A área de atuação abrange as atividades relacionadas com a aquisição e a contratação de bens e serviços, via licitação, dispensa e inexigibilidade de licitação, com a formalização e o acompanhamento de contratos ou instrumentos congêneres.	- Procedimentos Licitatórios, de Dispensa de Licitação e de Adesão a Atas de Registro de Preços; - Elaboração de Instrumentos Contratuais; - Análise de Processos de Pagamento de Contratos; - Acompanhamento da Conta Vinculada; - Cadastramento de Fornecedores no SICAF.	- Órgãos internos do MME (GM, CONJUR, Secretarias, CGRH, CGRL, CGTI etc.); - Gestores e Servidores; - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MPOG); - Fornecedores/Prestadores de Serviços.	1.1 Coordenação de Licitações e Compras (CLC); 1.2 Coordenação de Administração de Contratos (CAC).
2) Gestão de Recursos Humanos	- A área de atuação abrange as atividades inerentes às áreas de administração de pessoal, incluindo cadastro, pagamento, aposentadoria e pensão civil; de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos e de assistência à saúde.	- Plano Anual de Capacitação; - Assistência Médica e Odontológica; - Programa de Qualidade de Vida; - Cadastro de Pessoal; - Folha de Pagamento (salários de servidores); - Aposentadorias e Pensões; - Auxílios; - Ajuda de Custo; - Instrução de Processos Judiciais; - Execução Orçamentária e Financeira; - Estágio; - Acordo de Cooperação.	- Órgãos internos do MME (Secretarias, GM, CONJUR, Unidades da SPOA etc.); - Secretaria de Gestão Pública (SEGEP/MPOG); - SRTE (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego); - Órgãos Seccionais do SIPEC (DNPM, ANEEL, ANP); - Gestores e Servidores; - Cidadãos; - Universidades; - Prestadores Serviços (empresas de treinamento, de plano de saúde)	2.1 Coordenação de Desenvolvimento e Seguridade (CODES); 2.2 Coordenação de Administração de Pessoal (CAPES).

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes/Parceiros	Subunidades Responsáveis
3) Gestão de Tecnologia da Informação	- A área de atuação abrange as atividades de administração e segurança de rede, desenvolvimento e manutenção de sistemas, administração de banco de dados, atendimento aos usuários, administração de contratos de serviços terceirizados, gestão do PDTI, serviços de impressão corporativa e serviços de telecomunicações.	- Suporte Técnico aos Usuários; - Infraestrutura de Rede; - Segurança de Rede - Administração de Banco de Dados; - Segurança da Informação; - Serviços de Telecomunicações; - Desenvolvimento e (ou) Manutenção de Sistemas.	- Órgãos internos do MME (Secretarias, Unidades da SPOA, GM, CONJUR etc.); - Gestores e Servidores; - Entidades Vinculadas ao MME - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MPOG) - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (Departamento de Segurança da Informação e Comunicações); - Fornecedores/Prestadores de Serviços; - Operadoras dos serviços de Telefonia e Link com a Internet	3.1 Coordenação de Infraestrutura Tecnológica (CIET) 3.1.2 Divisão de Telefonia e Reprografia (DITR) 3.2 Coordenação de Tecnologia de Sistemas de Informação (CTSI)
4) Gestão Orçamentária e Financeira	- A área de atuação engloba as atividades relacionadas ao planejamento orçamentário e à programação financeira do OFSS, à descentralização de créditos orçamentários e de recursos financeiros para as unidades do MME e das entidades vinculadas, bem como a conformidade contábil dos registros de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.	- Consolidação das propostas Orçamentárias do MME e de suas entidades vinculadas (OFSS); - Descentralização de Créditos; - Registros Contábeis; - Balanços, demonstrações contábeis e relatórios para o processo de contas anuais.	- Órgãos internos do MME (Secretarias, Unidades da SPOA, GM, CONJUR etc.) - Gestores e Servidores; - Unidades Orçamentárias Vinculadas; - Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento (SOF/MP); - Órgão Central do Sistema de Contabilidade e do Sistema de Administração Financeira (STN/MF).	4.1 Coordenação de Administração Financeira (COAF) 4.2 Coordenação de Contabilidade (CONT) 4.3 Coordenação de Orçamento (CORC)
5) Organização Administrativa	- A área de atuação abrange a elaboração de instrumentos normativos e a definição de procedimentos administrativos, a consolidação e (ou) revisão de projetos de estruturação organizacional e a disponibilização de informações gerenciais.	- Normas e procedimentos administrativos; - Regimentos Internos; - Consolidação da Estrutura Regimental; - Consolidação dos Indicadores de Desempenho da SPOA; - Relatório dos atos de delegação de competência dos gestores; - Consolidação do Relatório de Gestão da UJ-SPOA; - Disponibilização de informações sobre atos de delegação de competência.	- Órgãos internos do MME (Secretarias, Unidades da SPOA, GM, CONJUR etc) - Gestores e Servidores; - Órgão Central do Sistema de Organização e Inovação do Governo Federal – SIORG (SEGEP/MPOG)	- Coordenação de Modernização Administrativa (CMA)



Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes/Parceiros	Subunidades Responsáveis
6) Gestão de Recursos Logísticos	- A área de atuação abrange as atividades relacionadas com materiais, serviços gerais, obras e serviços de engenharia, a gestão de documentos eletrônicos e de arquivo, informação bibliográfica, administração de transportes oficiais e de bens patrimoniais, a execução orçamentária e financeira, bem como gerenciamento de ações de logística sustentável.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Execução Orçamentária e Financeira;</li> <li>- Monitoramento do Sistema de Diárias e Passagens;</li> <li>- Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário</li> <li>- Fiscalização dos serviços de limpeza, copa e brigada de incêndio;</li> <li>- Obras e serviços de engenharia;</li> <li>- Segurança das pessoas e das instalações prediais;</li> <li>- Controle de veículos oficiais;</li> <li>- Gestão de documentos de arquivo (acervos arquivísticos);</li> <li>- Gestão de documentos eletrônicos (DocFlow);</li> <li>- Protocolo Geral (atuação de processos);</li> <li>- Informação bibliográfica;</li> <li>- Implementação de ações de logística sustentável, incluindo a separação dos resíduos recicláveis descartáveis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Órgãos internos do MME (Secretarias, Unidades da SPOA, GM, CONJUR etc);</li> <li>- Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MPOG);</li> <li>- Secretaria do Patrimônio da União;</li> <li>- Arquivo Nacional;</li> <li>- Gestores e Servidores;</li> <li>- Prestadores/Fornecedores de serviços (Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB; Companhia Energética de Brasília – CEB);</li> <li>- Público externo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>6.1 Coordenação de Administração de Material e Execução Financeira (<b>COMEF</b>)</li> <li>6.1.1 Divisão de Execução Orçamentária e Financeira (<b>DIOF</b>)</li> <li>6.1.2 Divisão de Controle de Diárias e Passagens (<b>DIPAS</b>)</li> <li>6.1.3 Divisão de Gestão de Patrimônio (<b>DIGP</b>)</li> <li>6.1.4 Divisão de Almoarifado (<b>DIAL</b>)</li> <li>6.2 Coordenação de Atividades Gerais (<b>COAGE</b>)</li> <li>6.2.1 Divisão de Administração Predial (<b>DIAP</b>)</li> <li>6.2.2 Divisão de Obras e Serviços de Engenharia (<b>DIOBE</b>)</li> <li>6.2.3 Divisão de Segurança (<b>DISEG</b>)</li> <li>6.2.4 Divisão de Administração de Transporte (<b>DIAT</b>)</li> <li>6.2.5 Divisão de Gestão de Documentos e Informação Bibliográfica (<b>DGDIB</b>)</li> </ul>

## 2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

### 2.1 Estrutura de Governança

Mesmo sem manter estrutura de governança nos moldes previstos neste relatório, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, na busca de boas práticas de governança, atua sempre conforme o interesse público, pautando-se pelos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assim, sendo fiel ao cumprimento das normas legais que regem a operação de seus macroprocessos organizacionais.

Ressalte-se, nesse contexto, que, no desempenho de suas competências, a SPOA conta com o apoio de grupos de trabalho, comissões e comitês que atendem a orientações de órgãos centrais dos sistemas estruturadores ou de programas específicos do Governo Federal. Esses mecanismos foram instituídos, no âmbito do MME, para contribuir com o processo decisório, no que diz respeito às questões administrativas internas do órgão. Nesse formato estão inseridos:

- a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável;
- a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD);
- a Comissão para Coleta Seletiva Solidária;
- o Grupo de Trabalho para elaborar o PDTI;
- o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação;
- o Comitê de Segurança da Informação; e
- a Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SubSIGA).

### 2.3 Sistema de Correição

<b>Quantidades Relativas aos Órgãos e Entidades Supervisionadas</b>
PADs instaurados em 2014: <b>00</b>
Sindicâncias Punitivas instauradas em 2014: <b>02</b>
Sindicâncias Investigativas instauradas em 2014: <b>00</b>
PADs julgados em 2014: <b>00</b>
Sindicâncias julgadas em 2014: <b>02</b>
Quantidade de suspensões aplicadas a estatutários em 2014: <b>00</b>
Quantidade de advertências aplicadas a estatutários em 2014: <b>00</b>
Quantidade de demissão aplicada a estatutários em 2014: <b>00</b>
<b>Fonte: CGRH/MME (CGU PAD)</b>

Em observância ao disposto nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União, as informações dos processos são registradas no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGUPAD).

## 2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

*Quadro 4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ  
(Quadro A.2.4)*

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X

<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					<b>X</b>
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					<b>X</b>
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					<b>X</b>
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					<b>X</b>
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				<b>X</b>	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				<b>X</b>	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					<b>X</b>
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					<b>X</b>
<b>Metodologia:</b> Em atendimento à solicitação do Memorando Circular nº 9/2014-SPOA/SE-MME, de 26/11/2014, como metodologia para responder os quesitos, as Coordenações-Gerais da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração realizaram reuniões com os titulares das Coordenações a elas subordinadas, para discussão e coleta das opiniões sobre a estrutura de controle interno da Unidade Jurisdicionada vigente no exercício de 2014.					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b> (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ. (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> . (3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> . (5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

### 3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O atendimento das demandas dos cidadãos na área de atuação da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração ocorre mediante o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) deste Ministério, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Registre-se, ainda, que os processos de contas anuais e os relatórios de gestão da SPOA, bem como os relatórios de auditoria de gestão e os acórdãos do TCU correspondentes estão disponíveis no portal do MME, no endereço <http://www.mme.gov.br>.

#### 3.5 Medidas Relativas à Acessibilidade

Para garantir o cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei nº 10.098/2000 e o Decreto nº 5.296/2004, foram adotadas as seguintes medidas:

- localização de assento de uso preferencial, nos dois auditórios, para cadeirante e (ou) pessoa obesa;
- construção de rampa de acesso nas entradas principal e privativa do edifício para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- instalação de box com lavatório e sanitário nos banheiros, adaptados para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- aquisição de cadeiras especiais para servidores obesos, baixa estatura e mobilidade reduzida;

- destinação de vagas no estacionamento reservadas para veículos de pessoas com mobilidade reduzida e idosos;
- sinalização nos balcões, guichês e restaurante para atendimento prioritário a pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, idosos, gestantes e pessoas com crianças de colo;
- fixação de botoeiras nos elevadores com sinalização em Braille para pessoas com deficiência visual;
- disponibilidade de um aparelho de telefone para deficiente auditivo na portaria principal;
- instalação de cancela para acesso de cadeirantes, com leitor de crachá de identificação, na portaria principal, e portinhola de acesso aos elevadores na portaria privativa;
- cadeiras de rodas disponíveis na Brigada de Incêndio; e
- localização de áreas administrativas de uso comum (Biblioteca, Protocolo e SIC) no térreo do edifício, para garantir acessibilidade às pessoas com dificuldades de locomoção.

Nesse contexto, convém destacar a ação promovida pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos que, na Política de Prevenção da Saúde Física, Emocional e Psicológica dos Servidores do MME, adotou a contratação de deficientes visuais para realizar a massagem expressa, também com o objetivo de inclusão social.

## 5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

### 5.1 Planejamento da Unidade

Durante o ano de 2014, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração manteve o foco na melhoria dos serviços prestados aos usuários realizando suas atividades por meio dos macroprocessos organizacionais vinculados às competências regimentais estabelecidas no Decreto nº 7.798, de 2012. O planejamento da atuação da SPOA esteve embasado nas diretrizes estratégicas desta Pasta, em especial da Secretaria-Executiva, e nas orientações normativas emanadas dos órgãos centrais dos sistemas federais (de planejamento e orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração de recursos humanos e de serviços gerais, de organização e inovação institucional e de administração dos recursos de informação e informática).

Nos moldes dos anos anteriores, além de dar prosseguimento às ações existentes, o planejamento da SPOA contemplou novos projetos, sempre visando à consecução dos objetivos fixados e ao cumprimento das suas atribuições. Resumidamente, os resultados estiveram concentrados nas seguintes frentes: (i) modernização da infraestrutura predial e tecnológica; (ii) implementação de mecanismos de segurança física e de informação; (iii) otimização dos custos nas aquisições de bens e serviços; (iv) gestão orçamentária eficiente; (v) manutenção da alta disponibilidade do ambiente tecnológico; (vi) melhoria das ações voltadas ao atendimento aos usuários de serviços de gestão interna; (vii) tratamento dos documentos de arquivos (massa documental); (viii) adoção de medidas de sustentabilidade ambiental; (ix) intensificação das ações de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos; e (x) assessoramento técnico nos assuntos de organização administrativa.

Dessa forma, as ações e os projetos da SPOA estão apoiados principalmente nos seguintes objetivos específicos:

- buscar a agilidade no atendimento de solicitações das diversas unidades administrativas do Ministério;
- promover a melhoria contínua da infraestrutura física e dos processos de trabalho;
- atuar com eficiência e transparência na gestão dos recursos orçamentários e financeiros;
- estimular a capacitação e o desenvolvimento do corpo funcional do Ministério;
- promover ações de sustentabilidade ambiental no órgão;
- intensificar o processo de comunicação da UJ; e
- atender ao calendário e às demandas dos órgãos centrais dos sistemas federais estruturantes.

Ainda no que tange aos objetivos, eles estão sintetizados na meta intermediária da SPOA: *Otimizar a Gestão de Recursos do MME (humanos, materiais e financeiros)*, que compõe o processo de aferição do desempenho institucional do Ministério, referente ao período de 1º de outubro de 2013 a 30 de setembro de 2014, conforme dispõe a Portaria nº 2, de 25 de fevereiro de 2014, do Secretário-Executivo. O resultado da aferição das metas intermediárias consta da Portaria SE nº 14, de 30 de outubro de 2014. Como parte da Unidade de Avaliação-Secretaria-Executiva, a SPOA alcançou 99,61% da meta intermediária fixada para o referido período.

No âmbito do Plano Plurianual do Governo Federal (PPA), o MME integra o Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia (código 2119), com os recursos consignados no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. As ações a cargo da SPOA estão identificadas no subitem 5.2.3.1 (Ações de Responsabilidade da UJ-OFSS) e os resultados alcançados pela Unidade Jurisdicionada em 2014, estão apresentados em tópicos específicos das unidades executoras, no subitem 5.3 deste relatório.

Dentro do plano preliminar de gestão do Ministério de Minas e Energia para 2014, coube à SPOA a ação: Acompanhar o Orçamento Fiscal do MME. Esse monitoramento, que integra as atividades do órgão setorial do sistema de orçamento, registrou, no período, o percentual de empenho de 99,7%, (Administração Direta e Indireta) considerando apenas as Despesas Discricionárias (Custeio e Investimento). Excluem-se as despesas contempladas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e as despesas com Benefícios ao Servidor (Auxílio-Alimentação, Auxílio-Transporte, Assistência Médica e Assistência Pré-Escolar).

Ao longo do exercício, esta Unidade Jurisdicionada deu continuidade ao trabalho de capacitação dos servidores do Ministério com base nas competências (conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes) necessárias ao desempenho funcional no âmbito dos assuntos das áreas fim e meio do Órgão. O Plano Anual de Desenvolvimento e Capacitação do MME, além de atender ao disposto no Decreto nº 5.707, de 23/2/2006, guarda consonância com as orientações do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC. Em 2014, foram realizados 86 eventos de capacitação em diversas áreas, dos quais 405 servidores participaram em, pelo menos, um evento de capacitação.

Na área de TI, as ações integram o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI do Ministério de Minas e Energia, para o período 2014-2015, elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído por meio da Portaria MME nº 48, de 6/2/2014, formado por representantes dos órgãos do Ministério (GM, SE, SPE, SEE, SPG, SGM e SPOA), tendo como coordenador o representante da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. Conforme deliberado em reunião do dia 8/12/2014, o Plano foi aprovado pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CETI, instituído pela Portaria MME nº 47, de 6/2/2014, sob a presidência do Secretário-Executivo. Com esse instrumento buscou-se assegurar o alinhamento de ações/projetos com as necessidades dos órgãos do Ministério. Ademais, o alinhamento do PDTI às áreas de negócio do MME está condicionado à elaboração e aprovação do Planejamento Estratégico desta Pasta.

Também para o alcance dos objetivos na operação dos macroprocessos ligados diretamente às competências regimentais da SPOA, foram adotadas medidas para mitigar possíveis riscos associados às ações na sua área de atuação, quais sejam:

- delegação de competência a executores das atividades dos macroprocessos, visando assegurar celeridade às decisões com a proximidade de fatos e pessoas, tendo em vista os serviços a serem prestados aos usuários;
- intensificada a interlocução com seus parceiros e colaboradores;
- capacitação dos servidores da Subsecretaria conforme as necessidades específicas identificadas no Plano Anual de Desenvolvimento e Capacitação (PADC-2014);
- uso racional dos recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros);

- aderência às orientações normativas emanadas dos órgãos centrais dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal e dos órgãos de controle;
- revisão de procedimentos internos para simplificação de rotinas e melhoria do fluxo de trabalho;
- reuniões periódicas com os gestores para acompanhamento dos resultados da Subsecretaria;
- uso intensivo dos recursos de tecnologia da informação no Ministério;
- monitoramento permanente da infraestrutura e dos serviços de TI; e
- acompanhamento de resultados específicos por meio de indicadores de desempenho.

Por fim, em 2014, os esforços desta Subsecretaria foram focados na melhoria da gestão interna, além de empenhar-se em assegurar os recursos humanos, logísticos e orçamentários imprescindíveis ao adequado funcionamento dos órgãos deste Ministério.

## 5.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

### 5.2.3 Ações

#### 5.2.3.1 Ações – OFSS

*Quadro 5 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS (Quadro A.5.2.3.1)*

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	0181			<b>Tipo:</b> ATIVIDADE		
<b>Título</b>	Pagamento de Aposentadorias e Pensões Civis					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	-					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia <b>Código:</b> 2119 <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	32101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não      Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
90.687.545	91.337.545	91.099.073	90.910.888	90.910.888	-	188.185
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
-			-	Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: LOA 2014 e SIAFI

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	0536		<b>Tipo:</b> ATIVIDADE			
<b>Título</b>	Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	- <b>Código:</b> -					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia <b>Código:</b> 2119 <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	32101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
18.200	18.200	18.200	18.200	13.223	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	09HB		<b>Tipo:</b> ATIVIDADE			
<b>Título</b>	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	- <b>Código:</b> -					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia <b>Código:</b> 2119 <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	32101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.069.110	4.069.110	3.768.878	3.768.878	3.768.878	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	



Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20TP		<b>Tipo:</b> ATIVIDADE			
<b>Título</b>	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b> -					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia <b>Código:</b> 2119 <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	32101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
94.791.602	102.080.106	101.351.557	98.909.894	98.909.894	-	2.441.664
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	4572		<b>Tipo:</b> ATIVIDADE			
<b>Título</b>	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b> -					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia <b>Código:</b> 2119 <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	32101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
902.000	902.000	671.399	671.399	671.399	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
servidor capacitado			unidade	270	270	270
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	servidor capacitado	unidade	-	

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2000		<b>Tipo:</b> ATIVIDADE			
<b>Título</b>	Administração da Unidade					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	-					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia					
<b>Unidade Orçamentária</b>	32101		<b>Código:</b> 2119 <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção			
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
36.622.845	36.622.845	35.910.556	30.417.737	30.417.591	60.623	5.492.965
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
-			-	Previsto	Reprogramado	Realizado
				-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
11.707.047	10.647.529	1.850.947	-	-	-	

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2004		<b>Tipo:</b> ATIVIDADE			
<b>Título</b>	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Empregados e seus Dependentes – Complementação da União					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	-					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia					
<b>Unidade Orçamentária</b>	32101		<b>Código:</b> 2119 <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção			
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.268.132	3.358.632	3.213.378	3.080.273	3.080.273	-	133.105
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
pessoa beneficiada			unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				2.179	2.179	987
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	pessoa beneficiada	unidade	-	

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2004		<b>Tipo:</b> ATIVIDADE			
<b>Título</b>	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Empregados e seus Dependentes – Exames Periódicos – Cíveis					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b> -					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia <b>Código:</b> 2119 <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	32101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim    ( x ) Não      Caso positivo: ( ) PAC    ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
203.484	100.933	52.915	52.915	52.915	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
pessoa beneficiada			unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				925	437	234
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	pessoa beneficiada	unidade	-	

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2012		<b>Tipo:</b> ATIVIDADE			
<b>Título</b>	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b> -					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia <b>Código:</b> 2119 <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	32101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim    ( x ) Não      Caso positivo: ( ) PAC    ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	4.340.000	4.252.899	4.218.860	4.218.860	-	34.039
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
pessoa beneficiada			unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				925	873	873
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	pessoa beneficiada	unidade	-	

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2011		<b>Tipo:</b> ATIVIDADE			
<b>Título</b>	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	-					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia <b>Código:</b> 2119 <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	32101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim   ( x ) Não      Caso positivo: ( ) PAC   ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	1.447.048	1.433.813	1.433.813	1.433.813	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
pessoa beneficiada			unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				609	609	586
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	pessoa beneficiada	unidade	-	

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2010		<b>Tipo:</b> ATIVIDADE			
<b>Título</b>	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	-					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia <b>Código:</b> 2119 <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	32101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim   ( x ) Não      Caso positivo: ( ) PAC   ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	42.000	32.401	32.401	32.401	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
criança atendida			unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				37	37	27
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	criança atendida	-	-	

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	00M1		<b>Tipo:</b> ATIVIDADE			
<b>Título</b>	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	-					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia <b>Código:</b> 2119 <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	32101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim    ( x ) Não      Caso positivo: ( ) PAC    ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
164.153	164.153	141.070	141.070	141.070	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
-			-	Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	14XB		<b>Tipo:</b> ATIVIDADE			
<b>Título</b>	Projeto de Otimização Energética do Edifício-Sede do Ministério de Minas e Energia					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	-					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia <b>Código:</b> 2119 <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	32101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim    ( x ) Não      Caso positivo: ( ) PAC    ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	10.000.000	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
-			-	Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

### 5.2.3.5 Análise Situacional

#### – Execução das Metas

– As ações 2004 - Assistência Médica e Odontológica; 2011 - Auxílio-Transporte; 2010 - Assistência Pré-Escolar e 2012 - Auxílio-Alimentação permaneceram, praticamente, dentro dos números previstos, no que abrange os servidores do quadro de pessoal do MME.

- Quanto aos números atinentes à execução da ação 4572 - Capacitação de Servidores em Processo de Qualificação e Requalificação foram impactados pelas parcerias e acordos de cooperação técnica entre este Ministério e outros órgãos e empresas, gerando novas oportunidades/possibilidades para a capacitação dos nossos servidores, bem como sofreu impacto nos cronogramas e participações no período de realização dos jogos da Copa do Mundo de Futebol realizado no Brasil, tendo Brasília/DF como uma das sedes dos jogos.

– Fatores Intervenientes - não houve contingenciamento para a SPOA e o único crédito adicional solicitado (remanejamento de R\$ 650 mil de Custeio para Investimento) foi aprovado por Decreto. Ressalte-se que o valor referente a reabertura do crédito especial de R\$ 10.000,000,00 prevendo a implantação do “Projeto de Otimização Energética do Edifício-Sede do Ministério de Minas e Energia”, mostrou-se insuficiente para custear a despesa. O MME estimou esse valor tomando como referência projeto existente no Ministério, do ano de 2006. No entanto, após a necessária reavaliação e atualização tecnológica do projeto, em 2014, com fulcro na eficiência energética e sustentabilidade ambiental e de acordo com as atuais instalações do edifício, a nova estimativa de custo foi elevada, razão pela qual o projeto não pode ser realizado.

#### – Restos a pagar:

- UG 320004 CGRL – Os pagamentos dos Restos a Pagar realizados pela SPOA têm como fator condicionante o limite de pagamento autorizado e a disponibilidade financeira do Órgão. São priorizadas as despesas cujos possíveis atrasos acarretam cobranças de encargos financeiros, bem como às decorrentes de obrigações contratuais, especialmente os caracterizados como serviços continuados.

Sempre há impactos na gestão financeira do exercício decorrente dos pagamentos de restos a pagar. No entanto, quando avaliado esse aspecto no âmbito de Unidade Gestora, o impacto é praticamente nulo, tendo em vista a existência de uma espécie de fator de compensação quando se faz uso da programação financeira do exercício para pagamento de obrigações do exercício anterior e a consequente postergação das despesas e contratações realizadas em dezembro, cuja nova inscrição se processará ao final do exercício com os respectivos pagamentos no exercício seguinte.

- UG 32004 CGRH – Quanto aos Restos a Pagar, trata-se de valor empenhado para atender despesa de evento de capacitação à distância que não chegou a ser concluído por dificuldades tecnológicas enfrentadas para acesso ao referido curso.

– Ações Prioritárias na LDO - A UJ não possui em sua programação ações que são consideradas pela LDO como prioritárias.

– Plano Orçamentário – A ação 2000 – Administração da Unidade é compartilhada entre a CGRH, a CGTI e a CGRL, subdividindo-se nos seguintes planos orçamentários: 0001 - Despesas com Recursos Humanos, 0002 - Despesas com Tecnologia da Informação, 0003 - Despesas com Recursos Logísticos.

### 5.3 Informações Sobre Outros Resultados da Gestão

As ações da SPOA foram executadas no âmbito do Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia (código 2119), com os recursos consignados no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, conforme consta do subitem 5.2.3.1 (Ações de Responsabilidade da UJ-OFSS) deste relatório. Os resultados alcançados pela Subsecretaria, em 2014, estão apresentados, na sequência, em tópicos específicos das seguintes unidades executoras: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, Coordenação-Geral de Recursos Humanos e Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.

Outros resultados dos serviços prestados pela SPOA, por meio da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, da Coordenação-Geral de Compras e Contratos e da Coordenação de Modernização Administrativa, também são descritos neste subitem.

#### 5.3.1 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS – CGRL

À Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL compete planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com administração de material e patrimônio, administração e manutenção predial, obras e instalações, comunicações administrativas, documentação bibliográfica, transporte, zeladoria e reprografia, bem como as inerentes à execução orçamentária e financeira dos recursos alocados na Unidade.

Na sua área de atuação, a CGRL desenvolveu projetos e atividades de infraestrutura, relacionadas a seguir:

- Instalação de um banco de capacitores, para corrigir o fator de potência das redes elétricas do sistema de refrigeração, a fim de eliminar as cargas elétricas reativas indutivas excedentes (prejudiciais ao processo de fornecimento de energia proveniente da rede pública) e afastar a oneração na conta de energia por parte da CEB.
- Instalação de um conjunto de painéis fotovoltaicos na cobertura do prédio para geração de eletricidade para iluminação da calçada junto à fachada principal, de forma sustentável e sem uso de energia da CEB. É uma ação piloto de sustentabilidade ambiental e eficiência energética.
- Elaborado o “Guia para Eficiência Energética nas Edificações Públicas,” em parceria com o CEPEL/ELETOBRÁS, destinado à realização de diagnósticos energéticos e à implantação de medidas de eficiência propostas. Contém informações e sugestões de procedimentos técnicos para viabilizar o uso eficiente da energia elétrica no conjunto de edificações que compõem a Esplanada dos Ministérios, ação prevista no Programa Esplanada Sustentável, inclusive para a elaboração de editais para contratação desses serviços.

Vale destacar no trabalho, a realização de uma modelagem de eficiência energética feita especificamente para o edifício do MME, apontando algumas ações que devem ser implantadas para a obtenção da eficácia energética, quais sejam: a instalação de vidro duplo nas fachadas e do sistema central de ar condicionado a base de VRF e de geração de energia com a utilização de painéis fotovoltaicos por toda a extensão da cobertura.

- Em execução, o Sistema de Captação de Águas Pluviais, com a adaptação de áreas do edifício para coletar águas de chuvas provenientes da cobertura do prédio, a serem utilizadas na lavagem de veículos oficiais e do piso da garagem. As águas captadas serão armazenadas em caixa com volume suficiente para uso durante dois meses. Tais medidas estão em consonância com as diretrizes de sustentabilidade ambiental e de redução de custos e de consumo de água “potável tratada” da concessionária pública.

- Aprimoramento do sistema de áudio da sala plenária do Ministério, com a ampliação do número de captadores de áudio (microfones) de mesa e sem fio, a fim de melhorar a eficiência das comunicações entre os participantes nas reuniões, encontros, seminários, palestras etc., realizadas nesse local.
- Melhoria da infraestrutura do edifício com a execução de serviços de reparos na cobertura, para preservar a impermeabilização da laje, troca das tubulações de água potável e de combate a incêndio que se encontravam com vazamentos, bem como calafetadas as esquadrias envidraçadas das fachadas leste e oeste contra infiltrações.
- Foram contratadas duas empresas especializadas na elaboração de projetos executivos. Um projeto para a contratação de obras de implantação do sistema de refrigeração central, que além de propiciar conforto aos servidores, vai permitir a evolução da Etiquetagem de Eficiência Energética do prédio de “C” para “B”, com fulcro na sustentabilidade e eficiência energética. O outro, para a construção das escadas externas de emergência, e atualização dos projetos de prevenção e combate a incêndio e de SPDA (para raios) exigidos pelo CBMDF e pela Secretária de Estado da Defesa Civil do Distrito Federal.
- Aquisição de três veículos, sendo dois de serviços comuns e um para o transporte institucional de autoridades.
- Reforma e adaptação do estacionamento externo ao lado da via N-2, para guarda dos veículos oficiais de serviços e veículos particulares de autoridades, ampliando a oferta de 12 para 30 vagas (em execução).
- Substituição dos fogões alimentados a gás GLP por fogões elétricos, localizados em vinte copas, em cumprimento a Notificação nº 419/2014, de 5/6/2014 do CBMDF, embasada na Norma Técnica nº 005/2002-CBMDF.

### 5.3.2 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH

À Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH compete planejar, coordenar, acompanhar, orientar e avaliar as atividades pertinentes a recursos humanos, compreendidas as de administração e desenvolvimento de pessoal, de assistência médica, odontológica e psicossocial, segundo diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, e, ainda, as de programação e execução orçamentária e financeira dos recursos consignados à Coordenação-Geral.

Na condição de órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, a CGRH tem, ainda, como incumbência subsidiar a elaboração de projetos relacionados com políticas e desenvolvimento de recursos humanos e suprir as necessidades de pessoal no Ministério.

Não diferente dos anos anteriores, as ações realizadas pela área de recursos humanos, em 2014, tiveram como meta a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados por este Ministério, com foco no desenvolvimento permanente do servidor e na adequação das competências requeridas aos objetivos institucionais.

As atividades da Coordenação-Geral decorrem da execução de ações específicas do Programa **2119** (Gestão e Manutenção do MME). Na sequência, essas ações são identificadas, bem como os resultados a elas vinculados. No tocante às metas das ações, realizadas em 2014, estão apresentadas no Quadro 5 (A.5.2.3.1) deste relatório.



Ação 4572 - Capacitações de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.

Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes.

Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos.

Ação 20TP>00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo da União.

Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis.

Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

Integram as atividades básicas da CGRH:

- Anistia, enquadramento e reintegração de ex-empregados de empresas vinculadas ao MME, extintas ou privatizadas;
- Aposentadorias e pensões;
- Cadastro, pagamento, legislação de pessoal e instrução de processos judiciais;
- Desenvolvimento de recursos humanos, benefícios, seguridade e medicina social;
- Execução Orçamentária e Financeira;
- Provimento, vacância, classificação e lotação de cargos.

*Tabela 1 – Quadro Geral de Pessoal*

<b>QUADRO DE PESSOAL DO MME</b>		
<b>SITUAÇÃO</b>	<b>QUANTITATIVO</b>	<b>%</b>
Ativo Permanente	190	6,97
Aposentado	698	25,60
Requisitado Administração Direta	51	1,87
Nomeado cargo em comissão	155	5,68
Natureza Especial	1	0,04
Membros de Poder e agentes políticos	1	0,04
Cedido	92	3,37
Requisitado Administração Indireta	43	1,58
Exerc. Descentralizado de Carreira	104	3,81
CLT anistiado	541	19,84
Beneficiário de Pensão	786	28,82
Contrato Temporário	7	0,26
Estagiário	58	2,13
<b>TOTAL</b>	<b>2.727</b>	<b>100,00</b>
<b>QUADRO DE PESSOAL DA SPOA</b>		
<b>SITUAÇÃO</b>	<b>QUANTITATIVO</b>	<b>%</b>
Ativo Permanente	123	50,20
Requisitado Administração Indireta	1	0,41
Nomeado cargo em comissão	20	8,16
Requisitado Administração Direta	15	6,12
Exerc. Descentralizado de Carreira	11	4,49
CLT anistiado	50	20,41
Estagiário	25	10,20
<b>TOTAL</b>	<b>245</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAPE / SGRH

Tabela 2 – Pessoal em Exercício nas Áreas Finalísticas e de Suporte do MME

DESCRIÇÃO	2010		2011		2012		2013		2014	
	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
Pessoal na área finalística	259	37,65	245	35,25	262	39,22	252	39,01	239	37,70
Pessoal na área meio	429	62,35	450	64,75	406	60,78	394	60,99	395	62,30
<b>Total Geral</b>	<b>688</b>	<b>100,00</b>	<b>695</b>	<b>100,00</b>	<b>668</b>	<b>100,00</b>	<b>646</b>	<b>100,00</b>	<b>634</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SGRH

➤ Retorno de Pessoal Anistiado nos Termos da Lei nº 8.878/94

O processo de retorno dos anistiados por força da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, foi iniciado em 2008, com o pessoal advindo da extinta Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras – CAEEB e da extinta Siderurgia Brasileira – SIDERBRAS, da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e recentemente os demitidos da Função de Assessoramento Superior – FAS e Usiminas. Desde então, o Órgão vem desenvolvendo exaustivo trabalho no sentido de efetivar o ingresso de anistiados aos quadros do MME, além de atender todas as demandas de revisões (salário, enquadramento e outros) provocadas por esse contingente de pessoal.

Tabela 3 – Retorno Anistiado – Lei nº 8.878/94

EMPRESA	QUANTITATIVO DE RETORNO EM 2014
CAEEB	05
CSN	04
SIDERBRAS	01
FAS	02
USIMINAS	01
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>

Fonte: CGRH

➤ Exercício de Analistas de Infraestrutura

Tabela 4 – Exercício de Analistas de Infraestrutura

UNIDADE	ANALISTA DE INFRAESTRUTURA	
	ALOCAÇÃO	% DE ALOCAÇÃO
ASSEC	02	2,53
SE	10	12,66
SPE	22	27,85
SEE	21	26,58
SGM	10	12,66
SPG	14	17,72
<b>TOTAL</b>	<b>79</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SGRH

Com a edição da MP nº 568/2012, convertida na Lei nº 12.702/2012, os cargos dos Analistas de Infraestrutura que estavam no Ministério de Minas e Energia foram redistribuídos ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

➤ Contrato Temporário (Lei nº 8.745/93)

A autorização contida na Portaria Interministerial MP/MME nº 456, de 28 de outubro de 2011, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009 e na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, tornou público a realização de processo seletivo simplificado pra contratação por tempo determinado de profissionais de nível superior e de nível médio para atuação na equipe que constituirá a Unidade de Gestão de Projetos (UGP) do “Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – Projeto META”, mediante as condições estabelecidas no Edital nº 1 – MME de 15 de janeiro de 2013.

*Tabela 5 – Vagas e Cargos*

CARGOS	QUANTIDADE
Cargo 1: Analista de Licitação	08
Cargo 2: Analista Financeiro	02
Cargo 3: Gerente de Projeto	03
Cargo 4: Gerente Técnico de Projeto	01
Cargo 5: Assistente Administrativo	01
Cargo 6: Assistente Financeiro	02
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>

Fonte: Edital nº 1 – MME de 15 de janeiro de 2013

Realizado o processo seletivo, iniciou-se a contratação a partir de meados de setembro de 2013, com a contratação, até a presente data, de 10 (dez) temporários, sendo 03 (três) Analista de Licitação, 01 (um) Analista Financeiro, 02 (dois) Gerente de Projeto, 01 (um) Assistente Administrativo, 01 (um) Assistente Financeiro. Foram realizados 03 (três) rescisões de contrato.

➤ Recadastramento de Servidores Aposentados e de Beneficiários de Pensão

O Decreto nº 7.141, de 29 de março de 2010, regulamentou a atualização de dados cadastrais dos aposentados e pensionistas da União que recebem proventos ou pensões à conta do Tesouro Nacional.

Importante ressaltar que a atualização cadastral de aposentados e pensionistas da União está, por força legal, a cargo da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SRH/MP, que celebrou ato de cooperação técnica com o Ministério da Previdência Social e com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, a fim de que sejam alocados recursos tecnológicos e humanos, conhecimentos e infraestrutura para realização desse trabalho.

Os servidores que não se recadastraram receberam correspondência para, no prazo de 30 (trinta) dias, se apresentarem ou se recadastrarem, sob pena de suspensão do benefício, conforme prevê o art. 4º do Decreto nº 7.141, de 2010, com total alcance dos objetivos definidos.

*Tabela 6 – Situação Final do Recadastramento de Aposentados e Pensionistas*

SITUAÇÃO FUNCIONAL	RECADASTRADOS	SUSPENSOS	EXCLUÍDOS
Aposentados	685	--	06
Pensionistas	735	05	07

Fonte: CGRH

➤ Política de Prevenção da Saúde Física, Emocional e Psicológica dos Servidores do MME

Essa medida foi iniciada em exercícios anteriores com o intuito de aperfeiçoar, dinamizar e direcionar ações básicas, práticas e metodologias voltadas para a “Educação”, para o “Programa de Qualidade de Vida” e para a “Medicina Preventiva”, e ainda persiste até hoje, em função do seu enfoque e objetivo principal que é o bem-estar dos servidores do MME, levando-se em conta as duas dimensões em que se relacionam com o Estado: servidor/cidadão e servidor/agente público.

Vários procedimentos e ações foram adotados para o alcance dos objetivos colimados nessa área, a saber:

a) Planos de Saúde

Relativamente aos cuidados com a saúde, este Ministério dispõe das seguintes alternativas ofertadas aos servidores:

- Contrato de Adesão nº 001/2012-MME, firmado com a GEAP – Fundação de Seguridade Social, assinado em 29/06/2012, sem ônus para o MME, com vigência fixada em 60 meses, pactuado com base nas Leis nºs 8.112/90 e 11.302/06, sendo que esta última dispõe sobre a assistência à saúde suplementar do servidor ativo, inativo, seus dependentes e pensionistas, Entretanto, recentemente, o Ministério do Planejamento firmou convênio com a Geap Autogestão em Saúde para prestação de assistência à saúde suplementar dos servidores do Poder Executivo Federal.

*Tabela 7 – Plano de Saúde GEAP*

MME										
SITUAÇÃO (GEAP)	ASSISTIDOS 2010		ASSISTIDOS 2011		ASSISTIDOS 2012		ASSISTIDOS 2013		ASSISTIDOS 2014	
	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
Titulares em Atividade	486	22,95	585	27,63	472	23,09	504	25,85	529	27,13
Titulares Aposentados	479	22,62	457	21,59	450	22,02	421	21,59	402	20,62
Titulares Pensionistas	205	9,68	212	10,01	214	10,47	222	11,38	218	11,18
Dependentes (de ativos + de aposentados)	948	44,76	863	40,77	908	44,42	803	41,18	788	40,41
<b>TOTAL</b>	<b>2.118</b>	<b>100,00</b>	<b>2.117</b>	<b>100,00</b>	<b>2.044</b>	<b>100,00</b>	<b>1.950</b>	<b>100,00</b>	<b>1.937</b>	<b>99,00</b>

Fonte: CODES/CGRH – GEAP

- Termo de Acordo nº 01/2010, firmado com a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde Ltda., sem ônus para o MME, objetivando a prestação de serviços de saúde suplementar aos servidores, dependentes e beneficiários, sendo que a adesão aos serviços é de livre escolha.

*Tabela 8 – Plano de Saúde Aliança*

MME										
SITUAÇÃO (ALIANÇA ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS DE SAÚDE)	ASSISTIDOS 2010		ASSISTIDOS 2011		ASSISTIDOS 2012		ASSISTIDOS 2013		ASSISTIDOS 2014	
	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
Titulares em Atividade	47	33,10	30	41,67	24	39,34	16	32,65	8	16,33
Titulares Aposentados	7	4,93	8	11,11	6	9,84	12	24,49	8	16,33
Titulares Pensionistas	7	4,93	13	18,06	14	22,95	12	24,49	11	22,45
Dependentes (de ativos + de aposentados)	81	57,04	21	29,17	17	27,87	9	18,37	4	8,16
<b>TOTAL</b>	<b>142</b>	<b>100,00</b>	<b>72</b>	<b>100,00</b>	<b>61</b>	<b>100,00</b>	<b>49</b>	<b>100,00</b>	<b>31</b>	<b>63,00</b>

Fonte: CODES/CGRH – ALIANÇA

- Auxílio de caráter indenizatório, por beneficiários, pago mediante ressarcimento nos termos da Portaria Normativa nº 5, de 11 de outubro de 2010, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Tabela 9 – Outros Planos de Saúde

MME								
SITUAÇÃO (OUTROS PLANOS DE SAÚDE)	ASSISTIDOS 2011		ASSISTIDOS 2012		ASSISTIDOS 2013		ASSISTIDOS 2014	
	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
Titulares em Atividade	42	53,85	56	58,95	52	53,61	68	61,26
Titulares Aposentados	6	7,69	3	3,16	8	8,25	3	3,09
Titulares Pensionistas	1	1,28	1	1,05	1	1,03	1	1,03
Dependentes (de ativos + de aposentados)	29	37,18	35	36,84	36	37,11	39	40,21
<b>TOTAL</b>	<b>78</b>	<b>100,00</b>	<b>95</b>	<b>100,00</b>	<b>97</b>	<b>100,00</b>	<b>111</b>	<b>106,00</b>

Fonte: Plano de Saúde/CGRH

#### b) Medicina Social

Dispõe este Órgão, ainda, de uma Unidade de Assistência Médico/Odontológica, equipada para prestar assistência à saúde em caráter emergencial e preventivo, nas áreas abaixo citadas:

Tabela 10 – Áreas de Assistência à Saúde

ÁREA/QTDE	AÇÕES
Clínica Médica/ Enfermagem (3.107 + 2.827 = 5.934 atendimentos)	a. Avaliação de níveis de glicose, triglicérides e colesterol; b. Verificação de pressão arterial, peso, altura, temperatura, pulso e respiração; c. Realização de eletrocardiogramas para servidores acima de 50 anos; d. Pedidos de exames laboratoriais ocasionais; e. Administração de medicamentos, conforme prescrição médica e com a presença do Médico do MME, quando necessário; f. Curativos, retirada de pontos, corpo estranho e aplicação de gelo e calor quando demandado; g. Encaminhamento e acompanhamento de pacientes a hospitais, bem como acompanhamento dos casos julgados necessários, após avaliação médica; h. Informativo bimestral com artigos voltados para a prevenção de doenças, manutenção da saúde, orientação alimentar e nutricional; e i. Campanhas contra hábitos viciosos de álcool, fumo e drogas.
Psicológica (794 atendimentos)	a. Atendimentos clínicos; b. Atendimentos emergenciais; c. Atendimentos solicitados por iniciativa das unidades de lotação dos servidores ou encaminhados pelos demais profissionais do Centro de Atendimento Médico; e d. Levantamento/mapeamento do “estado psicológico” geral para possibilitar montagem de estratégias.
Odontológica (1.644 atendimentos)	a. Programa preventivo da Saúde Bucal; b. Triagem e encaminhamento para tratamentos externos; c. Atendimentos emergenciais; e d. Trabalhos específicos para pacientes infanto-juvenis (dependentes).

Fonte: SEAMS/CGRH

## c) Programa Qualidade de Vida no âmbito do MME

Ações que visam promover a sensibilização para mudanças atitudinais de forma a afetar positivamente a produtividade, o bem-estar e a criatividade dos servidores desta Instituição.

## ➤ Ações Diversas

- **Ginástica Laboral:** objetiva a melhoria nas relações interpessoais, redução dos índices de doenças ocupacionais, do sedentarismo e do absenteísmo, desenvolvendo hábitos saudáveis de prática de atividade física, bem como melhora da atenção e concentração nas atividades laborais.
- **Orientação Nutricional e Vigilantes do Peso:** são Programas de Reeducação Alimentar e incentiva o servidor a resgatar a autoestima e a motivação individual e de grupo, apresentando como se alimentar de forma mais adequada para a prevenção de doenças.
- **Massagem Expressa:** visa o bem estar dos servidores, auxiliando no combate ao estresse psicológico. O relaxamento muscular, proporciona maior disposição para o trabalho e reduz doenças relacionadas à tensão diária.
- **Cinema:** experiência cinematográfica em espaço fora das salas de cinema que objetiva aliar diversão e produtividade, além de motivar e valorizar os servidores promovendo momentos de lazer e diversão.
- **Eventos Culturais (palestras, oficinas, teatro etc.):** objetivam revelar em seus acontecimentos criatividade, costumes, tradições, valores, expressões populares artísticas e culturais. Desse modo, agregam aos servidores conhecimento e lazer, contribuindo para a formação intelectual, humana e o amadurecimento profissional, além de fortalecer a identidade organizacional.

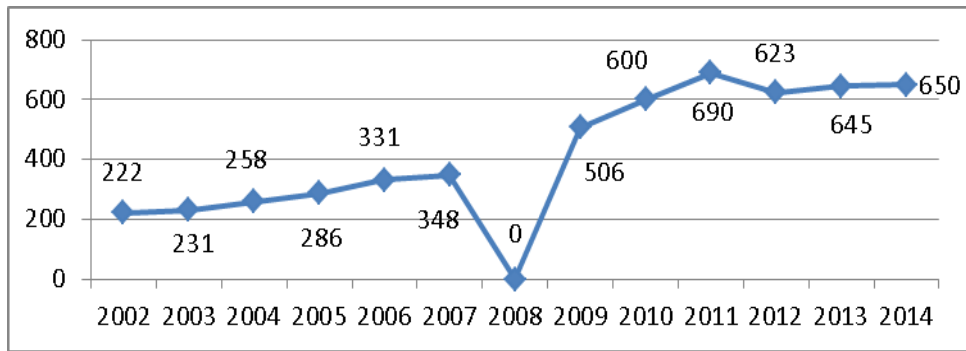
## ➤ Campanha de Vacinação

Ao longo dos anos foi detectado que a gripe é uma das maiores causas de absenteísmo ao trabalho no MME, afetando a produtividade e a qualidade de vida dos servidores.

Como ação preventiva, adotou-se a Campanha Anual de Vacinação Contra a Gripe, em que é ministrada Vacina Antigripal em todos os servidores e empregados do Órgão. Preliminarmente ao começo da temporada de gripe, para que seus efeitos imunizantes se façam sentir antes da chegada do “inverno”, nos meses de junho/julho, período onde a virose se manifesta de forma mais acentuada. Desde então, observa-se considerável redução do absenteísmo ocasionado pela ocorrência de gripes no âmbito deste Órgão.

*Tabela 11 – Campanha de Vacinação Contra Gripe no MME*

CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA GRIPE		
ANO DE VACINAÇÃO	VACINADOS	OBSERVAÇÃO
2002	222	
2003	231	
2004	258	
2005	286	
2006	331	
2007	348	
2008	0	Não houve vacinação - falta de vacina no mercado
2009	506	
2010	600	(H1N1 e Gripe Comum)
2011	690	(H1N1 e Gripe Comum)
2012	623	(H1N1 e Gripe Comum)
2013	645	(H1N1 e Gripe Comum)
2014	650	(H1N1 e Gripe Comum)



Fonte: Área Médica/CGRH

### ➤ Exames Médicos Periódicos

A realização de exames médicos periódicos tem como objetivo, prioritariamente, a preservação da saúde dos servidores e empregados, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais a que estão sujeitos.

A legislação vigente atribui, aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, a responsabilidade pelo planejamento e pela realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos anistiados e ativos, a cargo das unidades de recursos humanos, conforme orienta a Portaria Normativa SRH/MP nº 4, de 15/09/2009.

Em 2014, a realização dos exames médicos periódicos abrangeu os servidores ativos em exercício neste Ministério, com os seguintes exames:

Tabela 12 – Exames e Indicação

TIPO DE EXAME	INDICAÇÃO
Hemograma completo; glicemia de jejum; urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia - EAS); creatinina; colesterol total e triglicérides; AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO); e ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP).	Exame aplicado em homens e mulheres com idade até 50 anos
Hemograma completo; glicemia de jejum; urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia - EAS); creatinina; colesterol total e triglicérides; AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO); ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP); e pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico).	Exame aplicado em mulheres com idade superior a 50 anos
Hemograma completo; glicemia de jejum; urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia - EAS); creatinina; colesterol total e triglicérides; AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO); ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP); pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico); e PSA (livre e total).	Exame aplicado em homens com idade superior a 50 anos
Mamografia com avaliação clínica e laudo médico	Exame aplicado em mulheres com idade superior a 50 anos
Oftalmológico com avaliação clínica e laudo médico	Exame aplicado em homens e mulheres com idade superior a 45 anos

Fonte: Registros CGRH

➤ Distribuição da Lotação Efetiva

Tabela 13 – Distribuição Lotação Efetiva do MME

Área	Unidade	Natureza Especial	Ativo Permanente	Requisitado Órgãos	Requisitado Empresas	Sem Vínculo	Exercício Descentralizado	Contrato Temporário	Anistiado	Total	Total por Área
MEIO	Gabinete do Ministro	1	32	3	5	38	0	0	5	84	395
	Assessoria Econômica	0	1	4	0	2	2	0	0	9	
	Consultoria Jurídica	0	6	7	0	6	5	0	0	24	
	Secretaria Executiva	0	128	17	7	42	22	7	55	278	
FINALÍSTICA	Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral	0	6	8	1	20	8	0	3	46	239
	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético	0	11	4	6	16	26	0	7	70	
	Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis	0	2	6	11	10	18	0	1	48	
	Secretaria de Energia Elétrica	0	5	2	13	21	23	0	11	75	
TOTAL		1	191	51	43	155	104	7	82	634	634

Tabela 14 – Distribuição Lotação Efetiva da Secretaria-Executiva

Área	Unidade	Natureza Especial	Ativo Permanente	Requisitado Órgãos	Requisitado Empresas	Sem Vínculo	Exercício Descentralizado	Contrato Temporário	Anistiado	Total	Total por Área
MEIO	SE	0	2	1	5	18	10	7	5	48	278
	AEGE	0	2	1	1	4	1	0	0	9	
	SPOA	0	1	1	1	2	0	0	0	5	
	CMA	0	4	0	0	0	0	0	0	4	
	CGRL	0	64	5	0	6	0	0	17	92	
	CGRH	0	39	1	0	4	2	0	28	74	
	CGTI	0	5	1	0	3	4	0	5	18	
	CGCC	0	5	3	0	2	0	0	0	10	
	CGOF	0	6	4	0	3	5	0	0	18	
TOTAL		0	128	17	7	42	22	7	55	278	278

Tabela 15 – Distribuição Lotação Efetiva da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Área	Unidade	Natureza Especial	Ativo Permanente	Requisitado Órgãos	Requisitado Empresas	Sem Vínculo	Exercício Descentralizado	Contrato Temporário	Anistiado	Total	Total por Área
MEIO	SPOA	0	1	1	1	2	0	0	0	5	221
	CMA	0	4	0	0	0	0	0	0	4	
	CGRL	0	64	5	0	6	0	0	17	92	
	CGRH	0	39	1	0	4	2	0	28	74	
	CGTI	0	5	1	0	3	4	0	5	18	
	CGCC	0	5	3	0	2	0	0	0	10	
	CGOF	0	6	4	0	3	5	0	0	18	
TOTAL		0	124	15	1	20	11	0	50	221	221

➤ Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos

As informações sobre as ações de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos estão detalhadas no item 7.1.2 (Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho) deste relatório.



### 5.3.3 COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGTI

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) tem por competência planejar, coordenar, promover e acompanhar as atividades, programas e projetos relativos à tecnologia da informação e, especificamente, orientar a formulação de estratégias e diretrizes de planejamento de tecnologia da informação para o Ministério; proporcionar aos Órgãos do Ministério meios e recursos técnicos de tecnologia da informação que facilitem o desenvolvimento das atividades, bem como o acesso às informações e base de dados disponíveis; dimensionar e especificar as aquisições de equipamentos de informática, de software e de novas tecnologias, como também aprovar, tecnicamente, os processos pertinentes no âmbito do Ministério e promover a manutenção do “site” do Ministério, na Internet e Intranet, em articulação com a Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro. Assim como, conduzir as atividades de telecomunicações, conforme o disposto na Portaria SPOA nº 54, de 06/09/2010.

Em 2014, na sua área de atuação, a CGTI desenvolveu diversos projetos e atividades com a finalidade de melhorar a infraestrutura de tecnologia do MME e, com isso, disponibilizar serviços de qualidade aos usuários, conforme a seguir relacionados:

#### ➤ Cabeamento Estruturado para Dados e Voz

Objeto: contratação de serviços de elaboração de projeto executivo e execução de serviços de instalação, manutenção e remanejamento de cabeamento estruturado para dados e voz, com o fornecimento de materiais.

Objetivo da Contratação: prover o Ministério de capacidade para o atendimento das demandas para conexão de equipamentos em rede, aumento e remanejamento das estações de trabalhos e realização de eventos.

Justificativa da Necessidade: o serviço de elaboração de projeto executivo e a execução de serviços de instalação, manutenção e remanejamento de cabeamento estruturado nas dependências do MME visam melhorar a infraestrutura de rede da Instituição e prepará-la para a inserção de novas tecnologias de comunicação, de maneira a garantir o pleno desempenho de suas atividades e contribuir para a confiabilidade e continuidade dos serviços prestados.

#### ➤ Certificação Digital

Objeto: aquisição de certificados digitais SSL de 128 bits para instalação nos servidores do Ministério.

Objetivo da Contratação: disponibilizar informações no portal do Ministério de forma segura, com possibilidade de acesso a sistemas internos inclusive para usuários que se encontrem fora das instalações físicas da Instituição, por meio de conexões SSL.

Justificativa da Necessidade: nos últimos anos a CGTI implantou diversos sistemas para disponibilizar informações institucionais com o objetivo de apoiar o processo de tomada de decisão das diversas autoridades do Ministério, bem como proporcionar o acesso da sociedade às informações de competência legal.

Algumas das informações disponibilizadas são de acesso restrito, como as relacionadas ao acompanhamento dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que, até que sejam validadas pela Casa Civil da Presidência da República, são de uso exclusivo dos órgãos do Governo Federal.

Para garantir o nível de sigilo adequado, torna-se imprescindível a implantação de conexão segura, mediante protocolo Secure Sockets Layer – SSL. A implementação de tal tecnologia se dá por intermédio da aquisição dos chamados Certificados Digitais. A CGTI optou por adquirir

certificados com cifragem única de 128 bits, com PKI gerenciada, que garante o ciclo de vida dos certificados e sobre o seu status em tempo real, 24 horas por 7 dias da semana.

➤ Data Discovery

Objeto: contratação de solução de tecnologia da informação, do tipo *Data Discovery*, incluindo o fornecimento de licenças de software e serviços de implantação, suporte técnico e especializado, atualização de versão e treinamento.

Objetivo da Contratação: consolidar e otimizar o uso das informações armazenadas nas bases de dados do MME.

Justificativa da Necessidade: o Ministério vem enfrentando grandes dificuldades com o tratamento dado às informações de suas unidades administrativas, tais como dispersão do volume de informações em diferentes bases de dados, divergências nos resultados apresentados por diversas planilhas eletrônicas e relatórios gerenciais, diversificação de conceitos pertinentes a informações estratégicas e barreiras no acesso às informações gerenciais. Alie-se a isso uma expressiva demanda por informações consistentes, consolidadas e integradas por parte das Secretarias Finalísticas para a tomada de decisões.

A solução Data Discovery traz benefícios importantes para o Ministério, uma vez que agrega agilidade, precisão e transparência às ações institucionais e às tomadas de decisão estratégicas, além de agregar valor à gestão dos recursos sob a responsabilidade desta instituição.

➤ Ferramenta ETL

Objeto: contratação de empresa especializada na atualização da versão do software Informática *PowerCenter Standard Edition 32 bits* para o *PowerCenter Standard Edition 64 bits*, com treinamento, manutenção tecnológica, atendimento de suporte técnico especializado e transferência de tecnologia da versão pelo período de vigência do contrato (12 meses).

Objetivo da Contratação: criar condições de manutenção de mecanismos para racionalizar e implementar processos e arquitetura tecnológica adequados, baseados em forte metodologia de automatização da coleta, transformação e distribuição de dados, assim como a qualificação e o armazenamento das informações.

Justificativa da Necessidade: a base de dados do Ministério de Minas e Energia constitui um dos ativos da maior importância na cadeia de valores tangíveis desta Instituição, de modo que sua disponibilidade, integridade, inviolabilidade e, conseqüentemente, confiabilidade são metas que devem ser perseguidas em todos os momentos. A adoção e uso das recomendações sugeridas nos manuais das melhores práticas na governança de infraestrutura de tecnologia da informação só poderão ser alcançados em sua plenitude se o MME dispôr de um ambiente estável e seguro.

Com a finalidade de viabilizar a modernização das soluções de TI e suprir demandas por informações, de modo a subsidiar a tomada de decisão quanto aos objetivos estratégicos do Ministério e a seus planos e programas prioritários, o MME necessitava ampliar sua capacidade de acesso, análise, qualificação e distribuição das informações de gestão. Outro aspecto não menos importante é a necessidade deste Ministério em utilizar, de forma intensiva, as informações que se encontram dispersas em diversos sistemas, cujo acesso e obtenção são dificultados pelos inúmeros formatos de organização dos softwares adotados.

➤ Monitores de 27 polegadas

Objeto: aquisição de 04 (quatro) monitores de vídeo de 27 polegadas, com garantia pelo período de 12 meses.

Objetivo da Contratação: atender às demandas do Gabinete do Ministro.

Justificativa da Necessidade: com o avanço tecnológico experimentado pelo MME nos últimos anos, em especial a efetivação do uso do processo eletrônico, incrementou-se a utilização dos microcomputadores, com o surgimento de nova demanda por uso de dois monitores de vídeo para aumentar a produtividade no trabalho com documentos eletrônicos.

Para o atendimento às atuais demandas tecnológicas por processamento, e para permitir o trabalho com maior produtividade e conforto, faz-se necessária a aquisição de monitores de vídeo com área de visualização com dimensão extra.

#### ➤ Microcomputadores

Objeto: contratação de empresa especializada no fornecimento de 335 (trezentas e trinta e cinco) estações de trabalho *All in One (desktops)* com garantia de funcionamento on-site pelo período de 36 (trinta e seis) meses, 335 (trezentas e trinta e cinco) Memórias Adicionais de 4G e 335 (trezentos e trinta e cinco) cabos de aço de segurança, visando atender às demandas deste Ministério.

Objetivo da Contratação: manter o parque de microcomputadores funcional e operante.

Justificativa da Necessidade: o Ministério adquiriu, no ano de 2009, trezentos e trinta e cinco microcomputadores da marca HP, modelo DC-5800. Os equipamentos em questão já tiveram sua garantia de três anos encerrada há mais de um ano, obrigando o MME a licitar contrato de manutenção para os microcomputadores de forma a garantir a disponibilidade de seu parque de equipamentos.

Ocorre que, como qualquer ativo de tecnologia, a defasagem acontece em ritmo acelerado, o que acarreta uma enorme dificuldade na reposição de peças. Além de difícil obtenção, essas peças são extremamente caras o que inviabiliza, sob o aspecto econômico, a utilização de equipamentos antigos. Ademais, os softwares atuais, que são utilizados no MME (*Microsoft Office 2010, Autocad, Corel Draw, Photoshop* etc.) demandam cada vez mais recursos de hardware, onerando excessivamente as máquinas antigas e, conseqüentemente, retardando a finalização de trabalhos essenciais às áreas finalísticas.

#### ➤ Telefonia Móvel

Objeto: contratação de empresa especializada para a prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), com fornecimento de linhas telefônicas digitais e cessão dos terminais de SMP em regime de comodato, a fim de atender às necessidades do Ministério de Minas e Energia.

Objetivo da Contratação: efetivar o tráfego móvel de voz e dados.

Justificativa da Necessidade: os serviços de telefonia móvel, por sua natureza, são essenciais para a administração, e no contexto atual de modernização dos recursos de comunicação, a tomada de decisões, em níveis estratégicos ou não, exige celeridade na sua transmissão e no comando remoto.

A contratação em questão é imprescindível em virtude da necessidade permanente de comunicação entre os titulares de cargos estratégicos deste Ministério, que com frequência desenvolvem atividades na área de competência fora de suas salas ou do local de trabalho.

A importância e a complexidade dos trabalhos realizados pelos ocupantes de cargos em comissão, níveis 4, 5 e 6, bem como dos Cargos de Natureza Especial, requerem tanto o serviço móvel de tráfego de voz quanto o serviço móvel de tráfego de dados, indispensáveis na realização e celeridade dos trabalhos, que exigem a constante comunicação por voz e/ou leitura de e-mails e a abertura de arquivos de texto para conferência ou apresentações.

➤ Gerenciamento de Vulnerabilidade na WEB

Objeto: aquisição de Sistema Integrado de Gerenciamento de Vulnerabilidades para Aplicativos WEB e ativos de rede, incluindo implantação, suporte técnico, garantia e manutenção de versões, treinamento especializado e operação assistida do sistema.

Objetivo da Contratação: prover o Ministério de recursos computacionais adequados, serviços de qualidade comprovada e infraestrutura moderna que garanta a manutenção e a evolução de seu ambiente tecnológico, disponibilizando uma solução que permita o constante monitoramento e o aperfeiçoamento dos serviços existentes, bem como assegure a disponibilidade das aplicações de forma a minimizar o risco de paradas que traga impacto negativo sobre o desempenho institucional.

Justificativa da Necessidade: boas práticas de governança corporativa são metas perseguidas por todas as organizações, incluindo a Administração Pública. O Ministério de Minas e Energia, na busca constante pela excelência na prestação dos serviços e relacionamento transparente com a sociedade, tem enfrentado com objetividade e pragmatismo todos os desafios e as dificuldades encontradas no dia-a-dia para atingir seus objetivos corporativos.

Nesse contexto, foi possível identificar que muitas operações fundamentais para o funcionamento da Instituição estão fortemente dependentes dos serviços disponíveis em sua rede de computadores. Assim, a aquisição da solução proposta tem por finalidade prover o MME de ferramentas especializadas necessárias para assegurar o efetivo gerenciamento de vulnerabilidades de ativos de rede e aplicações Web de toda a organização.

➤ Webcam

Objeto: aquisição de 20 (vinte) equipamentos Webcam (câmeras de vídeo para conexão em computadores).

Objetivo da Contratação: atender às demandas da Consultoria Jurídica.

Justificativa da Necessidade: otimizar a comunicação entre os advogados lotados na Consultoria Jurídica deste Órgão e os dirigentes da Advocacia-Geral da União, bem como possibilitar que os advogados venham participar de eventos de capacitação promovidos pela Escola da AGU.

➤ Ampliação de Solução de Videoconferência

Objeto: aquisição de solução de videoconferência, incluindo serviços de instalação, capacitação técnica, suporte, assistência técnica, manutenção e garantia *on-site* de 36 meses.

Objetivo da Contratação: promover reuniões de forma célere e eficiente com participantes dispersos em diferentes localidades.

Justificativa da Necessidade: a solução de videoconferência é um modo de comunicação interativo entre duas ou mais pessoas separadas fisicamente que permite a transmissão de vídeo, áudio e dados em tempo real, reduzindo significativamente a necessidade de deslocamento do servidor para outra localidade, gerando grande economia de tempo e redução no volume de diárias e passagens e possibilitando às autoridades participantes a tomada de decisão de maneira segura e eficiente mediante o compartilhamento on-line de informações/conteúdos.

A aquisição em destaque possibilita a realização de reuniões remotas, conferindo agilidade na tomada de decisões estratégicas, auxiliando na comunicação entre entidades relacionadas com o governo uma vez que acarreta em economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

Registre-se que essa aquisição proporcionou a ampliação de duas salas de videoconferência à solução já instalada neste Ministério, que passou a operar com dezoito equipamentos de videoconferência.

➤ Sistema de Auditoria Forense

Objeto: aquisição de Solução de Análise, Captura e Inspeção Profunda de Pacotes (ACIPP), consistindo em um conjunto de hardware e software especializados, transferência de conhecimento, implantação e licenças de uso permanentes, incluindo atualização de versões do produto, com garantia, manutenção e suporte de 12 (doze) meses a contar do término da instalação da solução.

Objetivo da Contratação: ampliar a segurança cibernética, a fim de oferecer rastreabilidade para todas as ações executadas na rede do MME.

Justificativa da Necessidade: nos últimos anos, o número de ataques aos sítios e estruturas de comunicações do governo federal tem crescido exponencialmente. Ataques com motivos ideológicos proferidos por grupo de hackers e ações de espionagens proferidas por grupos internacionais têm ganhado notoriedade por meio das mídias escritas e televisionadas.

Com intuito de melhorar a capacidade de proteção do sítio do MME, a equipe de analistas de segurança avaliou, por meio de pesquisas e provas de conceito, soluções com tecnologia forense. Foi identificado que esse tipo de tecnologia permite fortalecer o processo de reconhecimento de ameaças, fornecendo à equipe de segurança a capacidade de análise necessária para aumentar a assertividade na aplicação dos seus controles e apoio ao cumprimento da missão da organização.

➤ Rede de Distribuição de Conteúdo e Aceleração de Aplicações Transacionais

Objetivo: contratação de empresa especializada em prestação de serviços de rede dinâmica de distribuição de conteúdo e aceleração de aplicações transacionais na WEB, não intrusiva, incluindo atenuação e atendimento de tráfego malicioso, permitindo o bloqueio dos acessos não legítimos, abrangendo serviço de ativação, monitoração, ajustes e configuração.

Objetivo da Contratação: prover o Ministério de recursos computacionais adequados, com serviços de qualidade comprovada e infraestrutura moderna que garantam a manutenção e a evolução de seu ambiente tecnológico, disponibilizando soluções com base em modelos, processos e procedimentos operacionais integrados, seguros e contínuos, voltados para o aumento de alta disponibilidade e com elevados níveis de maturidade.

Justificativa da Necessidade: um grande risco para as atividades desenvolvidas por qualquer instituição da Administração Pública é ter seus sistemas computacionais indisponíveis, o que pode comprometer, além da confidencialidade, a imagem dos serviços prestados à sociedade e a integridade das informações, razão pela qual é necessário garantir a alta disponibilidade das informações e, ao mesmo tempo, conferir segurança no envio e recebimento de dados.

A implantação de serviços de TIC em uma rede dinâmica de distribuição mediante aceleração de aplicações transacionais permitirá ao MME dotar de maior eficiência e eficácia a prestação de serviços sob sua competência. Assim, garantindo condições adequadas à satisfação do interesse público com a estabilidade de sistemas (portais), alta disponibilidade das informações, menor tempo de respostas aos cidadãos/usuários, mais segurança dos dados trafegados via WEB, entre outros objetivos, essenciais ao cumprimento das ações e das metas estratégicas de negócio do MME.

Essa contratação não foi concretizada em 2014 porque, embora o certame tenha sido homologado, permanece no aguardo da análise final da CGU, em face dos trabalhos de auditoria daquela instituição, no que concerne ao pregão PE-SRP nº 02/2013-MME, finalizada apenas em 2015. No momento, o processo de contratação encontra-se em análise da sua viabilidade econômica para o orçamento de 2015, considerando o possível contingenciamento a ocorrer nesse exercício.

➤ Servidores de Rede

Objeto: aquisição de Unidade Computacional para multiprocessamento simétrico (SMP) e Servidores de Rede, incluindo implantação, manutenção, garantia de 60 (sessenta) meses e treinamento especializado.

Objetivo da Contratação: processar em larga escala simulações, modelos matemáticos, previsões e definição de estratégias operacionais.

Justificativa da Necessidade: dando sequência ao processo de modernização do ambiente computacional e tecnológico, o Ministério de Minas e Energia identificou a necessidade de aquisição de Unidade Computacional para multiprocessamento simétrico (SMP) a ser utilizada no ambiente de processamento massivo de simulações, modelos matemáticos, previsões e definição de estratégias operacionais.

A necessidade advém da crescente demanda pelas informações produzidas pelos diversos sistemas e modelos matemáticos processados por este Ministério, dentre os quais o NEWAVE – modelo de vital importância para operação da matriz energética nacional que resolve os problemas de planejamento da operação interligada de sistemas hidrotérmicos –, que atendem não só departamentos internos, como outras instituições governamentais ligadas à geração, distribuição, controle e operação do Sistema Energético Nacional.

Ressalte-se ainda que os equipamentos computacionais de suporte a grandes sistemas de memória compartilhada e multiprocessamento simétrico possibilitam significativos ganhos de desempenho e simplificação de procedimentos operacionais e de gerenciamento cotidiano, principalmente por esta arquitetura, SMP, por requerer apenas um sistema operacional instalado.

Quanto a esse projeto, de forma a adaptar a necessidade do MME ao seu orçamento, foi adquirida apenas uma unidade do servidor de rede modelo OMTX VRILLX 400, em 2014, devendo a segunda unidade contratada ser adquirida em 2015.

#### 5.3.4 COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – CGOF

À Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF compete: exercer as atividades de órgão setorial de Orçamento, Administração Financeira e Contabilidade; coordenar e orientar a elaboração das propostas orçamentárias do Ministério, em consonância e articulação com as áreas envolvidas; planejar, coordenar, acompanhar, orientar e controlar as atividades orçamentárias e de programação financeira, relativas aos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social, no âmbito do Ministério; promover a descentralização de créditos orçamentários e de recursos financeiros para as unidades do Ministério e as entidades vinculadas; orientar, acompanhar e avaliar a execução orçamentária dos planos, programas e projetos do Ministério, sem prejuízo das competências regimentais atribuídas a outros órgãos; coordenar, analisar e acompanhar, em nível setorial, a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias; e proceder aos registros contábeis dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério.

➤ Execução Orçamentária e Financeira 2014

No exercício de 2014, os limites de empenho e de pagamento do MME foram determinados por meio do Decreto nº 8.197, de 20/02/2014. O valor total dos limites de empenho estabelecido para as Demais Despesas Discricionárias (excluindo PAC e Benefícios) foi de R\$ 463,5 milhões, que praticamente coincidia com o total dos valores empenhados no exercício de 2013, como tem ocorrido nos últimos exercícios.

Desde a publicação do Decreto nº 8.197, de 20/02/2014, os limites de pagamento já estavam em valor inferior aos limites de empenho. Essa diferença se agravou com as ampliações de limites de empenho para Benefícios, que não foram acompanhadas por ampliações correspondentes nos limites de pagamento. Por meio dos Ofícios nº 031/2014-SPOA/SE-MME, de 19/03/2014, 075/2014-SE-MME, de 24/04/2014, e 122/2014-SPOA/SE-MME, de 13/11/2014, o MME solicitou à Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF ampliações nos limites de pagamento, porém não obteve resposta.

Ao longo do exercício, a CGOF/SPOA acompanhou a execução orçamentária e financeira das Unidades que compõem o MME, e efetuou os remanejamentos internos de limites necessários para a otimização da execução do MME como um todo.

A planilha abaixo demonstra a execução orçamentária das Demais Despesas Discricionárias do Ministério de Minas e Energia até o dia 31/12/2014, por Unidade Orçamentária e por Grupo de Despesa. Tais despesas excluem as despesas contempladas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, os Benefícios ao Servidor, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Amortização da Dívida, Recursos de Doações e de Convênios e a Reserva de Contingência.

Com isso, até o dia 31/12/2014, o percentual de empenho do MME como um todo, considerando apenas as Demais Despesas Discricionárias (Custeio e Investimento), foi de **99,7%**, o que demonstra eficiência na gestão dos limites de empenho disponibilizados para o MME.

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2014

R\$ 1,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	LOA 2014	LIMITE DE EMPENHO	VALOR EMPENHADO	% EMP/LIM
<b>32101 - ADM. DIRETA</b>	<b>142.697.179</b>	<b>61.086.345</b>	<b>60.773.280</b>	<b>99,5%</b>
CUSTEIO	54.246.454	36.295.876	35.982.811	99,1%
INVESTIMENTO	88.450.725	24.790.469	24.790.469	100,0%
<b>32202 - CPRM</b>	<b>32.279.791</b>	<b>31.734.630</b>	<b>31.720.183</b>	<b>100,0%</b>
CUSTEIO	30.679.791	30.217.929	30.203.490	100,0%
INVESTIMENTO	1.600.000	1.516.701	1.516.693	100,0%
<b>32263 - DNPM</b>	<b>92.241.268</b>	<b>57.801.651</b>	<b>56.928.744</b>	<b>98,5%</b>
CUSTEIO	68.005.564	53.242.047	52.402.744	98,4%
INVESTIMENTO	24.235.704	4.559.604	4.526.000	99,3%
<b>32265 - ANP</b>	<b>206.869.309</b>	<b>204.171.435</b>	<b>204.134.678</b>	<b>100,0%</b>
CUSTEIO	195.776.131	193.244.528	193.207.771	100,0%
INVESTIMENTO	11.093.178	10.926.907	10.926.907	100,0%
<b>32266 - ANEEL</b>	<b>101.749.765</b>	<b>90.527.100</b>	<b>90.172.715</b>	<b>99,6%</b>
CUSTEIO	88.573.545	79.095.028	79.058.682	100,0%
INVESTIMENTO	13.176.220	11.432.072	11.114.033	97,2%
<b>32314 - EPE</b>	<b>19.004.883</b>	<b>17.012.839</b>	<b>17.012.839</b>	<b>100,0%</b>
CUSTEIO	18.674.266	16.682.222	16.682.222	100,0%
INVESTIMENTO	330.617	330.617	330.617	100,0%
<b>TOTAL MME</b>	<b>594.842.195</b>	<b>462.334.000</b>	<b>460.742.439</b>	<b>99,7%</b>
CUSTEIO	455.955.751	408.777.630	407.537.720	99,7%
INVESTIMENTO	138.886.444	53.556.370	53.204.719	99,3%

Fonte: LOA 2014 e SIAFI (até 31/12/2014)

➤ Recolhimento de Recursos para Pesquisa e Desenvolvimento

Além das atribuições regimentais, típicas de um órgão setorial dos Sistemas Federais de Orçamento, Administração Financeira e Contabilidade, a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOF/SPOA, a partir de janeiro de 2007, passou a realizar também atividades relacionadas ao

recolhimento dos recursos a que se refere a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que estabelece a obrigatoriedade da aplicação de um percentual da receita operacional líquida das empresas do setor elétrico em pesquisa e desenvolvimento.

Por falta de regulamentação, até o exercício de 2006, o recolhimento desses recursos para o Ministério de Minas e Energia não estava sendo efetuado. A situação só foi normalizada a partir de iniciativa da SPOA, em parceria com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE/MME e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com a publicação do Decreto nº 5.879, de 22 de agosto de 2006, que regulamentou o inciso III do art. 4º da Lei nº 9.991/2000.

Posteriormente, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 233, de 24 de outubro de 2006, estabelecendo os critérios e procedimentos para o cálculo, aplicação e o recolhimento, pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas, dos recursos previstos na Lei nº 9.991/2000. A mencionada Resolução entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2007, e, posteriormente, foi revogada pela Resolução Normativa ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008, que aprovou o Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, e estabeleceu novos critérios e procedimentos para o cálculo, aplicação e o recolhimento dos recursos para pesquisa e desenvolvimento.

Dessa forma, no exercício de 2014, o valor total do recolhimento foi de aproximadamente R\$ 275.575.000,00 (duzentos e setenta e cinco milhões e quinhentos e setenta e cinco mil reais). O valor acumulado desde o início dos recolhimentos é de cerca de R\$ 1.971.287.000,00 (um bilhão, novecentos e setenta e um milhões e duzentos e oitenta e sete mil reais), incluindo os recolhimentos referentes aos exercícios de 2007 a 2014, assim como, os valores atrasados devidos de 2004 a 2006.

É importante ressaltar que o valor recolhido pelas empresas do setor energético não ingressa em conta específica do MME e sim na Conta Única do Tesouro Nacional, administrada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF. Portanto, o recolhimento dessa receita não gera recursos adicionais para o MME; gera apenas “caixa” para o Tesouro Nacional e possibilita a substituição de outras fontes de receita pela fonte 172. Espera-se que, eventualmente, a Secretaria de Orçamento Federal - SOF e a Secretaria do Tesouro Nacional - STN considerem o excesso de arrecadação ou superávit financeiro dessa receita como uma possível contrapartida para a obtenção de créditos adicionais e/ou ampliações de limites orçamentários e financeiros para a Pasta de Minas e Energia.

#### ➤ Acompanhamento e Análise de Convênios

No exercício de 2008, tendo em vista as alterações promovidas na legislação aplicável a convênios por força do Decreto nº 6.170, de 25/07/2007, e da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29/05/2008, a CGOF/SPOA, por meio da Nota nº 072/CGOF/2008, de 26/11/2008 (Processo nº 48000.002383/08-42), apresentou uma proposta para criação de uma Unidade de Gestão de Convênios, no âmbito do MME.

Posteriormente, em reunião ocorrida no dia 26/05/2009, com a presença de representantes da Secretaria-Executiva, do Gabinete do Ministro, da SPOA e das 04 Secretarias Finalísticas do MME, ficou decidido que todos os procedimentos referentes aos convênios e instrumentos congêneres pactuados a partir de 30/05/2008, incluindo celebração, execução e prestação de contas, seriam de responsabilidade das Secretarias Finalísticas.

Com relação aos convênios celebrados até 29/05/2008, ficou acordado que a CGOF/SPOA continuaria responsável pela análise financeira das prestações de contas e as Secretarias continuariam responsáveis pela análise técnica e demais procedimentos.

Por meio da Portaria GM/MME nº 459, de 01/12/2009, foi efetuada uma alteração no Regimento Interno da Secretaria-Executiva do MME, revogando os incisos dos arts. 26 e 28 que dizem respeito



às competências da CGOF/SPOA e da Coordenação de Contabilidade que estavam relacionadas a convênios, e acrescentando um inciso ao art. 40, atribuindo à Assessoria Especial de Gestão Estratégica a competência para “*supervisionar o processo de celebração, execução e prestação de contas dos convênios ou instrumentos congêneres firmados pelos órgãos do Ministério de Minas e Energia*”.

Finalmente, no dia 23/12/2009, foi publicada a Portaria SE/MME nº 494, de 22/12/2009, que “*dispõe sobre a tramitação, celebração, execução, fiscalização e análise de prestação de contas de convênios ou instrumentos congêneres celebrados a partir de 30 de maio de 2008, no âmbito do Ministério de Minas e Energia – MME*”.

De acordo com o novo Regimento Interno da Secretaria-Executiva do MME, aprovado por meio da Portaria MME nº 89, de 27/02/2014, “*incumbe, especificamente, ao Chefe da Assessoria Especial de Gestão Estratégica supervisionar o processo de celebração, execução e prestação de contas dos convênios ou instrumentos congêneres firmados pelos órgãos do Ministério de Minas e Energia*” (art. 43, § único).

### 5.3.5 COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS – CGCC

À Coordenação-Geral de Compras e Contratos – CGCC, da qual integram a Coordenação de Licitações e Compras e a Coordenação de Administração de Contratos, compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades inerentes aos processos de licitação, dispensa e inexigibilidade, destinadas à aquisição de materiais e bens diversos, bem como à contratação de obras e serviços demandados pelas diversas unidades do Ministério de Minas e Energia.

Todas as atividades exercidas são pautadas nas disposições das Leis nºs 8.666/1993, 9.784/1999 e 10.520/2002 e Lei Complementar nº 123/2006, nos Decretos nºs 2.271/1997, 3.555/2000, 3.722/2001, 5.450/2002, 6.204/2007, 7.892/2013, e nas Instruções Normativas de competência da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Além dessas normas, também são consultados outros regulamentos que tratam de tributação e encargos sociais, jurisprudências, Decisões e Acórdãos do Tribunal de Contas da União e observadas as recomendações da Controladoria-Geral da União.

Integram as ações da CGCC, por meio da Coordenação de Licitações e Compras, a instrução dos processos, com toda a fundamentação legal competente, para o cumprimento das exigências formais e legais nos procedimentos de aquisição de materiais e contratação de serviços gerais ou de obras/serviços de engenharia, quer seja por meio de dispensa ou inexigibilidade de licitação, ou para deflagração de certames licitatórios. Dessas licitações, 100% foram realizadas na modalidade de Pregão Eletrônico, podendo ser, ainda, nas modalidades de Concorrência, Tomada de Preços, Convite e Adesão a Atas de Registro de Preços gerenciadas por outros Órgãos.

Ao encargo da área está, a gestão do Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores – SICAF e o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV no âmbito deste Órgão, mais o apoio administrativo à Comissão Permanente de Licitações (pesquisa de preços, consultas diversas no Portal de Compras Governamentais/*Comprasnet*, atualização de dados no SICAF e SICONV, e publicação de matérias via Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras e Contratações – SIDEC e extrato de editais, em jornal de grande circulação, por meio da Empresa Brasil de Comunicação – EBC).

A Coordenação de Administração de Contratos atua na instrução dos processos de pagamento, zelando pela correta liquidação das despesas de serviços ou fornecimento de materiais, que consiste na verificação do valor contratado, da correta medição dos serviços pela fiscalização, da

regularidade fiscal, através de consulta ao SICAF e às instituições oficiais competentes, do cumprimento dos prazos e demais condições contratuais, bem como do recolhimento dos valores destinados à cobertura das obrigações previdenciárias e trabalhistas assumidas pelas empresas em função dos contratos vigentes. Adicionalmente, é elaborado e acompanhado o cronograma de desembolso físico-financeiro dos instrumentos contratuais de serviços continuados, com integral disponibilização no módulo SICON/SIASG.

Por um impositivo legal, e para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, adotam-se todas as providências necessárias para depósito, diretamente em conta vinculada específica, provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º(décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada que prestam serviços nas dependências do Ministério de Minas e Energia. Destaque-se que muitas vezes o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas são pagos diretamente aos trabalhadores, quando a empresa falha no cumprimento dessas obrigações.

Outra atividade não menos importante, e que demanda tempo e disposição da área, é o fornecimento e pesquisa de preços a outros órgãos públicos, relativamente aos serviços contratados pelo MME, de forma a possibilitar a troca de informações por ocasião das renovações e repactuações dos contratos, facilitando a verificação da compatibilidade entre preços praticados no mercado e os preços pactuados em contratos celebrados com a Administração Pública.

Para excelência da gestão, a CGCC tem adotado ações específicas e até mesmo individuais na busca de melhoria e agilidade dos trabalhos ao seu encargo, com investimento na capacitação do pessoal envolvido, direta e indiretamente, em licitações e contratos. Essa iniciativa tem por objetivo promover melhor interpretação das normas legais que regem suas atividades, o entendimento dos processos e métodos, a multiplicação de conhecimentos para operacionalização dos sistemas de governo, ensejando mudanças significativas e necessárias para o efetivo desempenho, conforme pode ser visto nos relatórios e gráficos atinentes aos indicadores propostos para a Unidade.

Nesse escopo, a atuação da área de Licitações e Compras, é importante destacar, contribuiu positivamente para redução dos custos das contratações realizadas pelo MME, especialmente no uso sistemático da modalidade de Pregão Eletrônico, nas dispensas por cotação eletrônica e, até mesmo nas Adesões aos Registros de Preços, como se pode aferir nos percentuais consideráveis entre o valor estimado e o valor efetivamente contratado (vide quadros adiante).

No exercício de 2014 foram deflagradas 37 licitações no âmbito deste Ministério para aquisição e contratação de serviços com valor acima do limite de R\$ 8.000,00, sendo 100% delas realizadas na modalidade de Pregão Eletrônico (sete certames enquadrados no Sistema de Registro de Preços), para maior celeridade, transparência e economicidade dos processos de compra e contratação de serviços. Dois pregões eletrônicos foram revogados e mais dois procedimentos foram cancelados (propostas não atenderam exigências do edital, preço ofertado acima do valor estimado e divergências na especificação do objeto).

E, ainda, foram realizadas 08 contratações por meio de adesão a Atas de Registro de Preços vigentes de outros órgãos públicos, com base na faculdade legal prevista no Decreto nº 7.892/2013, após anuência dos órgãos gerenciadores e do fornecedor, bem como comprovada a vantagem econômica para a Administração.

Dos 31 procedimentos realizados com escopo no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 (dispensa de licitação), 10 destinavam-se a aquisição de materiais e ocorreram por meio do Sistema de Cotação Eletrônica disponibilizado pelo Governo Federal (correspondente a 34,48% do total), propiciando ao Órgão uma economia de 17,84%, comparativamente entre o valor estimado e o valor finalmente contratado pela Administração. Demais procedimentos realizados com o mesmo escopo legal acima citado (20 processos – correspondente a 65,52%) tratam-se da contratação de serviços, objeto esse

não previsto no Portal *Comprasnet* para realização pelo Sistema de Cotação Eletrônica de Preços. Do total de processos de contratação instruídos com amparo legal na dispensa de licitação, (1) um foi cancelado (contratação de serviços).

É importante destacar, ainda, o uso do procedimento licitatório como uma das ferramentas estratégicas de promoção do desenvolvimento sustentável na esfera pública, com repercussão direta no setor privado, possível com a institucionalidade das compras públicas de forma sustentável. Assim, na aplicação dos recursos públicos, focado no compromisso efetivo com a sustentabilidade, é enorme a responsabilidade do gestor público encarregado de definir as regras de um edital de licitação que assegure a livre concorrência, sem privilégios ou favorecimentos, e que ao mesmo tempo garanta ao governo o fornecimento do melhor produto/serviço pelo menor preço.

Atualmente, cem por cento dos procedimentos licitatórios deflagrados pelo MME são classificados na categoria “contratações/compras sustentáveis”, em face da fiel observância desta área à legislação ambiental, a ensejar inserção dos critérios ecoeficientes nos instrumentos editalícios.

Por fim, os indicadores implementados para o acompanhamento e desenvolvimento das atividades atribuídas a esta CGCC, têm contribuído para mensurar, monitorar e avaliar o desempenho da gestão, uma vez que proporcionam informações presentes e comparativas, com base nas apurações anteriores e em relação à execução dos Programas, Projetos e Ações sob a responsabilidade institucional da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, em aspectos relevantes tais como: eficiência, eficácia, economicidade e efetividade.

Assim, de uma análise dos percentuais auferidos com os indicadores propostos para esta CGCC considera-se que o resultado foi bem positivo e, ainda, em conformidade com os requisitos estabelecidos, prazos e metas definidas, restando demonstrado que houve superação do desempenho desejado nos dois semestres de 2014.

Com o objetivo de desestimular a violação da ordem jurídica, há que se ressaltar, ainda, o comprometimento desta CGCC na abertura de procedimento administrativo, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa e as formalidades previstas na Lei nº 8.666/1993, para apuração da responsabilidade, quando as empresas que estão mais bem colocadas em um Pregão Eletrônico deixam de apresentar proposta e/ou documentos de habilitação exigidos no edital, ou ainda, quando convocadas dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinam o Contrato, bem como das demais inadimplências previstas no art. 7º da Lei nº 10.520-2002. Assim, leva-se em conta a culpabilidade das empresas inadimplentes, analisando cada caso isoladamente, considerando sempre o prejuízo causado à administração em razão de diversos fatores, tais como: a finalidade da licitação, o mercado, os preços, a urgência da contratação, o tempo demandado até que se concretize a contratação em consequência do descumprimento do edital, e a necessidade da administração na definição da penalidade a ser aplicada.

De igual forma, a unidade tem orientado a fiscalização para observar atentamente a regularidade da execução dos contratos por parte dos contratados, em consonância com os dispositivos legais vigentes, bem como para adoção das medidas que forem necessárias à regularização das faltas, falhas ou defeitos verificados. No caso de inexecução ou execução parcial do contrato, tão logo informada acerca do ocorrido, a CGCC prima pela abertura de procedimento administrativo, também observados os princípios do contraditório e da ampla defesa e as formalidades previstas na Lei nº 8.666/1993, para apuração da responsabilidade. Nesses casos, são avaliados os fatos, a culpabilidade das empresas contratadas e o prejuízo causado à administração, com aplicação das sanções cabíveis a cada caso.

Tabela 16 – Demonstrativo Detalhado dos Processos de Licitação por Modalidade no Exercício de 2014

ANO 2014							
TIPO	MODALIDADE	STATUS	QTD	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	Δ %
LICITAÇÕES	PREGÃO ELETRÔNICO	Concluída	33	149.870.802,17	113.936.964,21	35.933.837,96	23,98
		Revogada (manutenção predial e ACIPP)	2				
		Cancelada (combustível e equipamentos fotográficos)	2				
<b>TOTAL</b>			<b>37</b>				
	DISPENSA (Serviços)		21	495.968,34	477.241,41	18.726,93	3,78
	COTAÇÃO ELETRÔNICA (Materiais)		10	35.304,64	29.005,61	6.299,03	17,84
<b>TOTAL</b>			<b>31</b>				
	ADESÃO A REGISTROS DE PREÇOS - ARP		8	5.669.834,54	4.581.100,45	1.088.734,09	19,20

Fonte: CLC

Tabela 17 – Pregões Eletrônicos Realizados em 2014

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	ORIGEM	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	CPS	IMPUGNAÇÃO DEFERIDA/ INDEFERIDA	RECURSO DEFERIDO/ INDEFERIDA
40	26/12/13 10H	1748/2013-89	Prestação de serviços técnicos de manutenção predial, preventiva, corretiva e preditiva, de forma continuada, nos sistemas elétricos e hidrossanitários, inclusive instalações de prevenção/combate a incêndio, e grupos geradores de emergência, com fornecimento de materiais.	COAGE	1.097.746,62	1.090.000,00	7.746,62	0,71	AUTOS ENCAMINHADOS À CGRL - 28/01/14	CPS	-	-
41	14/01/14 10H	2279/2013-15	Agenciamento de Viagens, compreendendo cotação de preços, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas e/ou terrestres, nacionais e internacionais.	COMEF/ CGRL	1.968.736,00	1.968.724,10	11,90	0,00	P&P TURISMO LTDA-ME	CPS	I.I.	-
1	21/01/14 10H	2120/2013-17	Aquisição de Sistema Integrado de gerenciamento de vulnerabilidades para aplicativos Web e ativos de Rede incluindo implantação, suporte técnico, garantia e manutenção de versões, treinamento especializado e operação assistida do sistema - SRP.	CGTI	14.727.280,00	9.008.400,00	5.718.880,00	38,83	REDE SEGURA TEC PREST SERV LTDA	CPS	-	R.I.

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	ORIGEM	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	CPS	IMPUGNAÇÃO DEFERIDA/ INDEFERIDA	RECURSO DEFERIDO/ INDEFERIDA
2	24/01/14 10H	2277/2013-26	Serviços de rede dinâmica de distribuição de conteúdo e aceleração de aplicações transacionais na WEB, não intrusiva, incluindo atenuação e atendimento de tráfego malicioso, permitindo o bloqueio dos acessos não legítimos, incluindo serviço de ativação, monitoração, ajustes e configuração - SRP.	CGTI	61.833.423,22	57.436.080,00	4.397.343,22	7,11	EDGE TECHNOLOGY LTDA	CPS	I.I.	R.I.
3	27/01/14 10H	2287/2013-61	Atualização do software Informática PowerCenter Standard Editions 32 bits para PowerCenter Standard Edition 64 bits, com treinamento, manutenção tecnológica, atendimento de suporte técnico especializado e transferência de tecnologia da versão pelo período de vigência do contrato (12 meses).	CGTI	298.549,43	265.899,96	32.649,47	10,94	SOFFTEK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	CPS	-	-
4	21/02/14 10H	0009/2014-51	Fornecimento e aplicação de 650 doses de Vacina Antigripal (Vacina contra Influenza).	SEAMS	44.958,33	40.950,00	4.008,33	8,92	IMUNIZAR CLÍNICA DE VACINAS LTDA	CPS	-	R.I.
5	28/03/14 10H	0177/2014-46	Prestação de serviços, com fornecimento de materiais, destinados à manutenção da sinalização/programação visual interna do MME.	COAGE/ CGRL	83.468,97	49.054,40	34.414,57	41,23	UM - SINALIZACAO E CONSTRUCAO LTDA - EPP	CPS	-	-
6	14/05/14 10H	0353/2014-41	Aquisição de material de expediente (78 Itens) para suprir o estoque do almoxarifado central deste MME, por meio do Sistema de Registro de Preços/SRP.	COMEF/ CGRL	107.568,01	84.679,61	22.888,40	21,28	Lote 1 J2 COMÉRCIO; Lote 2 INFORMÁTICA QUALITY e Lote 3 Palmas Editora	CPS	I.I.	

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	ORIGEM	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	CPS	IMPUGNAÇÃO DEFERIDA/ INDEFERIDA	RECURSO DEFERIDO/ INDEFERIDA
7	28/04/14 10H	0176/2014-18	Prestação de serviços técnicos de operação e manutenção predial, preventiva e corretiva, de forma continuada, nos sistemas elétricos e hidrossanitários, inclusive instalações de prevenção de incêndio e grupos geradores de emergência, com fornecimento de materiais, para o MME.	COAGE/ CGRL	1.378.525,01	966.977,04	411.547,97	29,85	ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA	CPS	-	-
8	06/05/14 10H	0411/2014-35	Serviços de SEGURO TOTAL para 26 (vinte e seis) veículos integrantes da frota MME, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas, 7 dias por semana pelo período de 01 (um) ano,	COAGE/ CGRL	31.811,68	31.000,00	811,68	2,55	ITAÚ SEGURO DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A	CPS	-	-
9	08/05/14 10H	364/2014-21	Fornecimento, com substituição, de pneus, sem câmara, bicos, pneus com câmeras e execução de serviços correlatos de balanceamento de rodas, de forma parcelada, sob demanda, para os veículos oficiais deste MME.	COAGE	12.783,51	9.450,00	3.333,51	26,08	OMG COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA EPP	CPS	-	-
10	19/05/14 10H	493/2014-18	Aquisição Materiais de expediente (14 itens sustentáveis) OBS.: 04 itens aceitos (02 - 10 - 13 e 14)	COMEF	8.876,33	5.522,00	3.354,33	37,79	RT COM. E SERV. LTDA-ME PROGRAF PROD. GRAF. LTDA-EPP PALMAS ED. GRAF. LTDA-ME MIDIA3 DIST. MA LTDA	CPS	-	-

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	ORIGEM	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	CPS	IMPUGNAÇÃO DEFERIDA/ INDEFERIDA	RECURSO DEFERIDO/ INDEFERIDA
11	10/07/14 10H	0579/2014-41	Aquisição de 03(três) veículos novos para transporte institucional e serviços comuns do MME.	DIAT/ CGRL	176.849,99	164.990,00	11.859,99	6,71	TECAR VEÍCULOS E SERVIÇOS S.A.	CPS	-	-
12	26/05/14 10H	0523/2014-96	Aquisição de microfones sem fio (exclusivo ME/EPP)	DIAP	11.273,23	8.079,90	3.193,33	28,33	CONCA DISCOS E FITAS LTDA EPP - (Item 1) VERON COM. VAREJISTA DE EQUIP. DE AUDIO PROFESSIONAL EIRELI EPP - (Item 2)	CPS	-	-
13	02/06/14 10H	0564/2014-82	Reparos na cobertura do edificio sede do MME	COAGE/CGRL	207.051,95	202.000,00	5.051,95	2,44	ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA.	CPS	-	R.I.
14	10/06/14 10H	0714/2014-58	Realização de exames médicos periódicos dos servidores do MME	CGRH	127.213,37	100.933,03	26.280,34	20,66	HOSPITAL DIA SAMDEL	CPS	-	-
15	20/06/14 10H	0688/2014-68	Fornecimento e entrega de jornais e revistas, nos dias úteis e finais de semana, ao MME.	ASCOM	66.576,00	42.275,76	24.300,24	36,50	SAMIO BANDEIRA - ME	CPS	-	-
16	01/07/14 10H	0829/2014-42	Aquisição de materiais diversos (capachos, passadeiras, manta emborrachada, etiqueta autoadesivas)	COAGE	23.362,93	15.676,09	7.686,84	32,90	REI DOS CAPACHOS e J.G.	CPS	-	-
17	08/07/14 10H	0556/2014-36	Elaboração de projetos de engenharia e de arquitetura, por demanda, para melhoria da infraestrutura interna do Edifício Sede do MME.	COAGE	302.562,50	275.000,00	27.565,50	9,11	GABINETE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA	CPS	-	R.I.



Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	ORIGEM	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	CPS	IMPUGNAÇÃO DEFERIDA/ INDEFERIDA	RECURSO DEFERIDO/ INDEFERIDA
18	14/07/14 10H	0873/2014-52	Serviços especializados para realizar estudo visando à implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTM's, conforme as especificações técnicas e demais condições gerais consignadas no Termo de Referência.	SGM	1.317.106,51	1.043.128,98	273.977,53	20,80	J. MENDO CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	CPS	-	R.I.
19	01/09/14 10H	1001/2014-11	Contratação de empresa especializada para fornecer Solução Analítica de Data Discovery, incluindo fornecimento de licenças de software e serviços de implantação, suporte técnico e atualização de versão, treinamento e de suporte especializado, por meio do Sistema de Registro de Preços (MME/DNPM.)	CGTI	16.102.074,10	13.116.250,00	2.985.824,10	18,54	NORDICA DISTRIBUIDORA DE SOFTWARE LTDA	CPS	-	I.I.
20	06/08/14 10H	1060/2014-81	Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustível (etanol, óleo diesel, gasolina), por demanda, para abastecimento dos veículos oficiais e do grupo gerador de energia elétrica do MME.	DIAT/CGRL	194.679,54	191.957,57	2.721,97	1,40	ITEM CANCELADO (apenas 01 licitante cadastrou/participou certame - não atendeu edital) - Repetir certame	CPS	-	-
21	22/08/14 10H	1060/2014-81	Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustível (etanol, óleo diesel, gasolina), por demanda, para abastecimento dos veículos oficiais e do grupo gerador de energia elétrica do MME.	DIAT/CGRL	194.679,54	191.175,31	3.504,23	1,80	PETRONORTE COMBUSTÍVEIS LTDA	CPS	-	-

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	ORIGEM	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	CPS	IMPUGNAÇÃO DEFERIDA/ INDEFERIDA	RECURSO DEFERIDO/ INDEFERIDA
22	08/09/14 10H	1252/2014-96	Aquisição de Solução de Análise, Captura e Inspeção Profunda de Pacotes (ACIPP), consistindo em um conjunto de hardware e softwares especializados, com transferência de conhecimento, implantação e licenças de uso permanentes, incluindo atualização de versões, com garantia, manutenção e suporte de 12 (doze) meses - (SRP).	CGTI	38.284.835,26	27.339.221,00	10.945.614,26	28,59	Pregão REVOGADO (DOU 29/09/14) Prazo Recursal até 03/10/14	CPS	-	R.D.
23	22/09/14 10H	1058/2014-19	Aquisição de Unidade Computacional para multiprocessamento simétrico (SMP) e Servidores de Rede, com implantação, manutenção, garantia de 60 meses e treinamento especializado - SRP.	CGTI	22.727.509,35	9.204.000,00	13.523.509,35	59,50	OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - EPP	CPS	-	-
24	25/09/14 10H	1441/2014-69	Contratação de empresa especializada em serviços gráficos para confecção de Anuários Estatísticos do Setor Metalúrgico e do Setor de Transformação de Não Metálicos – 2014,	SGM	15.486,00	12.276,00	3.210,00	20,73	MARINA ARTES GRÁFICAS	CPS	-	-
25	02/10/14 10H	1288/2014-71	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tradução/versão de textos, por demanda, na modalidade simples, interpretação consecutiva, interpretação simultânea e locação de equipamentos para interpretação simultânea,	ASSINT	126.171,00	99.000,00	27.171,00	21,54	PANGEA CENTRO DE TRADUÇÃO INTERPRETAÇÃO E IDIOMAS LTDA ME	CPS	-	-

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	ORIGEM	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	CPS	IMPUGNAÇÃO DEFERIDA/ INDEFERIDA	RECURSO DEFERIDO/ INDEFERIDA
26	17/10/14 10H	1315/2014-12	Aquisição de equipamentos e acessórios fotográficos, os quais são ferramentas fundamentais para a execução dos serviços especializados em fotojornalismo.	ASCOM	22.765,07	22.765,07	0,00	0,00	PE SEM LANCES - propostas acima do valor estimado	CPS	-	-
27	30/10/14 10H	1252/2014-96	Aquisição de Solução de Análise, Captura e Inspeção Profunda de Pacotes (ACIPP), consistindo em um conjunto de hardware e software especializados, transferência de conhecimento, implantação e licenças de uso permanentes incluindo atualização de versões do produto, com garantia, manutenção e suporte de 12 (doze) meses a contar do término da instalação da solução, pelo Sistema de Registro de Preços/SRP.	CGTI	25.568.635,03	17.863.610,00	7.705.025,03	30,13	NCT INFORMÁTICA LTDA	CPS	-	-
28	24/10/14 10H	1632/2014-21	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de reparação e conservação predial, e demais adequações físicas de instalações civis, com fornecimento de materiais, pró demanda, envolvendo dentre outros: paredes, revestimentos, pisos forros, pinturas, calçadas, divisórias, armários, esquadrias, janelas, portões, grades, vidros.	COAGE	1.526.680,40	1.259.971,08	266.709,32	17,47	ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA	CPS	-	-

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	ORIGEM	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	CPS	IMPUGNAÇÃO DEFERIDA/ INDEFERIDA	RECURSO DEFERIDO/ INDEFERIDA
29	29/10/14 10H	1715/2014-11	Execução de serviços comuns de engenharia, com fornecimento de materiais, visando a instalação de um banco de capacitores e de um quadro elétrico modelo TTA e serviços correlatos para a rede do sistema de refrigeração, no âmbito do Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios.	COAGE/CGRL	167.560,21	119.500,00	48.060,21	28,68	DE PAULA ENGENHARIA	CPS	-	-
30	04/11/14 10H	1615/2014-93	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos e materiais de prevenção e combate a incêndio, compreendendo extintores, tripé de metal para extintores e placas de sinalização de extintores.	COAGE/CGRL	25.561,96	22.540,99	3.020,97	11,82	R & J COMÉRCIO DE EQUIP. CONTRA INCÊNDIO	CPS	-	-
31	10/11/2014 10H	1726/2014-16	Aquisição de bens diversos, por item, (09 Itens: bebedouro, geladeira, microondas, máquina café, televisor, câmera digital, lixeira, dispenser) para uso no âmbito do MME.	COAGE/CGRL	55.131,70	42.460,34	12.671,36	22,98	HSM COMERCIAL, KASA CHIQUE,BSB SOLUÇÕES, BRASIL 317, ALFAMAX COMÉRCIO, SANDU COMERCIO, EMBRMIX, MARCELO MARQUES	CPS	-	-
32	13/11/2014 10H	1755/2014-61	Execução de serviços comuns de engenharia, com fornecimento de materiais, visando reforma com adaptação, de área física aproximada de 400 m <sup>2</sup> (quatrocentos metros quadrados), interna e contígua à Garagem do edifício sede do Ministério de Minas e Energia, sito a Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, em Brasília-DF.	COAGE/CGRL	430.024,44	365.540,98	64.483,46	15,00	ENGEMIL CONSTRUÇÕES LTDA	CPS	-	-

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	ORIGEM	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	CPS	IMPUGNAÇÃO DEFERIDA/ INDEFERIDA	RECURSO DEFERIDO/ INDEFERIDA
33	13/11/2014 10H	1590/2014-28	Contratação de serviços de transporte rodoviário de cargas interestadual e mudanças em geral.	CLC/CGCC	42.901,55	37.998,64	4.902,91	11,43	REI DE OURO MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA - ME.	CPS	-	-
34	28/11/2014 10H	1877/2014-58	Contratação de empresa especializada, do ramo, para fornecimento de água mineral natural, não gasosa, não gaseificada, acondicionada em garrações de 20 litros, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF, no exercício de 2015.	COAGE/CGRL	144.970,00	144.780,00	190,00	0,13	CALEVI MINERADORA E COMÉRCIO LTDA.- EPP	CPS	-	-
35	03/12/2014 10H	1889/2014-82	Contratação de empresa especializada em marcenaria, para confecção de armários de copa/cozinha, com fornecimento de materiais.	COAGE/CGRL	15.439,92	14.040,00	1.399,92	9,07	LG COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA	CPS	-	-
<b>VALOR TOTAL.....R\$</b>					<b>149.870.802,17</b>	<b>113.936.964,21</b>	<b>35.933.837,96</b>	<b>23,98</b>	<b>△% variação percentual</b>			

Fonte: SIASG e processos administrativos

Tabela 18 – Dispensas de Licitações Realizadas em 2014

Nº	DL/CE	PROCESSO Nº48000.00	OBJETO/ASSUNTO	ORIGEM	DATA REALIZAÇÃO	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	%	EMPRESA
1	CE	2193/2013-92	Aparelho Fotopolimerizador	SEAMS	13/01/14	1.354,33	890,00	464,33	34,28	DABI ATLANTE IND. MÉDICO ODONTOLÓGICA
2	CE	2180/2013-13	Aquisição de material médico e de enfermagem (102 itens)	SEAMS	30/01/14	7.980,60	7.442,73	537,87	6,74	DROGARIA PRINCIPAL BICÃO E MS1-COMERCIAL PARA LABORATÓRIOS
3	DL	0156/2014-21	Implantação da infraestrutura necessária para fornecimento de energia elétrica ao Parque Olímpico, por meio da construção, montagem, comissionamento e entrega da subestação 138/13,8 KV (Subestação da Vila Olímpica Rio 2016) e linhas de distribuição de 138KV para sua alimentação, provenientes das subestações Gardeneas e Barra II, no município do Rio de Janeiro, de acordo com as especificações do constantes do Projeto Básico.	SECEX/SEE/MME e Ministério dos Esportes	30/01/14	152.743.885,41	152.743.885,41	0,00	0,00	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE OLÍMPICA S.A
4	CE	0083/2014-77	Aquisição de livros técnicos	CLC/SGM	07/02/14	896,00	695,51	200,49	22,38	MULT BOOKS LTDA – ME
5	DL	0221/2014-18	Aquisição de (25) Fitas Ribbon (autorizado CGCC)	CGRL	20/02/14	7.883,25	7.700,00	183,25	2,32	AUTOMATIZA IND. E COM. DE EQUIP. ELETROELETRÔNICOS LTDA
6	CE	326/14-77	Aquisição WEBCAM	CGTI	26/02/14	2.018,00	1.230,00	788,00	39,05	A MAIS INFORMÁTICA
7	DL	2027/13-96	Confecção Cartão Controle de Pressão	SEAMS	13/03/14	780,00	780,00	0,00	0,00	ELI PEREIRA CARDOSO
8	CE	440/2014-13	Aquisição de carimbos numeradores	PROT.GERAL	21/03/14	2.261,30	1.927,98	333,32	14,74	A OLIVEIRA
9	DL	474/13-91	Certificado Digital E-CNPJ	CGRH	21/03/14	412,00	304,40	107,60	26,12	SERPRO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

SPOA – RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

Nº	DL/CE	PROCESSO Nº48000.00	OBJETO/ASSUNTO	ORIGEM	DATA REALIZAÇÃO	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	%	EMPRESA
10	DL	2217/13-11	Renovação 3 assinaturas DOU	CGCC	21/03/14	2.936,40	2.936,40	0,00	0,00	IMPrensa NACIONAL
11	DL	484/14-27	Serviço de Mestre de Cerimônia	AESAM,	04/04/14	13.704,00	7.800,00	5.904,00	43,08	VERSÃO BRASILEIRA REALIZAÇÕES IMOBILIÁRIAS E PRODUÇÕES LTDA – ME
12	DL	0821/14-86	Reconfiguração da Instalação e da Programação da Solução <i>Eco System</i> - iluminação dimerizada.	COAGE	19/05/14	11.563,09	7.889,90	3.673,19	31,77	OFFICE LINE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
13	DL	0823/14-75	Aquisição licenças <i>GOOGLE Earth Pro</i>	CGTI	19/05/14	2.450,53	2.198,00	252,53	10,31	TARGETWARE INFORMÁTICA
14	DL	0901/14-31	Acesso/Assinatura à Lista de Autoridades Governamentais - LAG, pela <i>Internet</i> .	CGTI	01/06/14	5.900,00	5.900,00	0,00	0,00	APOIO PRODUÇÃO E TELEMARKETING LTDA
15	CE	1065/14-11	Aquisição de fogões elétricos.	DIAP	01/07/14	7.838,50	6.985,00	853,50	10,89	S&K
16	DL	1010/2014-19	Contrato de empresa especializada de engenharia, prestação de serviços de revisão e atualização de um projeto de ar condicionado central, tipo VRF, de propriedade do MME.	COAGE	02/07/14	17.466,67	14.800,00	2.666,67	15,27	2AB ENGENHARIA E PROJETOS LTDA.- EPP
17	DL	1114/14-15	Renovação assinatura Banco de Preços	CLC	09/07/14	7.990,00	7.990,00	0,00	0,00	NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TEC.
18	DL	1144/14-13	Serpro - INFOVIA	CGTI	15/07/14	218.400,00	218.400,00	0,00	0,00	DISPENSA CANCELADA/ANULADA 25/07
19	CE	1047/14-21	Materiais/medicamentos odontológicos	SEAMS	16/07/14	3.683,46	3.213,49	469,97	12,76	KIA COM. E SERV. EIRELI - ME. E PRINCIPAL ARTIGOS DENTÁRIOS LTDA - ME.
20	DL	1144/14-13	Serpro - INFOVIA	CGTI	25/07/14	218.400,00	218.400,00	0,00	0,00	Serpro Federal de Processamento de Dados
21	CE	1455/14-82	Aquisição de Publicações (para SGM)	Assessoria SGM	29/08/14	3.764,45	2.916,90	847,55	22,51	Livraria Biotec e outros
22	DL	1473/14-64	Assinatura ZÊNITE	CAC	28/08/14	6.303,00	6.303,00	0,00	0,00	Zênite Informações e Consultoria Ltda.
23	CE	1791/2014-25	Aquisição 04 leitores óticos de código de barras	DGDIB/COAGE	09/10/14	748,00	520,00	228,00	30,48	C&L Informática e Conectividade Ltda.-ME.

Nº	DL/CE	PROCESSO Nº48000.00	OBJETO/ASSUNTO	ORIGEM	DATA REALIZAÇÃO	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	%	EMPRESA
24	DL	1845/2014-52	Aquisição certificado digital	CGTI	29/10/14	10.008,44	4.888,31	5.120,13	51,16	ACTIVEWEB
25	DL	1603/2014-69	Manutenção de equipamentos Odontológicos	SEAMS	27/10/14	7.980,00	7.980,00	0,00	0,00	A UNITEC PROD. ASSIST. TEC. INST. MANUT.
26	DL	1943/2014-91	Produção de vinhetas instrutivas e animadas em 2D (duas dimensões)	COAGE	03/12/14	7.999,86	7.998,80	1,06	0,01	EDITORAR MULTIMÍDIA LTA-ME.
27	CE	2210/2014-72	Aquisição de 04 monitores de 27"	CGTI	01/12/14	4.760,00	3.184,00	1.576,00	33,11	TATIANA SIQUEIRA SARAIVA 10397699778
28	DL	1872/2014-25	Cont. serviços de recarga de extintores (2015)	DIAP/COAGE	00/12/14	5.383,50	4.565,00	818,50	15,20	CONFIANÇA EXTINTORES DE INCÊNDIO LTDA.-ME.
29	DL	2249/2014-91	Fornecimento de 01 (uma) assinatura eletrônica pela Imprensa Nacional do Diário Oficial da União	CAC	05/12/14	1.044,00	1.044,00	0,00	0,00	IMPRESA NACIONAL
30	DL	2316/2014-76	Renovação assinatura tipo convencional período anual do Diário Oficial da União, Seções 1, 2 e 3.	CAC	05/12/14	1.958,40	1.958,40	0,00	0,00	IMPRESA NACIONAL
31	DL	2379/2014-22	Contratação de empresa especializada em mídia impressa e mídia impressa digital.	ASCOM/GM	30/12/14	165.805,20	165.805,20	0,00	0,00	EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO
		<b>TOTAL.....R\$</b>	<b>VALOR TOTAL .....R\$</b>			<b>531.272,98</b>	<b>506.247,02</b>	<b>25.025,96</b>	<b>4,71</b>	<b>% &lt;= Variação percentual</b>

Fonte: SIASG e processos administrativos



Tabela 19 – Adesões a Registros de Preços Realizados em 2014

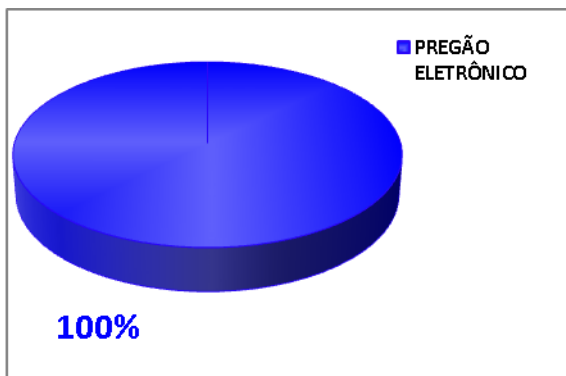
Nº	PROCESSO 48000.00	OBJETO	ORIGEM	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO ATA	DIFERENÇA	%	
1	2337/2013-19	Telefonia Fixa (Participante ARP 09/2013 - MPOG - GVT - Embratel)	CGTI	703.074,73	575.744,39	127.330,34	18,11	
2	0222/2014-62	Aquisição de Solução de armazenamento e virtualização de armazenamento ( <i>Storage</i> ), com funcionalidade SAN e NAS para expandir a capacidade, nível de redundância, desempenho e funcionalidades do equipamento já instalados no MME, fabricado pela NetApp, modelo FAZ-3240 adquirido em dez/2010, com replicação nativa (adesão ATA INMET e empresa V&R Informática).	CGTI	2.164.134,10	1.885.000,00	279.134,10	12,90	
3	2201/2013-17	Serviço Móvel Pessoal pós-pago, nas modalidades Local e Nacional, e placas de acesso à Internet móvel (3G e 4G), nas modalidades Local e Nacional, destinado ao uso de Membros e Servidores deste MME.	CGTI	931.663,66	549.647,16	382.016,50	41,00	
4	0463/2014-11	Contratação de serviço de elaboração de projeto executivo e execução de serviços de instalação, manutenção e remanejamento de cabeamento estruturado para dados e voz, com fornecimento de materiais, no edifício do Ministério de Minas e Energia, em Brasília-DF, por intermédio da Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico RP nº 09/2013 do Comando Militar do Nordeste - CMNE.	CGTI	776.442,47	579.580,90	196.861,57	25,35	
5	0896/2014-67	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de ativos de rede ( <i>Switch de core, Switches PoE, Switches não PoE, interfaces Mini-GBIC</i> ), serviços de instalação, manutenção e assistência técnica (ARP 33/14-FUB - PE01/14-FUB - MME PARTICIPANTE).	CGTI	418.960,00	418.960,00	0,00	0,00	
6	1847/2013-61	Solução de Vídeo Conferência, incluindo serviços de instalação, capacitação técnica, suporte, assistência técnica, manutenção e garantia on-site de 36 meses, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (MME gerenciador e carona).	CGTI	268.489,18	195.784,00	72.705,18	27,08	
7	1256/2014-74	Contratação de empresa especializada para execução de serviços, com fornecimento de materiais, visando à instalação de divisórias especiais necessárias a implantação do Centro de Capacitação de servidores, localizado no 1º Subsolo do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF (ARP 24/2014-INTO/MS).	CGRL	230.313,60	212.856,00	17.457,60	7,58	
8	1258/2014-63	Contratação de empresa fornecimento de mobiliários diversos para implantação do Centro de Capacitação de servidores (Adesão Ata RP 16/2013 - Centro de Inteligência do Exército-CIE-MD e empresa Forma Office).	COAGE/CGRL	176.756,80	163.528,00	13.228,80	7,48	
<b>VALOR TOTAL .....</b>				<b>R\$</b>	<b>5.669.834,54</b>	<b>4.581.100,45</b>	<b>1.088.734,09</b>	<b>19,20</b>

Fonte: SIASG e processos administrativos

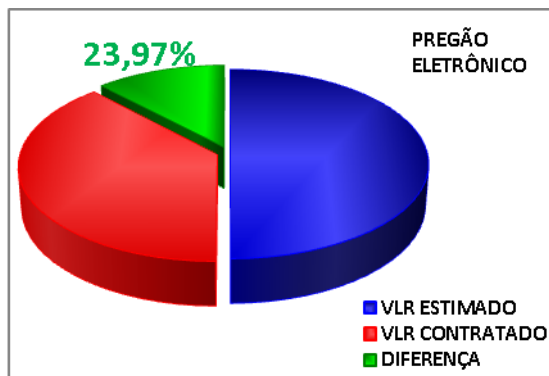
Tabela 20 – Pregão Eletrônico, Dispensa de Licitação e Adesão a Registros de Preços Realizados em 2014

CONTRATAÇÕES 2014

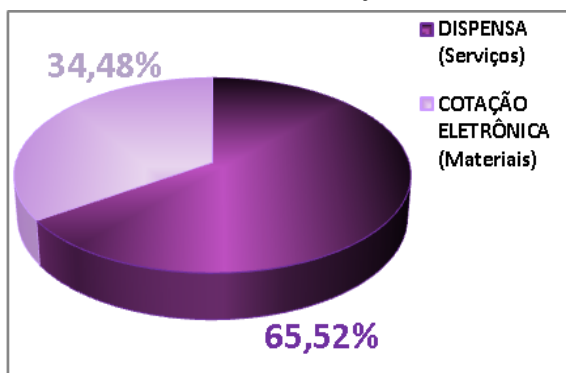
PREGÕES



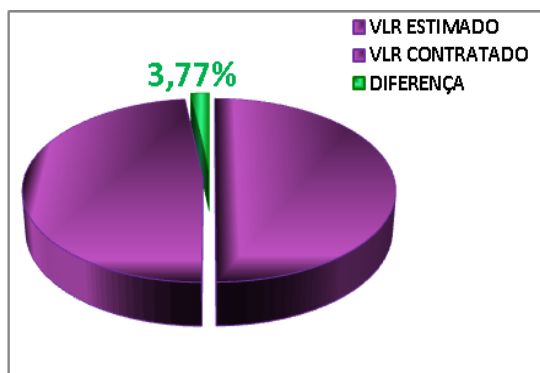
PREGÃO ELETRÔNICO  
VALOR ESTIMADO x VALOR CONTRATADO



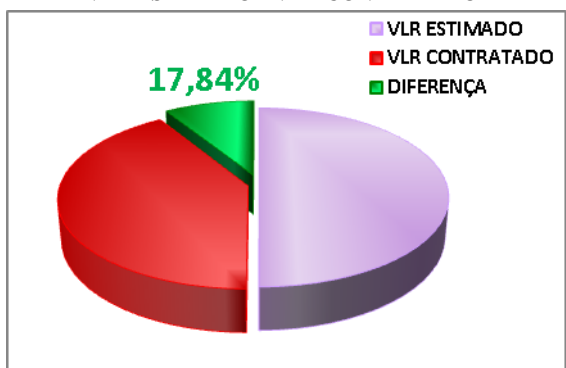
DISPENSA DE LICITAÇÃO



DISPENSA DE LICITAÇÃO  
VALOR ESTIMADO x VALOR CONTRATADO



COTAÇÃO ELETRÔNICA  
VLR ESTIMADO x VLR CONTRATADO



ADESÃO A REGISTRO DE PREÇOS  
VLR ESTIMADO x VLR CONTRATADO

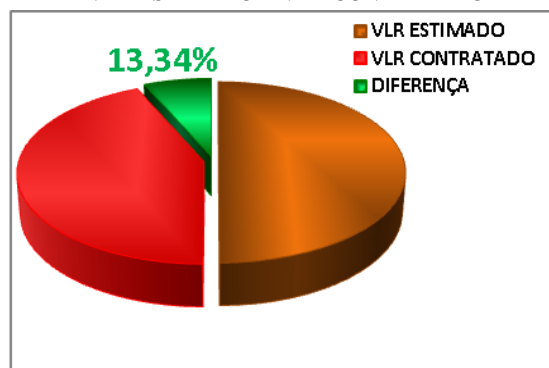
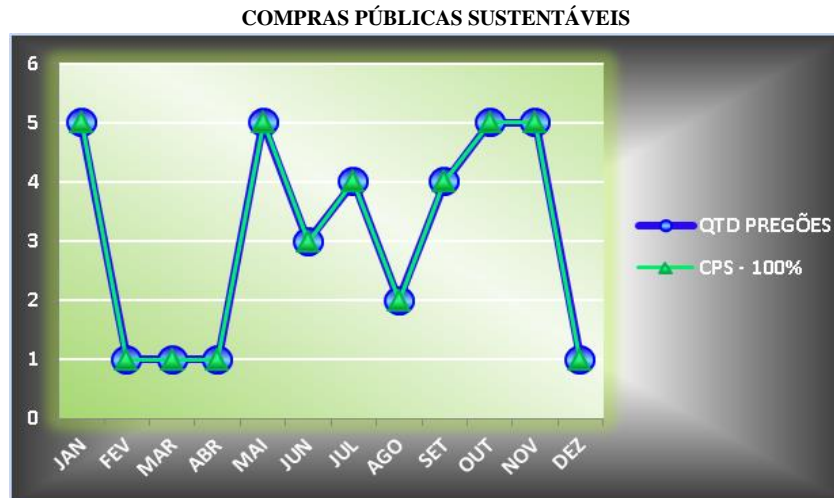


Tabela 21 – Compras Públicas Sustentáveis



Fonte: CLC - Processos Administrativos

### 5.3.6 COORDENAÇÃO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – CMA

À Coordenação de Modernização Administrativa – CMA compete coordenar as atividades de análise e consolidação de projetos de estruturação e reestruturação organizacional; desenvolver e acompanhar a execução de projetos de modelagem de processos organizacionais e de melhoria da qualidade de serviços e da gestão de informações, bem como elaborar e rever instrumentos normativos e de procedimentos necessários ao bom andamento das atividades de organização administrativa, segundo padrões e orientações estabelecidos.

Em 2014, os principais resultados dos trabalhos realizados pela CMA estão relacionados, a seguir:

- Revisadas e padronizadas as minutas dos Regimentos Internos dos Órgãos deste Ministério, como suporte ao trabalho conduzido pelo Gabinete do Ministro. Nessa etapa, foram apontadas as necessidades de alterações organizacionais e redacionais nos documentos. Os regimentos internos, aprovados pela Portaria MME nº 89, de 27/2/2014, estão disponíveis na Comunidade/MME (intranet).
- Consolidado o Relatório de Gestão da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, exercício 2014, abrangendo: a disseminação dos normativos do TCU e da CGU às Coordenações-Gerais da Subsecretaria, com a definição do cronograma de execução do trabalho; a elaboração do conteúdo relacionado ao planejamento e à organização institucional; a conferência e adequação das informações recebidas das unidades; a revisão e validação do documento final, em parceria com o Gab/SPOA e as áreas envolvidas, bem como a remessa eletrônica do relatório ao Tribunal.
- Tratamento de informações sobre os indicadores de desempenho da SPOA, por meio das ações:
  - definido o modelo de relatório gerencial de indicadores para compor o relatório executivo da SPOA, período 2006-2014, solicitando às áreas a extração de dados a partir de controles internos adotados para gerenciar essa atividade (planilhas de avaliação/tabulação de indicadores etc.). Também nessa etapa, por orientação do Subsecretário, foi proposto a implementação de novos indicadores de gestão.

- consolidada a apuração dos quatro indicadores de desempenho que integram a meta intermediária da SPOA, no período de 1º/10/2013 a 30/9/2014, para compor o desempenho institucional do Ministério, cujo resultado das metas intermediárias foi aprovado pela Portaria nº 2, de 25/2/2014, do Secretário-Executivo;
  - compilada a apuração de vinte indicadores de desempenho da Subsecretaria, contemplando a análise comparativa do exercício atual com o anterior, o que representa um instrumento de avaliação para os gestores das respectivas áreas. O demonstrativo integra o Relatório de Gestão da Subsecretaria.
- Elaborados atos administrativos para instituir unidades colegiadas e (ou) aprovar políticas relacionadas à tecnologia da informação, entre os quais: i) Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CETI (Portaria nº 47, de 6/2/2014); ii) Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI do MME (Portaria nº 48, de 6/2/2014); iii) a Política de Segurança da Informação no âmbito do Ministério (Portaria nº 679, de 29/12/2014).
- Revisados e ajustados os documentos para a reestruturação do Sistema de Delegação de Competência - DELEGA (dez atas de reunião no exercício; Documento de Visão, Glossário, Lista de Requisitos, Nota Técnica e Protótipo Não Funcional) a cargo da CTIS/Empresa terceirizada, no período de 27/9/2013 a 24/10/2014. Tendo em vista a carga/migração das informações do atual DELEGA para o novo Sistema, foram tratados, pela CMA, (em planilha Excel) 925 atos/portarias (em vigor, revogados e efeito cessado), no que se refere ao campo Autoridade Delegada, subdividido nos seguintes campos: órgão, cargo, nome, responsabilidade e unidade gestora. Essa primeira etapa do trabalho, realizada no período de julho a outubro de 2014, foi disponibilizada à Empresa pela CGTI. Também foram digitalizadas aproximadamente 580 portarias (em vigor, revogadas e efeito cessado) para operar a nova funcionalidade, solicitada pela área, para o DELEGA, que consiste na vinculação dos atos aos registros correspondentes no Sistema.
- Gerenciamento do atual Sistema Delega, mediante a inclusão e (ou) exclusão de todos os atos de delegação/subdelegação de competência praticados pelos titulares dos órgãos do Ministério (disponível na Comunidade MME para pesquisa dos usuários).
- Elaborado, padronizado e (ou) revisado os formulários referentes a serviços prestados pelas unidades administrativas da SPOA. Disponíveis na Comunidade/MME (intranet) e no DocFlow para preenchimento pelos usuários.
- Revisado, padronizado e formatado, por solicitação de técnico responsável da AEGE, a minuta do Termo de Referência destinado à contratação de consultoria de empresa especializada para o desenvolvimento e implantação de processo de planejamento estratégico neste Ministério.
- Consolidadas as ações/projetos das unidades administrativas da Subsecretaria, incluindo a revisão preliminar de textos, padronização e formatação do documento final, em parceria com a Assessora da SPOA, para compor o Relatório Executivo da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, relativo ao período de 2006 a 2014.
- Levantamento da evolução das competências organizacionais da Divisão de Recursos Minerais Não Metálicos da Coordenadoria de Recursos Minerais da Secretaria de Tecnologia da Secretaria Geral - SETEC/SG/MME, no extinto Ministério das Minas e Energia, bem como no atual MME (até 2014), correspondentes à função ocupada por servidora, com a instrução do processo nº 48000.000198/2014-61, por meio do Despacho CMA/SPOA-MME, de 10/3/2014.
- Definido uma matriz (planilha) para classificação por ponto de função e controle do andamento dos projetos de desenvolvimento de software a cargo da contratada, para complementação pela CTSI/CGTI, abrangendo também a descrição do fluxo da rotina para pagamento de faturas de contrato e o procedimento correspondente. Ação realizada para atender à solicitação superior.

– Elaboração de atos administrativos referentes a assuntos, tais como: i) delegação de competência (designação de servidores para atuar como ordenador de despesas, ordenador de despesas substituto, co-responsáveis nos atos de gestão orçamentária e financeira dos recursos da UG – CGRH); ii) composição de grupos de trabalho (comissão especial para executar procedimentos para desfazimento de bens móveis do órgão; comissão para realizar inventário de bens móveis e imóveis; comissão de designação de servidores para proceder à inscrição das despesas empenhadas a liquidar em restos a pagar não processados das unidades da SPOA; Subcomissão Permanente de Avaliação de Documentos do MME); iii) portaria para aprovação do guia para Eficiência Energética nas Edificações Públicas.

#### 5.4 Informações sobre Indicadores de Desempenho Operacional da SPOA

No exercício de 2014, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, além de manter a aferição dos indicadores estabelecidos nos anos anteriores, procedeu à apuração de novos indicadores. Com isso, foi ampliado o monitoramento do desempenho de alguns serviços operados no âmbito dos processos de gestão de compras e contratos, de recursos logísticos, de recursos humanos, de tecnologia da informação e de gestão de orçamento e finanças, bem como de organização administrativa. Os indicadores, que são subsídios à adoção de medidas gerenciais, demonstram, em sua maioria, os resultados apresentados ao longo deste relatório.

Na sequência, são relacionados os indicadores apurados, referentes aos produtos/serviços da área de atuação da SPOA, por unidade organizacional, inclusive considerando o índice de referência (2013) e o índice observado em 2014.

*Quadro 6 – Indicadores de Desempenho (Quadro A.5.4)*

#### 1 - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOF

DENOMINAÇÃO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (2013)	FAIXA DE ACEITAÇÃO	ÍNDICE OBSERVADO (2014)	PERIODICIDADE (MEDIÇÃO)	FÓRMULA DE CÁLCULO
<b>CGOF - 1: Percentual de Empenho</b>	98,9%	maior que 90%	<b>99,7%</b>	Anual	(Empenhos Emitidos) / (Limites de Empenho) X 100

#### **Análise Geral dos Resultados Observados:**

**CGOF - 1:** O indicador se refere ao percentual de empenhos emitidos pelo MME em relação aos limites de empenho estabelecidos por Decreto, no que concerne às Despesas Discricionárias, excetuando as despesas contempladas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e as despesas com Benefícios ao Servidor (Auxílio-Alimentação, Auxílio-Transporte, Assistência Médica e Assistência Pré-Escolar).

Com isso, até o dia 31 de dezembro de 2014, o percentual de empenho do MME como um todo (Administração Direta e Indireta), considerando apenas as Demais Despesas Discricionárias (Custeio e Investimento), foi de 99,7%, demonstrando eficiência na gestão dos limites de empenho disponibilizados para o MME.

## 2 - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI

DENOMINAÇÃO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (2013)	FAIXA DE ACEITAÇÃO	ÍNDICE OBSERVADO (2014)	PERIODICIDADE (MEDIÇÃO)	FÓRMULA DE CÁLCULO
<b>CGTI - 1:</b> Assegurar a Disponibilidade dos Serviços de Tecnologia da Informação	99,21%	97% de disponibilidade, em regime de 24 x 7	<b>99,49%</b>	Mensal	(Tempo de Disponibilidade dos Servidores) / (Total de Servidores em Operação) X 100
<b>CGTI - 2:</b> Prazo de Atendimento de Chamados de Suporte ao Usuário Final	4,5 Falhas	menor ou igual a 20 falhas	<b>7,3 falhas</b>	Mensal	TA = Tempo de Atendimento PIA = Prazo de Início de Atendimento ≤ a 30 min PCA = Prazo de Conclusão de Atendimento ≤ 4h TA ≤ PIA TA ≤ PCA

### Análise Geral dos Resultados Observados:

**CGTI - 1:** O indicador se refere ao índice de disponibilidade dos equipamentos servidores da rede computacional do MME, que armazenam todos os serviços e sistemas de tecnologia operados pelos usuários. Como se constata, o índice auferido de 99,49% de disponibilidade encontra-se acima da faixa mínima de aceitação de 97%, o que permitiu o desenvolvimento de trabalhos de forma segura, em tempo hábil, sem qualquer interrupção abrupta dos serviços ou perda dos dados armazenados no ambiente tecnológico.

**CGTI - 2:** Esse indicador tem por objetivo avaliar a excelência dos atendimentos feitos ao usuário final por meio da central de HelpDesk. O prazo fixado pela área de informática para atendimento das solicitações de HelpDesk é de 4h por chamado, tendo como parâmetro de aceitabilidade 20 solicitações mensais não atendidas nesse prazo, num contexto médio de 1600 chamadas por mês (72 por dia).

O número de solicitações de HelpDesk computado na condição de atendimento falho ou fora do prazo fixado, foi da ordem de 7,3 abaixo da faixa de aceitabilidade fixada.

Verificou-se um aumento da maturidade no nível dos serviços prestados pela equipe de HelpDesk e maior interação com o sistema de mensuração de indicadores e o SLA a eles imputado, o que proporcionou atendimentos mais tempestivos e de qualidade. A CGTI constantemente trabalha no aprimoramento de seus serviços, no sentido de evitar o retrabalho e o desperdício de quaisquer ordem, estando entre estes a gestão de HelpDesk.

## 3 - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL

DENOMINAÇÃO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (2013)	FAIXA DE ACEITAÇÃO	ÍNDICE OBSERVADO (2014)	PERIODICIDADE (MEDIÇÃO)	FÓRMULA DE CÁLCULO
<b>CGRL - 1:</b> Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento - TESA	3h08min	menor ou igual a 5 horas	<b>2h32 min</b>	Mensal	Diferença entre a hora de conclusão da Solicitação de Atendimento (SA) e da hora de recebimento da SA.

## Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL (Continuação)

DENOMINAÇÃO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (2013)	FAIXA DE ACEITAÇÃO	ÍNDICE OBSERVADO (2014)	PERIODICIDADE (MEDIÇÃO)	FÓRMULA DE CÁLCULO
<b>CGRL - 2:</b> Consumo de Água do Bloco U	(A)	menor ou igual a 0,05 (m <sup>3</sup> /mês/m <sup>2</sup> )	<b>0,04</b> (m <sup>3</sup> /mês/m <sup>2</sup> )	Trimestral	Consumo Total de Água (m <sup>3</sup> /mês) / Área Total do Edifício (m <sup>2</sup> )
<b>CGRL - 3:</b> Consumo de Energia Elétrica do Bloco U	(A)	menor ou igual a 7,73 (kWh/mês)/m <sup>2</sup>	<b>8,33</b> (Kwh/mês/m <sup>2</sup> )	Trimestral	Consumo Total de Energia (kWh/mês) / Área Total do Edifício (m <sup>2</sup> )
<b>CGRL - 4:</b> Aquisições Sustentáveis de Material de Expediente	4,05%	maior ou igual a 10% de itens com critérios de sustentabilidade	<b>5,13%</b>	Anual	Itens Sustentáveis Adquiridos / Total de Itens Comuns Adquiridos X 100
<b>CGRL - 5:</b> Atendimento aos Usuários Internos do Arquivo Central	(A)	35% dos atendimentos no prazo de 5 horas	<b>45,08%</b>	Mensal	$P = \frac{A \times 100}{TA}$ TA = Total de Atendimentos A = Atendimentos Dentro do Prazo
<b>CGRL - 6:</b> Atendimento aos Usuários do Sistema DocFlow	(A)	85% dos atendimentos no prazo de 20 min	<b>88,57%</b>	Mensal	$P = \frac{A \times 100}{TA}$ TA = Total de Atendimentos A = Atendimentos Dentro do Prazo

NOTA: (A) Indicador Implementado em 2014

**Análise Geral dos Resultados Observados:**

**CGRL - 1:** A média geral do TESA (Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento) - de serviços de manutenção das instalações elétricas / hidrossanitárias, marcenaria e dos aparelhos de ar condicionado, em 2014, de 2h32min, se enquadra na faixa de aceitação e demonstra eficiência. Assim a meta de reduzir o TESA para 4 horas foi alcançada.

**CGRL - 2:** A média geral do consumo de água nos quatro trimestres de 2014 foi de 0,04 m<sup>3</sup>/mês/m<sup>2</sup> que se enquadra na faixa de aceitação (< 0,05 m<sup>3</sup>/mês/m<sup>2</sup>). Assim a meta de manter o consumo abaixo de 0,05 (m<sup>3</sup>/mês/m<sup>2</sup>) foi alcançada.

**CGRL - 3:** A média geral do consumo de energia elétrica, nos quatro trimestres de 2014 foi de 8,33 kWh/mês/m<sup>2</sup>, ficou acima da meta a ser alcançada. Nesse período houve uma forte incidência de calor o que aumentou o uso dos aparelhos de ar condicionado. Também foram realizados serviços/obras no MTur e MME que resultou na utilização dos elevadores de serviços com mais intensidade, e no uso da iluminação nos finais de semana nos locais desses serviços para funcionamento de máquinas de serrar, parafusadeiras, furadeiras, serras etc.

**CGRL - 4:** A meta estabelecida (≥ 10%) não foi alcançada nos exercícios de 2013 e 2014 devido a pouca oferta de materiais de expediente com critérios de sustentabilidade no mercado. Nas duas tentativas, observou-se a dificuldade de comprovar as características ambientais dos itens apresentados pelas empresas vencedoras dos procedimentos licitatórios, em razão da ausência de "selos verdes" legitimados pela esfera pública que viabilizem esta comprovação. Porém, mesmo

com essas dificuldades, foi possível aumentar o percentual de itens adquiridos neste ano passando de 4,05% para 5,13%, em relação aos itens considerados comuns.

**CGRL - 5:** A média do índice de atendimento aos usuários internos do Arquivo Central no ano de 2014 se enquadra na faixa de aceitação (35%) e demonstra eficiência. Não obstante, os resultados alcançados somente não foram melhores devido à metodologia temporária atual para recuperação de documentos no Arquivo Central, que está sendo executada simultaneamente à manipulação destes papéis para tratamento (ordenação, digitalização, armazenamento definitivo etc.). As condições normais de atendimento serão restabelecidas apenas após a finalização total da execução do Contrato nº 16/2011, quando será possível melhorar ainda mais os índices.

**CGRL - 6:** A média do índice de atendimento aos usuários do DocFlow no ano de 2014 se enquadra na faixa de aceitação (85%) e demonstra eficiência, capacitação da equipe de suporte aos usuários do sistema e nível de treinamento dos usuários.

#### 4 - Coordenação-Geral de Compras e Contratos - CGCC

DENOMINAÇÃO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (2013)	FAIXA DE ACEITAÇÃO	ÍNDICE OBSERVADO (2014)	PERIODICIDADE (MEDIÇÃO)	FÓRMULA DE CÁLCULO
<b>CGCC - 1: Índice de Valores Orçados X Valores Contratados</b>	20,43%	menor ou igual a 20%	<b>24,88%</b>	Semestral	(Total dos Valores Estimados menos o Total dos Valores Contratados) / (Total de Valores Estimados) X 100
<b>CGCC - 2: Tempo Médio do Ciclo de Compras até a Homologação do Certame</b>	34 dias úteis	menor ou igual a 45 dias úteis	<b>32 dias úteis</b>	Semestral	(Somatório do Tempo Gasto nos Processos) / (Quantidade de Processos)
<b>CGCC - 3: Quantitativo da Modalidade de Pregão Eletrônico em Relação ao Total de Licitações</b>	100%	100%	<b>100%</b>	Semestral	(Total de Pregões Eletrônicos) / (Outras Modalidades de Licitação) X 100
<b>CGCC - 4: Prazo Médio para Análise dos Pedidos de Reajuste e Repactuação de Contratos</b>	69 dias	menor ou igual a 60 dias	<b>50 dias</b>	Semestral	(Somatório do Tempo Gasto na Análise dos Processos) / Quantidade de Processos)
<b>CGCC - 5: Prazo Médio para Pagamentos de Contratos</b>	4 dias úteis	menor ou igual a 5 dias úteis	<b>5 dias úteis</b>	Semestral	(Somatório dos Dias Úteis Gastos para Análise do Pagamento) / (Quantidade de Pagamentos Realizados)
<b>CGCC - 6: Índice de Editais de Licitação com Critérios de Sustentabilidade</b>	(A)	maior ou igual a 80%	<b>100%</b>	Semestral	(Somatório de Editais com Critérios de Sustentabilidade) / (Somatório de Editais de Licitações) X 100

NOTA: (A) Indicador Implementado em 2014



**Análise Geral dos Resultados Observados:**

**CGCC - 1:** O indicador apresentou um pequeno aumento no percentual entre o valor estimado e o valor efetivamente contratado, em razão de alguns processos da área de tecnologia, sem histórico de contratações anteriores, o que impossibilitou a realização de pesquisa de preços com outros órgãos da administração, conforme previsto na IN nº 05 de 27/06/14, em razão da especificidade de seus objetos.

**CGCC - 2:** A média registrada indica que foram observados todos os prazos que compõem o ciclo de contratação, onde a equipe tem evoluído e apresentado excelentes resultados, com prazo bem abaixo da meta, preservando-se o princípio da celeridade da modalidade de pregão.

**CGCC - 3:** Considerando o § 1º do art. 4º do Decreto nº 5.450/05 que estabelece a obrigatoriedade da utilização de pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns, salvo nos casos de comprovada sua inviabilidade, o resultado de 100% registrado indica que foi observada a legislação específica para cada contratação.

**CGCC - 4:** A repactuação, com o conseqüente apostilamento, às vezes, torna-se complicada em decorrência da necessidade de negociação com as empresas contratadas em razão de divergência quanto à variação dos custos. Entretanto, com a finalização das negociações para supressão do aviso prévio trabalhado e da redução do aviso indenizado, houve uma diminuição considerável no prazo legal de 60 dias (art. 40, § 3º IN/SLTI/MP nº 02/08), para decisão da repactuação.

**CGCC - 5:** Houve um pequeno aumento no tempo médio, em razão de alguns processos da área de informática, de maior complexidade técnica, demandarem um tempo maior para avaliação, entretanto, isso não prejudicou o cumprimento da meta estabelecida.

**CGCC - 6:** Em todos os editais de licitação constam critérios de sustentabilidade que guardam pertinência e correspondência com o objeto licitado, com orientações básicas para a adoção de prática e critérios de sustentabilidade na execução dos serviços e no fornecimento de bens, para promover o desenvolvimento nacional sustentável nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666/93.

**5 - Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH**

DENOMINAÇÃO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (2013)	FAIXA DE ACEITAÇÃO	ÍNDICE OBSERVADO (2014)	PERIODICIDADE (MEDIÇÃO)	FÓRMULA DE CÁLCULO
<b>CGRH - 1: Tempo Médio para Concessão de Aposentadoria</b>	8,29 dias	Tempo Médio maior ou igual a 15 e menor ou igual a 30 dias	<b>6,08 dias</b>	Anual	(Prazo dos Trâmites da Aposentadoria)/ (Número de Processos de Aposentadoria)
<b>CGRH - 2: Média de Afastamento por Servidor (MAS)</b>	6,42 dias	menor ou igual a 15 dias de afastamento por servidor em um ano	<b>4,55 dias</b>	Anual	(Total de Dias em Licença Médica)/ (Total de Servidores na Sede)
<b>CGRH - 3: Percentual de Participação de Servidores no PADC</b>	83,87%	Atingir 70% de participação de servidores no PADC	<b>89,67%</b>	Anual	(Total de Participação de Servidores) / (Total de Participação Prevista no PADC) X 100

## Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH (Continuação)

DENOMINAÇÃO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (2013)	FAIXA DE ACEITAÇÃO	ÍNDICE OBSERVADO (2014)	PERIODICIDADE (MEDIÇÃO)	FÓRMULA DE CÁLCULO
<b>CGRH - 4: Satisfação dos Servidores com Eventos de Capacitação</b>	(A)	igual ou maior a 60% de satisfação nas avaliações de cursos fechados e organizados pelo MME.	<b>99,25%</b>	Quadrimestral	(Número de Participantes Satisfeitos)/ (Total de Participantes) X 100

NOTA: (A) Indicador Implementado em 2014.

**Análise Geral dos Resultados Observados:**

**CGRH - 1** - Levando em conta a instrução do processo, o tempo para publicação e até mesmo a indecisão do servidor quanto à sua aposentadoria, o resultado de tempo médio para concessão desse direito, auferido pelo indicador (06 dias), aponta para uma gestão adequada e tempestiva da área no cenário atual.

É importante ressaltar que muitos servidores do PGPE já atenderam os requisitos mínimos para requerer aposentadoria. O fator impactante, sem dúvida, é a possibilidade de solicitação do “Abono de Permanência”, que, em muitos casos, retarda a decisão do servidor em se aposentar.

**CGRH - 2** - A média de dias de afastamento do serviço decorrente de licença médica por servidor, no exercício de 2014, é de 4,55 dias e ficou dentro da meta estabelecida (< ou = 10 dias), não havendo acréscimo em relação ao exercício anterior, apesar da avançada faixa etária do pessoal Órgão. Assim, as ações da política de prevenção de saúde física, emocional e psicológica intentadas para os servidores e empregados do MME estão contribuindo para a excelência do resultado, na medida em que minimizam os afastamentos dos servidores por motivo de doença.

Dos 701 servidores do MME, 231 (32,95%) gozaram de licença para tratamento da saúde, número aceitável, pois todos estão sujeitos a ocorrência de doenças no período de 1 ano, sem contar que foram detectadas situações adversas, justificando a incidência do percentual de afastamento. Ainda, nesse contexto, dos 3.190 dias de licenças utilizados pelos servidores, verificou-se que 2.211 dias foram gozados por 53 (7,56%) servidores (reincidentes), sendo que esses mesmos servidores foram responsáveis por 69,31% das licenças médicas registradas e homologadas no Órgão, com afastamentos sistemáticos e reiterados de alguns servidores por motivo de doença grave (crônica).

**CGRH - 3** - Com a publicação do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, aliado às melhorias da gestão nos últimos anos e às parcerias e acordos de cooperação técnica firmados, novas oportunidades de treinamento e aperfeiçoamento se concretizam, muitas das quais sem custos para o Órgão.

**CGRH - 4** - Com a implantação do indicador foi possível observar pontos críticos no processo de elaboração do conteúdo programático dos eventos de capacitação, na qualificação dos instrutores e na infraestrutura como um todo dos treinamentos elaborados pelo MME em turma fechada. Assim, é possível verificar a cada quadrimestre a melhoria dos cursos elaborados em razão dos dados colhidos nas avaliações de reação utilizados no cálculo do presente indicador.

**6 - Coordenação de Modernização Administrativa - CMA**

DENOMINAÇÃO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (2013)	FAIXA DE ACEITAÇÃO	ÍNDICE OBSERVADO (2014)	PERIODICIDADE (MEDIÇÃO)	FÓRMULA DE CÁLCULO
<b>CMA - 1 Grau de Disponibilidade e Integridade das Informações Organizacionais e dos Instrumentos Normativos na Comunidade MME (intranet).</b>	93%	maior ou igual a 80% de Instrumentos Normativos Disponibilizados na Intranet	<b>100%</b>	Anual	$\frac{\text{(Instrumentos Normativos Disponibilizados na Intranet) / (Instrumentos Normativos Aprovados)}}{100} \times 100$

**Análise Geral dos Resultados Observados:**

**CMA - 1** - Com relação ao desempenho do indicador nos dois últimos anos, o índice auferido foi de 93% em 2013 e de 100%, em 2014. Isso corresponde à divulgação de instrumentos de gestão na comunidade (Intranet) e no Portal MME, abrangendo norma operacional, formulários de serviços prestados pelas unidades da SPOA, Regimentos Internos dos órgãos do Ministério, portarias normativas, Relatório de Gestão da Subsecretaria e atos administrativos parte dos relatórios de delegação de competência. A divulgação dos atos produzidos pela área está condicionada à aprovação formal da unidade solicitante.

**5.5 Informações sobre Custos de Produtos e Serviços**

As informações sobre o item 5.5 foram apresentadas no item 12.2 deste relatório.

## 6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

## 6.1 Programação e Execução das Despesas

## 6.1.1 Programação das Despesas

Quadro 7 – Programação de Despesas (Quadro A.6.1.1)

Unidade Orçamentária: MME		Código UO: 32101			UGO: 320002
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			3- Outras Despesas Correntes
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida		
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		189.548.257			41.569.314
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares	7.938.504			
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
	Créditos Cancelados				-302.551
<b>Outras Operações</b>					
Dotação final 2014 (A)		197.486.761			41.266.763
Dotação final 2013(B)		199.354.044			39.840.641
Variação (A/B-1)*100		-0,94%			3,58%
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		5.060.848			
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares	650.000			
	Especiais	Abertos			
		Reabertos	10.000.000		
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
	Créditos Cancelados				
<b>Outras Operações</b>					
Dotação final 2014 (A)		15.710.848			
Dotação final 2013(B)		17.190.000			
Variação (A/B-1)*100		-8,61%			

Fonte: LOA 2014 e SIAFI

## 6.1.1.1 Análise Crítica

O valor previsto na proposta orçamentária 2014 foi o mesmo valor aprovado na LOA 2014, não tendo sido efetuados cortes ou emendas por parte do Congresso Nacional. Em relação ao exercício anterior, não houve alterações relevantes na programação orçamentária.

Ao longo do exercício, foram aprovados créditos suplementares para ações referentes a Benefícios ao Servidor (Auxílio Transporte e Auxílio Alimentação), sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH.

No que se refere às demais Despesas Discricionárias, a UJ solicitou apenas um crédito suplementar para remanejamento entre Grupos de Despesa, de Custeio para Investimento, no valor de R\$ 650 mil, para o atendimento de despesas da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI (aprovado por Decreto).

Além disso, no início do exercício, foi solicitada a reabertura do crédito especial no valor de R\$ 10 milhões para o “Projeto de Otimização Energética do Edifício-Sede do Ministério de Minas e Energia”, no âmbito do Projeto Esplanada Sustentável (PES).

#### 6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

*Quadro 8 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa  
(Quadro A.6.1.2.1)*

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	320002	320010	25121211948970001			405.000,00
	320002	320010	25572203320AA0001			33.000,00
	320002	320010	25121203369070001			50.000,00
	320002	320012	226612041211G0001			279.663,00
	320002	320012	22663211948870001			438.620,00
	320002	320013	25752203313790001			309.357,00
	320002	320013	25752203320A90001			64.600,00
	320002	320013	25752203320L60001			36.000,00
	320002	320013	25752203320L70001			167.500,00
	320002	320013	25752203320L80001			30.000,00
	320002	320017	25121211948920001			386.149,00
	320002	320017	257530909000E6500			50.000.000,00
	320002	320060	28844090602840001		120.815,00	
320002	320060	25572211913E40001			1.657.667,00	
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	320002	320013	25752203313790001	544.310,00		
	320002	320060	25572211913E40001	16.882.103,00		
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	320002	325001	25572211913E40001			586.301,61
	320002	323030	2884509030A530001			110.000.000,00
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Quadro 9 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa  
(Quadro A.6.1.2.2)

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	320002	240127	22663204120TZ0001			35.000,00
	320005	114702	25128211945720001			2.000,00
	320002	240005	25122211920000001			18.475,00
Recebidos	540001	320002	23122212820000001			1.115.931,16
	170013	320002	28846090900FS0001			236.147.569,00
	170013	320002	28846090900FS6500			120.000.000,00
	170013	320002	28846090900FS6501			205.009.319,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	180002	320002	27811203514TQ0001	152.779.006,00		

Observações:

- As movimentações internas se referem às descentralizações do órgão setorial de orçamento para as Secretarias Finalísticas e para a Diretoria de Programa da Secretaria Executiva, envolvendo as seguintes Unidades Gestoras da Administração Direta do MME: UG 320002 – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF/MME; UG 320010 – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE; UG 320012 – Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM; UG 320013 – Secretaria de Energia Elétrica – SEE; UG 320017 – Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG; UG 320060 – Projeto META.
- As movimentações entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão envolveram as seguintes Unidades Gestoras: UG 320002 – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF/MME; UG 323030 – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; UG 325001 – Empresa de Pesquisa Energética – EPE.
- As movimentações externas envolveram as seguintes Unidades Gestoras: UG 320002 – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF/MME; UG 320005 – Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH/MME; UG 540001 – Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério do Turismo – Mtur; UG 114702 – Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP; UG 240005 – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do Ministério das Relações Exteriores – MRE; UG 240127 – Centro de Tecnologia Mineral – CETEM; UG 180002 – Departamento de Gestão Interna do Ministério do Esporte; UG 170013 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda – MF.
- As descentralizações concedidas para o Ministério das Relações Exteriores se referem ao ressarcimento de despesas efetuadas no exterior.
- As descentralizações recebidas do Ministério do Turismo se referem ao rateio de despesas relacionadas ao condomínio do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Turismo.

- As descentralizações recebidas do Ministério do Esporte se referem a um Termo de Cooperação celebrado para a implantação da Subestação Olímpica.
- As descentralizações recebidas do Ministério da Fazenda se referem à ação “Subvenção parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu”, nos termos do Decreto Legislativo nº 129, de 12/5/2011, do Decreto nº 7.506, de 27/6/2011, e da Portaria Interministerial MF/MME nº 420, de 25/8/2011.

### 6.1.3 Realização da Despesa

#### 6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

*Quadro 10 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total (Quadro A.6.1.3.1)*

Unidade Orçamentária: Ministério de Minas e Energia – Administração Direta		Código UO: 32101		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga		
	2014	2013	2014	2013	
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>20.383.306,60</b>	<b>19.380.591,21</b>	<b>20.383.160,35</b>	<b>19.373.226,20</b>	
a) Convite	17.796,54		17.796,54		
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão	20.365.510,06	19.380.591,21	20.365.363,81	19.373.226,20	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>3.269.018,04</b>	<b>4.041.705,55</b>	<b>3.269.018,04</b>	<b>4.038.265,55</b>	
h) Dispensa	2.169.963,97	2.123.864,92	2.169.963,97	2.120.424,92	
i) Inexigibilidade	1.099.054,07	1.917.840,63	1.099.054,07	1.917.840,63	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>5.834,37</b>	<b>8.062,10</b>	<b>5.834,37</b>	<b>8.062,10</b>	
j) Suprimento de Fundos	5.834,37	8.062,10	5.834,37	8.062,10	
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>99.318.669,63</b>	<b>94.063.049,96</b>	<b>99.318.669,63</b>	<b>94.063.049,96</b>	
k) Pagamento em Folha	98.909.893,88	93.883.073,27	98.909.893,88	93.883.073,27	
l) Diárias	408.775,75	179.976,69	408.775,75	179.976,69	
<b>5. Outros</b>	<b>20.198.241,65</b>	<b>1.598.863,91</b>	<b>20.198.241,65</b>	<b>1.597.786,49</b>	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>143.175.070,30</b>	<b>119.092.272,73</b>	<b>143.174.924,10</b>	<b>119.080.390,30</b>	

Fonte: SIAFI

## 6.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Quadro 11 – Despesas Executadas Diretamente pela UJ, por Modalidade de Contratação – Créditos Originários (Quadro A.6.1.3.2)

Unidade Orçamentária: Ministério de Minas e Energia – Administração Direta		Código UO: 32101		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga		
	2014	2013	2014	2013	
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>20.383.306,60</b>	<b>19.380.591,21</b>	<b>20.383.160,35</b>	<b>19.373.226,20</b>	
a) Convite	17.796,54		17.796,54		
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão	20.365.510,06	19.380.591,21	20.365.363,81	19.373.226,20	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>3.269.018,04</b>	<b>4.041.705,55</b>	<b>3.269.018,04</b>	<b>4.038.265,55</b>	
h) Dispensa	2.169.963,97	2.123.864,92	2.169.963,97	2.120.424,92	
i) Inexigibilidade	1.099.054,07	1.917.840,63	1.099.054,07	1.917.840,63	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>5.834,37</b>	<b>8.062,10</b>	<b>5.834,37</b>	<b>8.062,10</b>	
j) Suprimento de Fundos	5.834,37	8.062,10	5.834,37	8.062,10	
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>99.318.669,63</b>	<b>94.063.049,96</b>	<b>99.318.669,63</b>	<b>94.063.049,96</b>	
k) Pagamento em Folha	98.909.893,88	93.883.073,27	98.909.893,88	93.883.073,27	
l) Diárias	408.775,75	179.976,69	408.775,75	179.976,69	
<b>5. Outros</b>	<b>20.082.125,65</b>	<b>1.598.863,91</b>	<b>20.082.125,65</b>	<b>1.597.786,49</b>	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>143.058.954,30</b>	<b>119.092.272,73</b>	<b>143.058.808,10</b>	<b>119.080.390,30</b>	

Fonte: SIAFI



## 6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Quadro 12 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total (Quadro A.6.1.3.3)

Unidade Orçamentária: Ministério de Minas e Energia				Código UO: 32101		UGO: 320002		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>196.219.508,30</b>	<b>190.487.153,32</b>	<b>196.219.508,30</b>	<b>190.487.153,32</b>	<b>0</b>	<b>2.502.760,00</b>	<b>193.589.659,47</b>	<b>188.288.812,59</b>
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas	63.296.217,21	59.941.937,48	63.296.217,21	59.941.937,48	0	0	63.296.217,21	59.941.937,48
1 - Aposentadorias	52.452.805,55	53.158.569,51	52.452.805,55	53.158.569,51	0	0	52.452.805,55	53.158.569,51
3 - Pensões	38.306.097,67	36.840.368,85	38.306.097,67	36.840.368,85	0	0	38.189.371,38	36.840.368,85
Demais elementos do grupo	42.164.387,87	40.546.277,48	42.164.387,87	40.546.936,75	0	2.502.760,00	39.651.265,33	38.347.936,75
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>116.116,00</b>	<b>5.692,79</b>	<b>116.116,00</b>	<b>5.692,79</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>116.116,00</b>	<b>5.692,79</b>
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato	116.116,00	5.692,79	116.116,00	5.692,79	0	0	116.116,00	5.692,79
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>95.317.635,93</b>	<b>102.618.004,11</b>	<b>37.314.876,71</b>	<b>102.618.004,11</b>	<b>58.002.759,22</b>	<b>6.738.922,51</b>	<b>37.314.876,71</b>	<b>94.862.157,49</b>
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	73.569.381,89	83.985.970,99	18.735.922,33	83.985.970,99	54.833.459,56	4.306.369,41	18.735.922,33	78.509.619,39
37 - Locação de Mão-de-Obra	8.670.161,28	7.862.765,80	7.723.669,76	7.862.765,80	946.491,52	858.348,15	7.723.669,76	6.982.847,50
46 - Auxílio-Alimentação	3.927.720,11	3.979.940,75	3.927.720,11	3.979.940,75	0	0	3.927.720,11	3.979.940,75
93 - Indenizações e Restituições	1.294.398,87	1.096.204,06	1.161.294,12	1.096.204,06	133.104,75	78.973,21	1.161.294,12	1.096.204,06
Demais elementos do grupo	7.855.973,87	5.693.122,51	5.766.270,39	5.693.122,51	2.089.703,39	1.495.231,74	5.766.270,39	4.293.545,79
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>4. Investimentos</b>	<b>22.790.468,60</b>	<b>26.230.198,05</b>	<b>4.853.930,60</b>	<b>3.110.440,05</b>	<b>17.936.538,00</b>	<b>23.119.758,00</b>	<b>4.853.784,35</b>	<b>3.107.000,05</b>
51 - Obras e Instalações	15.252.579,42	22.180.276,89	0	1.250.000,00	15.762.704,66	20.930.276,89	0	1.250.000,00
52 - Equipamentos e Material Permanente	5.715.015,18	3.136.010,60	3.031.056,60	1.334.801,49	2.173.833,34	1.801.209,11	3.030.910,35	1.331.361,49
Demais elementos do grupo	1.822.874,00	913.910,56	1.822.874,00	525.638,56	0	388.272,00	1.822.874,00	525.638,56
<b>5. Inversões Financeiras</b>	<b>2.000.000</b>	<b>15.000.000,00</b>	<b>2.000.000</b>	<b>15.000.000,00</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.000.000</b>	<b>15.000.000,00</b>
65 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	2.000.000	15.000.000,00	2.000.000	15.000.000,00	0	0	2.000.000	15.000.000,00
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>6. Amortização da Dívida</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
77 - Principal Corrigido Dívida Contratual Refinanciada	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

## 6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ

Quadro 13 – Despesas Executadas Diretamente pela UJ – Créditos Originários (Quadro A.6.1.3.4)

Unidade Orçamentária: Ministério de Minas e Energia				Código UO: 32101		UGO: 320002		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>196.219.508,30</b>	<b>190.487.153,32</b>	<b>196.219.508,30</b>	<b>190.487.153,32</b>	<b>0</b>	<b>2.502.760,00</b>	<b>193.589.659,47</b>	<b>188.288.812,59</b>
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas	63.296.217,21	59.941.937,48	63.296.217,21	59.941.937,48	0	0	63.296.217,21	59.941.937,48
1 - Aposentadorias	52.452.805,55	53.158.569,51	52.452.805,55	53.158.569,51	0	0	52.452.805,55	53.158.569,51
3 - Pensões	38.306.097,67	36.840.368,85	38.306.097,67	36.840.368,85	0	0	38.189.371,38	36.840.368,85
Demais elementos do grupo	42.164.387,87	40.546.277,48	42.164.387,87	40.546.936,75	0	2.502.760,00	39.651.265,33	38.347.936,75
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>40.792.001,44</b>	<b>37.396.321,61</b>	<b>35.637.187,26</b>	<b>37.396.321,61</b>	<b>5.154.814,18</b>	<b>5.105.055,08</b>	<b>35.637.187,26</b>	<b>31.775.045,31</b>
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	22.369.802,55	21.113.118,38	18.507.525,79	21.113.118,38	3.862.276,76	3.722.626,42	18.507.525,79	16.484.199,78
37 - Locação de Mão-de-Obra	8.670.161,28	7.862.765,80	7.723.669,76	7.862.765,80	946.491,52	858.348,15	7.723.669,76	6.982.847,50
46 - Auxílio-Alimentação	3.927.720,11	3.979.940,75	3.927.720,11	3.979.940,75	0	0	3.927.720,11	3.979.940,75
93 - Indenizações e Restituições	1.292.822,45	1.096.204,06	1.159.717,70	1.096.204,06	133.104,75	78.973,21	1.159.717,70	1.096.204,06
Demais elementos do grupo	4.531.495,05	3.344.292,62	4.318.553,90	3.344.292,62	212.941,15	445.107,30	5.318.553,90	3.231.853,22
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>4. Investimentos</b>	<b>5.364.055,84</b>	<b>7.124.135,16</b>	<b>4.853.930,60</b>	<b>7.124.135,16</b>	<b>510.125,24</b>	<b>6.642.090,00</b>	<b>4.853.784,35</b>	<b>3.107.000,05</b>
51 - Obras e Instalações	0	3.124.214,00	0	3.124.214,00	0	0	0	1.250.000,00
52 - Equipamentos e Material Permanente	3.541.181,84	3.086.010,60	3.031.056,60	3.086.010,60	510.125,24	6.612.090,00	3.030.910,35	1.331.361,49
Demais elementos do grupo	1.822.874,00	913.910,56	1.822.874,00	913.910,56	0	30.000	1.822.874,00	525.638,56
<b>5. Inversões Financeiras</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
65 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>6. Amortização da Dívida</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
77 - Principal Corrigido Dívida Contratual Refinanciada	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

## 6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

*Quadro 14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação*  
(Quadro A.6.1.3.5)

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2014	2013	2014	2013
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>824.989</b>	<b>904.571</b>	<b>824.989</b>	<b>904.571</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	824.989	904.571	824.989	904.571
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>				
h) Dispensa				
i) Inexigibilidade				
<b>3. Regime de Execução Especial</b>				
j) Suprimento de Fundos				
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>				
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias				
<b>5. Outros</b>	<b>3.800</b>	<b>2.514</b>	<b>3.800</b>	<b>2.514</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>828.789</b>	<b>907.085</b>	<b>828.789</b>	<b>907.085</b>

Fonte: SIAFI

## 6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação (Quadro A.6.1.3.6)

R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
Demais elementos do grupo								
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
Demais elementos do grupo								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>11.101.957.793</b>	<b>508.189.498</b>	<b>11.101.853.578</b>	<b>457.829.480</b>	<b>50.275.352</b>	<b>50.360.018</b>	<b>10.914.576.471</b>	<b>457.829.480</b>
81 - Distribuição Constitucional / Legal de Receitas (3)	33.838.370.744	28.919.577.806	24.529.721.984	23.402.056.196	9.308.648.759	5.517.521.610	24.529.721.984	23.402.056.196
45 - Subvenções Econômicas (4)	10.540.000.000	0	10.540.000.000	0	82.264.265	0	10.457.735.734	0
45 - Subvenções Econômicas (1)	561.156.888	507.108.485	561.156.888	456.922.395	50.186.090	50.186.090	456.147.569	456.922.395
91 - Sentenças Judiciais (3)	0	37.053.813	0	37.053.813	0	0	0	37.053.813
39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (2)	1.093.067	1.064.164	824.989	904.571	268.077	159.593	824.989	904.571
36 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	3.800	0	3.800	0	0	0	3.800	0
30 - Material de Consumo	0	14.335	0	0	0	14.335	0	0
Demais elementos do grupo	0	2.514	0	2.514	0	0	0	2.514
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>4. Investimentos</b>								
51 - Obras e Instalações (5)	152.743.885	0	112.483.728	0	40.260.157	0	112.483.728	0
Demais elementos do grupo								
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
Demais elementos do grupo								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

- (1) Destaque recebido do Ministério da Fazenda – UO 71101 – 28752090900FS0001 – Subvenção parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu – Nacional.
- (2) Destaque recebido do Ministério do Turismo – UO 54101 – 23122212820000001 – Administração da Unidade – Rateio das Despesas do Condomínio do Edifício Sede MME/MTUR
- (3) UO 73104 RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MME - TR. EST. DF MUN.: Pagamento de royalties aos Estados/DF/Municípios;
- (4) Auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Leis nos 10.438, de 26/04/2002, e 12.783, de 11/01/2013);
- (5) Ação 14TQ - Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 – Construção da Subestação de Energia Elétrica da Barra de Tijuca, Rio de Janeiro (RJ)

## 6.1.3.7 Análise Crítica da Realização da Despesa

Os pagamentos dos Restos a Pagar realizados pela UJ têm como fator condicionante o limite de pagamento autorizado e a disponibilidade financeira do Órgão. São priorizadas as despesas cujos possíveis atrasos acarretam cobranças de encargos financeiros, bem como às decorrentes de obrigações contratuais, especialmente os caracterizados como serviços continuados.

Sempre há impactos na gestão financeira do exercício decorrente dos pagamentos de restos a pagar. No entanto, quando avaliado esse aspecto no âmbito de Unidade Gestora, o impacto é praticamente nulo, tendo em vista a existência de uma espécie de fator de compensação quando se faz uso da programação financeira do exercício para pagamento de obrigações do exercício anterior e a consequente postergação das despesas e contratações realizadas em dezembro, cuja nova inscrição se processará ao final do exercício com os respectivos pagamentos no exercício seguinte.

## 6.2 Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda

*Quadro 16 – Despesas com Publicidade  
(Quadro A.6.2)*

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	2000 - Administração da Unidade	806.050,00	320.280,50
Mercadológica			
Utilidade pública			

## 6.4 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

*Quadro 17 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores  
(Quadro A.6.4)*

UG 320004 – CGRL

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	59.967.874,63	57.537.050,42	2.189.978,42	240.845,79
2012	358.232,11	191.333,80	130.629,41	36.268,90
...				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	8.055,01	3.591,62	4.463,39	0,00
2012	28.936,88	-	-	28.036,88
2011	20.025,82	-	-	20.025,82
2010	4.824,11	-	-	4.824,11
2009	181,33	-	-	181,33

Fonte: SIAFI

UG 320005 – CGRH

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2014</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2014</b>
2013	2.220.841,64	2.220.241,64	0,00	600,00
2012	-	-	-	-
2011	-	-	-	-
<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2014</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2014</b>
2013	-	-	-	-
2012	-	-	-	-
2011	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

#### 6.4.1 Análise Crítica

- UG 320004 CGRL – Do montante do saldo de Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores, a maioria - 58% - deve-se às despesas de publicação demandadas à Imprensa Nacional. Aguarda-se o faturamento e conferência das faturas para a respectiva liquidação por este Órgão.

Os valores reinscritos em Restos a Pagar Processados referem-se a valores retidos de fornecedores pela aplicação de penalidades por descumprimento contratual. Tais valores serão recolhidos ao Tesouro Nacional após conclusão de todas as etapas de notificação e o consequente esgotamento dos recursos de defesa.

- UG 32004 CGRH – Quanto aos Restos a Pagar trata-se de valor empenhado para atender despesa de evento de capacitação à distância que não chegou a ser concluído por dificuldades tecnológicas enfrentadas para acesso ao referido curso.

## 6.5 Transferências de Recursos

## 6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

*Quadro 18 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência  
(Quadro A.6.5.1)*

Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério de Minas Energia - Coordenação-Geral de Recursos Humanos									
CNPJ: 37.115.383/0001-53				UG/GESTÃO: 320005/00001					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	672549	03.658.432/0001-82	12.500.000,00	0,00	3.168.913,14	7.191.116,14	29/06/2012	29/06/2017	1
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

**Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI**

Obs.: Campo “Valores Repassados no Exercício” - incluído o valor de R\$ 245.535,17 (pagamento de dezembro/2013) - 2013OB801307, de 31/12/2013 - Data de Saque BACEN em 02/01/2014, por não ter sido informado no Relatório de Gestão 2013.

## 6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 19 - Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios (Quadro A.6.5.2)

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Ministério de Minas e Energia - Coordenação-Geral de Recursos Humanos					
<b>CNPJ:</b>	37.115.383/0001-53					
<b>UG/GESTÃO:</b>	320005/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
<b>Convênio</b>	-	-	1	3.168.913,14	2.776.384,64	1.245.818,36
<b>Contrato de Repasse</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Termo de Compromisso</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	-	-	<b>1</b>	<b>3.168.913,14</b>	<b>2.776.384,64</b>	<b>1.245.818,36</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI

Obs.: Campo “Montante Repassado no Exercício 2014” - incluído o valor de R\$245.535,17 (pagamento de dezembro/2013) - 2013OB801307, de 31/12/2013 - Data de Saque BACEN em 02/01/2014, por não ter sido informado no Relatório de Gestão 2013.



### 6.5.5 Análise Crítica

O Convênio foi celebrado em 29 de junho de 2012, com vigência de 60 meses, com o objetivo de proporcionar aos servidores ativos, inativos, respectivos dependentes legais e pensionistas do MME o ingresso nos multiplanos de saúde da Fundação GEAP (Referência, Clássico, Essencial e Saúde II), de abrangência nacional, conforme processo 48000.000733/2012-12.

Posteriormente, em 31 de outubro de 2012, foi celebrado o 1º Termo Aditivo, que excluiu o Parágrafo Quarto da Cláusula Décima Segunda, que se referia à restrição de atendimento de urgência e emergência aos titulares assistidos, e alterou a redação da Cláusula Vigésima Quinta do Convênio de Adesão, em atendimento à orientação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Assinados em 7 de fevereiro de 2013 e em 3 de fevereiro de 2014, o segundo e o terceiro termos aditivos objetivaram indicar o orçamento a ser utilizado nos exercícios de 2013 e de 2014.

Em 5 de novembro de 2013, foi assinado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e a GEAP Autogestão em Saúde o convênio por adesão nº. 001/2013, com vigência estipulada de 60 (sessenta) meses, que tem por objetivo a prestação à saúde suplementar aos servidores e empregados ativos e aposentados da patrocinadora (UNIÃO/MPOG) e seus respectivos grupos familiares definidos, na forma do regulamento do órgão central do SIPEC, bem como os seus pensionistas, proporcionando a possibilidade de ingresso no Plano de Saúde GEAP-Referência (Essencial, Clássico e GEAP Saúde II), com abrangência nacional.

Conforme estabelecido na cláusula vigésima segunda do convênio por adesão nº. 001/2003, combinado com o teor do parágrafo único da cláusula vigésima terceira do mesmo instrumento, o convênio firmado entre o Ministério de Minas e Energia e a GEAP – Fundação de Seguridade Social foi absorvido e tornou-se sem efeito. O MP será o gestor, o convênio MP/GEAP absorveu o convênio MME/GEAP e o pagamento continuará sendo efetuado pelo MME.

## 6.6 Suprimento de Fundos

### 6.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos

*Quadro 20 – Concessão de Suprimento de Fundos (Quadro A.6.6.1)*

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	320004	CGRL	-	-	3	18.500,00	6.500,00
	320004	CGTI			3	15.000,00	5.000,00
2013	320004	CGRL			3	13.500,00	6.000,00
	320004	CGTI			3	15.500,00	5.500,00
2012	320004	CGRL			3	12.500,00	5.000,00
	320004	CGTI			3	15.000,00	5.000,00

**Fonte: SIAFI**

## 6.6.2 Utilização de Suprimento de Fundos

Quadro 21 – Utilização de Suprimento de Fundos (Quadro A.6.6.2)

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a + b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	320004	CGRL	-	-	-	-	2.353,75	<b>2.353,75</b>
	320004	CGTI	-	-	-	-	3.480,62	<b>3.480,62</b>
2013	320004	CGRL	-	-	-	-	3.736,40	<b>3.736,40</b>
	320004	CGTI	-	-	-	-	4.325,70	<b>4.325,70</b>

Fonte: SIAFI

## 6.6.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Quadro 22 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência (Quadro A.6.6.3)

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
320004	CGRL	339030	10	68,95
			16	78,00
			17	200,00
			24	115,00
			28	290,00
			36	406,00
			44	1.195,80
		339039	-	-
320004	CGTI	339030	17	1.605,00
			25	600,00
			26	759,34
			39	120,00
			42	29,48
			44	46,80
		339039	17	320,00

#### 6.6.4 Análise Crítica

Verifica-se pela série histórica que o volume de concessão de suprimentos de fundo, no âmbito desta Unidade Jurisdicionada, é bastante reduzido e tem se mantido estável.

Isso pode ser atribuído ao planejamento anual de compras para abastecimento do almoxarifado do MME quando se faz amplas divulgações às unidades administrativas informando da intenção de aquisição de materiais e as unidades manifestam sobre suas necessidades, possibilitando assim que produtos corriqueiramente adquiridos com suprimento de fundos possam ser inseridos tempestivamente no processo normal de compras.

Para subsidiar os suprimentos e buscando aplicar os princípios que norteiam todas as compras públicas, foi criado um formulário específico que os direciona a fazer uma pesquisa prévia da existência do bem no almoxarifado do Órgão, justificar a compra emergencial e providenciar pesquisa de preços com pelo menos três (03) fornecedores do ramo. Vale ressaltar que esse mecanismo também possibilita uma análise sobre a tendência de direcionamento das compras priorizando determinados fornecedores.

Quanto à aplicação dos recursos verifica-se a conformidade com a legislação vigente, bem como a aprovação da integralidade dos processos de prestações de contas.

### 7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

#### 7.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

##### 7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

*Quadro 23 – Força de Trabalho do MME – Situação Apurada em 31/12  
(Quadro A.7.1.1.1)*

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>933</b>	<b>472</b>	<b>41</b>	<b>51</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	01	01	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	932	471	41	51
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão Obs: (*) incluídos os anistiados.	932	273 (*)	14	21
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado.	-	104	18	19
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas.	-	94	09	11
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>17</b>	<b>07</b>	<b>10</b>	<b>03</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública.</b>	<b>-</b>	<b>155</b>	<b>27</b>	<b>23</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>950</b>	<b>634</b>	<b>78</b>	<b>77</b>

Fonte: SIAPE

Nota: As informações do Quadro 23 demonstram a composição do contingente de recursos humanos do MME gerenciados pela UJ.

Quadro 24 – Distribuição da Lotação Efetiva do MME – Situação em 31/12  
(Quadro A.7.1.1.2)

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	297	171
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	296	171
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	227	46
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	29	75
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	44	51
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	07	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	88	69
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>395</b>	<b>239</b>

Fonte: SIAPE / SGRH

Quadro 25 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do MME - Situação em 31/12 (Quadro A.7.1.1.3)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>375</b>	<b>366</b>	<b>52</b>	<b>50</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	01	01	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	374	365	52	49
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	93	05	07
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	23	11	09
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	94	09	11
1.2.4. Sem Vínculo	-	155	27	23
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
<b>2. Funções Gratificadas (FGR + FCT)</b>	<b>99+45 = 144</b>	<b>111</b>	<b>10</b>	<b>09</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	65+35 = 100	03	07
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	05 + 04 = 09	06	02
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	01 + 01 = 02	-	-
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>519</b>	<b>477</b>	<b>62</b>	<b>59</b>

Fonte: SIAPE / SGRH

**Nota:** As informações do Quadro 25 demonstram a composição do contingente de recursos humanos do MME gerenciados pela UJ.

### Análise Crítica

Esta Unidade Jurisdicionada, por intermédio da Coordenação-Geral de Recursos Humanos, gerencia todo o contingente de pessoal do Ministério de Minas e Energia. Além do quadro de servidores efetivos que integram o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, o Órgão conta também com um Quadro Especial em Extinção do MME, criado especialmente pelo

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para abarcar o retorno de ex-servidores advindos das extintas empresas CAEEB, SIDERBRÁS, CSN e USIMINAS, no regime celetista, com anistia concedida por força da Lei nº 8.878, de 11/5/1994, e outros que retornaram aos cargos públicos por ação de decisões judiciais favoráveis.

Atuam neste Ministério, ainda, servidores públicos requisitados da Administração direta e indireta, bem como pessoas sem vínculo com o serviço público, todos ocupantes de cargos de livre provimento.

Outro contingente de recursos humanos que compõe a força de trabalho do MME são os servidores especializados, pertencentes às carreiras da Advocacia Geral da União – AGU (Procuradores) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Analistas de Orçamento e Finanças, Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Analistas em Tecnologia da Informação e os Analistas de Infraestrutura), cujo exercício é descentralizado pelos órgãos de origem, para atendimento de necessidades específicas deste Órgão.

Há que se justificar, ainda, que no Quadro 23 – Força de Trabalho do MME – Situação Apurada em 31/12 (Quadro A.7.1.1.1), foram incluídos somente os anistiados com retorno deferido para o MME que permaneceram atuando nesta Sede (74 empregados), o restante de 439 (quatrocentos e trinta e nove), são anistiados cujo retorno se deu por via judicial e pela Lei nº 8.878/94 a partir de 2009 que passaram a integrar o Quadro Especial em Extinção do MME, no regime celetista, estando hoje no exercício de suas funções em entidades da Administração Pública sediadas no Distrito Federal e em outras Unidades da Federação.

### 7.1.2 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

A CGRH desempenha um papel indutor e estratégico na identificação das necessidades de treinamento que buscam agregar conhecimento e valorização dos servidores, sendo que várias ações de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos foram realizadas no exercício de 2014 para atendimento dos servidores e empregados do MME, conforme os dados abaixo:

- Número de servidores com, pelo menos, 01 evento de capacitação: 405
- Número de Eventos Realizados: 86

#### ➤ Quantitativo de Ações de Treinamento e Respective Áreas de Atendimento

*Tabela 22 – Ações de Treinamento*

ÁREAS	QTDE/ AÇÕES	OBJETIVO	PARTICIPAÇÕES
Ações Administrativas	39	Desenvolver a capacidade do servidor para realizar atividades em gestão e administração, pareceres administrativos, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.	340
Ação em Língua Estrangeira	02	Promover a aprendizagem das línguas inglesa e espanhola, beneficiando 125 alunos das áreas finalística e meio, cujas atividades executadas requerem conhecimento nessas línguas estrangeiras.	118
Ações Técnicas Finalísticas	15	Proporcionar aos técnicos especializados (servidores, gestores e analistas de infraestrutura) conhecimentos específicos das áreas que atuam, de modo a permitir o desenvolvimento de competências estratégicas, técnicas e operacionais das áreas fins do MME.	186

ÁREAS	QTDE/ AÇÕES	OBJETIVO	PARTICIPAÇÕES
Ações na Área de Legislação	05	Proporcionar aos servidores atualização e aprimoramento dos conhecimentos da estrutura da legislação nacional e internacional, o conteúdo da constituição, leis, decretos, portarias e resoluções, no âmbito dos objetivos do MME.	60
Ações de Tecnologia da Informação	10	Aprimorar conhecimento de servidores da área de Tecnologia da Informação, quanto à utilização de técnicas atualizadas e sua aplicação no desenvolvimento de sistemas e soluções, utilizando as melhores práticas de mercado.	138
Ações do Projeto Qualidade de Vida	08	Motivar e valorizar os servidores, com foco na satisfação e no crescimento da produtividade, e, conseqüentemente, na melhoria da saúde e qualidade de vida.	1.552
Ações em Educação Formal	07	Contribuir para a formação de servidores da Administração Pública Federal na área de gestão pública e finalística, sendo: 05 participações em projeto de pós-graduação avulso, 13 em projeto de graduação e 11 em Pós Graduação no contexto de Gestão Publica.	29

Fonte: CODES / CGRH

➤ Parcerias e Acordos de Cooperação Técnica Firmados pelo Órgão

Com o objetivo de capacitar nossos servidores por meio de troca de conhecimentos, informações e experiências, este Ministério, a partir de 2011, assinou vários Acordos de Cooperação Técnica e estabeleceu parcerias, proporcionando um maior contingente de servidores capacitados:

Tabela 23 – Termos de Cooperação e Parcerias

Órgão/ Empresa	Situação	Evento	Participação de Servidores do MME
			2011-2014
AGU	Parceria	Encontro Nacional da AGU sobre Direitos Humanos	1
ANA	Parceria	Classificação, Enquadramento, Monitoramento de Águas Subterrâneas	5
		Comitê Bacias Hidrográficas: O que é? O que faz?	
		Codificação de Bacias Hidrográficas	
		Comitê de Bacias Hidrográficas: Prática e Procedimento	
ANEEL	Parceria	Política Nacional de Recursos Hídricos	19
		Avaliação Regulatória Repotenciação	
		Diversificação Energética e Tecnologias Alternativas	
		Seminário Internacional Pré Pagamento Energia Elétrica	
		Leilões do Setor Elétrico Teoria e Prática	
ANP	Parceria	Oratória	1
		Reajuste Tarifário	
CCEE	Parceria	Contratos para Exploração e Produção	67
		Comercialização de Energia	
CEPEL	Parceria	Comercialização de Energia	111
		Introdução ao Projeto de Linhas de Transmissão	
		Noções de Projeto, Funcionamento de Usinas Termelétricas	
		Introdução aos Projetos de Transmissão Mod. II	
		ANAFAS	
		ANAREDE	
		Energia Eólica	
ANAREDE			
ANAFAS			

Órgão/ Empresa	Situação	Evento	Participação de Servidores do MME
			2011-2014
CGU	Parceria	Convênios e SICONV	70
		II Encontro de Corregedorias do Poder Executivo Federal	
		Deveres e Proibições do Servidor Público	
		Rumo a Uma Cultura de Acesso à Informação	
		Workshop Trilhas de Auditoria na Área de Pessoal	
DNPM	Parceria	Processo Administrativo e Ética no Serviço Público	12
		Direito Tributário	
Eletronorte/ Eletrobrás	Acordo de Cooperação	Gestão de conflitos Socioambientais	14
		O Setor de Energia Elétrica - Mercado, Negócios e Regulação	
		Projeto Turbinas Hidráulicas	
		MBA Executivo em Liderança e Gestão de Empresas Estatais	
		Visita Técnica Usina Tucuruí	
Eletronuclear/ Eletrobrás	Parceria	Noções de Projetos e Construção de Usinas Termonucleares	41
FURNAS/ Eletrobrás	Parceria	ANAREDE	3
		ANATEM	
		FLUPOT	
IBAMA	Acordo de Cooperação	Construção de Obras de Transmissão	83
		Licenciamento Ambiental	
		Licenciamento Ambiental	
		Avaliação de Impacto Ambiental	
ILB - Senado Federal	Acordo de Cooperação	Excelência no Atendimento	9
		O Papel do Senado como Estrutura de Poder Público	
		Fundamentos da Ciência Econômica	
		Relações Internacionais - Temas Contemporâneos	
		Conhecendo o Novo Acordo Ortográfico	
		Introdução ao Orçamento Público	
MCTI	Parceria	Capacitação em MDL	6
		Mecanismo de Desenvolvimento Limpo no Brasil para Técnicos	
		Meteorologia por Satélite Aplicado à Agricultura	
		VI Seminário Latino Americano de Geografia Física	
MF/STN	Parceria	Treinamento STN para Órgãos Setoriais	4
		Multiplicadores do PCASP na União	
MI	Parceria	Understanding Risk Brasil 2012	1
MinC	Parceria	Excel	2
MMA	Parceria	Compras Sustentáveis	7
		I Fórum de Licitações e Contratos	
MPOG	Parceria	Conferencia Brasileira Energia	22
		II Encontro Nacional de Desenvolvimento de Pessoas	
		Curso Avançado Contagem Ponto de Função	
		Treinamento de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público	
		Experiências em Gestão por Resultados no Brasil e Europa	
		II Encontro A Avaliação de Desempenho Individual	
		III Encontro Nacional de Desenvolvimento de Pessoas	
		SisOuvidor	
		Oficina Gestão por Competência em Órgãos Públicos	
		SCDP	

Órgão/ Empresa	Situação	Evento	Participação de Servidores do MME
			2011-2014
MTur	Parceria	Coaching como Ferramenta	32
		O Papel do Homem na Esfera Familiar Contemporânea	
O.N.S.	Parceria	Aspectos Básicos de Transmissão de Energia Elétrica Corrente Contínua	48
		Aspectos Econômicos no Negócio da Transmissão	
PETROBRAS	Parceria	Petróleo Brasileiro Desafios Regulatórios	5
TCU/ Instituto Serzedello Corrêa	Parceria	Introdução a Lei de Responsabilidade Fiscal	15
		Licitações e Contratos Administrativos	
		Planejamento e Orçamento Público	
		Prestação de Contas de Convênios	
		Princípios Constitucionais do Poder Legislativo	
		Processo Legislativo	
		Estruturas de Gestão Pública	
Licitações e Contratos Administrativos			
<b>Totalização</b>			<b>578</b>



## 7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 26 – Custos do Pessoal (Quadro A.7.1.3)

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2014	9.273.185,45	3.128.389,22	7.195.943,46	680.422,89	1.407.210,50	1.073.192,18	0,00	3.152,10	50.861,12	22.812.356,89
	2013	9.314.007,31	3.105.279,68	6.609.358,15	637.956,05	1.481.032,88	1.071.815,33	2.622,14	54.285,06	60.201,47	22.336.558,07
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2014	0,00	6.889.030,60	730.845,68	222.744,99	1.167.613,34	25.941,68	25.986.495,42	5.077,72	0,00	35.027.749,43
	2013	0,00	6.478.270,56	702.503,13	191.723,74	802.911,97	24.981,29	26.109.739,22	112,07	0,00	34.310.241,98
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2014	0,00	8.409.532,08	698.877,95	227.397,33	848.518,47	210.326,06	0,00	4.928,45	0,00	10.399.580,34
	2013	0,00	7.894.739,65	664.687,59	269.636,87	719.765,27	209.735,07	949,85	0,00	0,00	9.759.514,30
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2014	20.786.493,95	0,00	4.027.984,29	820.661,03	3.230.454,14	929.808,48	0,00	0,00	176.390,04	29.971.791,93
	2013	19.545.951,20	0,00	3.715.478,86	733.796,33	3.095.312,43	973.577,36	12.371,27	118.146,88	166.631,26	28.361.265,59
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2014	361.249,65	0,00	29.303,32	7.797,75	27.888,06	0,00	0,00	0,00	0,00	426.238,78
	2013	50.833,82	0,00	3.710,00	0,00	5.018,54	0,00	0,00	0,00	0,00	59.562,36

Fonte: SIAPE / SIAFI

Nota: As informações do Quadro 26 demonstram a situação global dos custos de recursos humanos do MME.

➤ Análise da Gestão dos Recursos Humanos

De forma continua a Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH procura adequar e ajustar seus processos e controles internos para manter e melhorar a evolução dos valores registrados se apresenta dentro dos padrões de gasto aceitável, além de controlar as dificuldades impostas por falta de espaço físico e da necessidade de servidores técnico-especializados para as áreas finalísticas, o que compromete os processos organizacionais e conseqüentemente o atendimento às crescentes demandas institucionais atribuídas ao Ministério de Minas e Energia ao longo desses últimos anos.

Apesar dos esforços pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração nos estudos realizados para aproveitamento de espaços, e em parceria com a Secretaria Executiva, gestão junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a absorção de novos servidores para as áreas finalísticas, a falta de uma melhor política de alocação desses servidores técnicos-especializados e de uma política salarial mais adequada a todos os servidores, vem impactando nas movimentações dos servidores em busca de melhores salários e gratificações para aumento de sua remuneração.

Na área da saúde, continuam os esforços para oferecer serviços na área de Assistência à Saúde como a Clínica Médica, Enfermagem, Psicologia, Odontologia e ações de Qualidade de Vida com destaque para a Campanha Anual de Vacinação e os Exames Médicos Periódicos, bem como oferecer possibilidades de adesão a planos de saúde (GEAP, Aliança ou Auxílio de caráter indenizatório).

Convém destacar a ação promovida neste exercício pela CGRH que optou, na Política de Prevenção da Saúde Física, Emocional e Psicológica dos Servidores do MME, na contratação de deficientes visuais para realizar a massagem expressa, também com o objetivo de inclusão social.

Na área de desenvolvimento e capacitação, as parcerias formalmente constituídas, por meio de Acordos de Cooperação, ou não, entre o MME e outros órgãos da Administração Federal, bem como o incremento de contratação de instrutores através do Decreto nº 6.114/2007 que regulamenta o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso a servidores públicos da administração federal, e vem desempenhando positivamente seu papel ao longo do exercício, resultando aparecimento de vagas para treinamento e troca de experiências entres os órgãos envolvidos no processo, continuam permitindo a potencialização dos recursos financeiros e dos efeitos dos treinamentos, na medida em que favorece a consolidação de redes colaborativas, minimiza os custos financeiros envolvidos nas contratações e valoriza o capital humano já existente na máquina administrativa, que conhece as especificidades do trabalho no governo e as competências específicas dos cargos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

Por fim, importante destacar que em maio de 2013, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou levantamento em amostra de organizações com o intuito de conhecer e avaliar a situação da governança e da gestão de pessoas na Administração Pública Federal (APF).

Assim, a fim de orientar o TCU e as organizações avaliadas no seu esforço de melhoria da governança e da gestão de pessoas, a Sefip criou o índice iGovPessoas (calculado por meio de média aritmética ponderada).

Recentemente o TCU divulgou o resultado (Acórdão 3.023/2013 – TCU – Plenário), conforme se observa na tabela abaixo que apresenta o iGovPessoas desta organização e, a partir do valor obtido no índice, a classificação dentro dos grupos aos quais pertence, o que comprova uma gestão adequada da área de recursos humanos:

	Seu resultado	Ministério		EXE-SIPEC		APF	
		Média	DP	Média	DP	Média	DP
Valor	62,7%	41,8%	0,12	37,7%	0,16	40,2%	0,18
Capacidade	Intermediária	Intermediária		Inicial		Intermediária	
Sua classificação	---	1º		13º		38º	

Fonte: Levantamento de Governança e Gestão de Pessoas 2013 - TCU

Dessa forma, como já explicitado nos exercícios anteriores, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos tem agido de forma a adequar quantitativa e qualitativamente o Quadro de Pessoal do MME às necessidades, demandas e exigências das áreas meio e fim.

#### 7.1.4 Irregularidades na Área de Pessoal

##### 7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Os controles para detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos (art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal) são realizados em parceria com o órgão central do SIPEC, ou seja, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP que, periodicamente, efetua auditoria mediante confrontação de bancos de dados de diversas instituições (Ministério do Trabalho e Emprego, GDF e SIAPE).

Posteriormente, as ocorrências são encaminhadas aos órgãos setoriais para apurar e, se confirmadas, adotar as providências cabíveis para a regularização da inconsistência.

Além disso, os sistemas SIAPE e SISAC mantêm, em suas rotinas, críticas sugerindo possíveis inconsistências.

No exercício não foi verificado casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

##### 7.1.5 Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

A perda de pessoal treinado em virtude de baixos salários e ausência de perspectivas na carreira é o principal risco identificado na gestão de pessoas.

Esses fatores provocam a desmotivação dos servidores para aqueles que ficam e a saída ou transferência de exercício para os outros que buscam melhores salários, gratificações, cargos de chefias e perspectivas de crescimento na organização.

Essa afirmação pode ser comprovada pelo alto número de cedidos da organização (92 servidores) e pela saída contínua dos Analistas de Infraestrutura, prejudicando as atividades finalísticas deste Órgão.

QUANTITATIVO DE ANALISTAS DE INFRAESTRUTURA EM EXERCÍCIO NO MME		
2012	2013	2014
96	93	79

##### 7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Como apoio no processo de gerenciamento dos recursos humanos do MME, a cargo da UJ-SPOA, a CGRH implementou indicadores de desempenho específicos conforme consta no item 5.4 deste relatório.

## 7.2 Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários

## 7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro 27 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva (Quadro A.7.2.1)

Unidade Contratante													
Nome: Ministério de Minas e Energia													
UG/Gestão: 320004					CNPJ: 37.115.383/0001-53								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	27	08.247.960/0001-60	31/08/2010	31/08/2015		40					P
2012	V	O	09	03.497.401/0001-97	07/03/2012	07/03/2015				13			P
<b>Observações:</b> Contratos de prestações de serviços executados de forma contínua, com duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 meses (inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93), a critério da Administração.													
<b>LEGENDA</b>													
<b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
<b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
<b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

**Fonte:** Informações retiradas dos Instrumentos contratuais assinados entre as partes.

## 7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 28 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra (Quadro A.7.2.2)

Unidade Contratante													
Nome: Ministério de Minas e Energia													
UG/Gestão: 320004						CNPJ: 37.115.383/0001-53							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	09	O	25	26.972.885/0001-84	07/07/2009	07/07/2015		05				02	P
2010	05	O	40	04.248.842/0001-18	28/10/2010	28/10/2015				43			P
2010	12	O	51	02.277.205/0001-44	31/12/2010	31/12/2015				04		01	P
2012	04	O	24	05.280.504/0001-26	11/07/2012	11/07/2015		40					P
2013	10	O	09	72.591.894/0001-42	27/05/2013	27/05/2015				15			P
2013	02	O	19	03.497.401/0001-97	03/07/2013	03/07/2015				17			P
2014	09	O	18	04.768.702/0001-70	02/06/2014	02/06/2015		16		05		01	A
<b>Observações:</b> Contratos de prestações de serviços executados de forma contínua, com duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 meses (inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93), a critério da Administração.													
<b>LEGENDA</b> <b>Área:</b> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 12. Outras;						<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							

**Fonte:** Informações retiradas dos Instrumentos contratuais assinados entre as partes.

## 7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

No decorrer do último exercício, não houve interrupções na prestação de serviços e nem de pagamentos nos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra deste Ministério.

Apesar de a Administração dispor de instrumento normativo para se assegurar de não responder subsidiariamente pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas por empresa regularmente contratada, tal norma não surte efeito em sua plenitude.

Em experiências vivenciadas por este Órgão que, mesmo buscando atender ao cumprimento das disposições da Lei nº 8.666/1993 e norma correlata, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora, as parcelas trabalhistas devidas aos empregados envolvidos na execução dos serviços, que são recolhidas mensalmente do faturamento devido a empresa contratada, a título de provisionamento em conta denominada “vinculada”, não são repassadas a esses profissionais, em função dos constantes bloqueios judiciais nessa conta, que seguramente vão beneficiar outros empregados da contratada que não prestam serviços para o Contratante.

Como se percebe, todo esse empenho nem sempre beneficia o empregado a quem foi efetuado o provisionamento dos encargos trabalhistas, ficando o ônus sob a responsabilidade do Contratante (recolhedor do benefício), além de não se eximir das reiteradas reclamações trabalhistas desses mesmo profissionais que deixaram de ser beneficiados com as provisões recolhidas na conta vinculada

## 7.2.4 Contratação de Estagiários

Quadro 29 – Composição do Quadro de Estagiários (Quadro A.7.2.4)

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no Exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>36</b>	<b>56</b>	<b>60</b>	<b>61</b>	<b>128.490,96</b>
1.1 Área Fim	6	9	12	17	24.267,81
1.2 Área Meio	30	47	48	44	104.223,15
<b>2. Nível Médio</b>	<b>88</b>	<b>117</b>	<b>117</b>	<b>111</b>	<b>139.298,14</b>
2.1 Área Fim	30	45	44	38	51.622,34
2.2 Área Meio	58	72	73	73	87.675,80
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>124</b>	<b>173</b>	<b>177</b>	<b>172</b>	<b>267.789,10</b>

**Análise Crítica**

O estágio oferecido pelo MME, sob a supervisão da CGRH, objetiva proporcionar ao estudante conhecimentos e vivências práticas além dos acadêmicos, tais como: lidar com situações profissionais adversas.

Esse programa oferece oportunidade aos estagiários para melhor avaliar a opção profissional e relacioná-la ao potencial e anseio, além do conhecimento das dificuldades inerentes ao campo profissional, sem contar que poderão apresentar propostas inovadoras capazes de validar o crescimento profissional e pessoal e ainda contribuir para o desenvolvimento das unidades de atuação neste Ministério. Essa mão de obra estagiária muito tem auxiliado na execução de serviços administrativos.

Ademais, a partir da instituição do “Plano de Orientação e Desenvolvimento de Estagiários – PODE” no exercício de 2010, são oferecidas, por meio de ações voluntárias de servidores do Quadro do MME, conhecimentos, habilidades e orientações aos jovens estudantes, para um bom desempenho e melhor relacionamento profissional e pessoal, a saber: i) Palestra Introdutória; ii) Word Básico; iii) Excel Básico; iv) Etiqueta Social; v) Atendimento ao Público; vi) As Consequências do Uso Abusivo de Drogas; vii) Higiene Bucal; e viii) Projeto Esplanada Sustentável.

**Fonte: CGRH-Área de Estágio / SIAPE**

### 7.3 Informações sobre a Revisão de Contratos Vigentes nos Termos do art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e do art. 2º do Decreto nº 7.828/2012.

Embora o Ministério de Minas e Energia detenha alguns contratos que foram celebrados em datas posteriores à publicação da Lei nº 12.546/2011, portanto, dentro dos padrões de faturamento estabelecidos pela referida lei, existem alguns contratos em análise para fins de possível sujeição ao regime de substituição das contribuições previdenciárias, em razão do enquadramento de sua atividade principal no CNAE 2.0, conforme disposições da lei nº 12546/2011 e do Decreto nº 7.828/2012.

No entanto, em recente mensagem da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da qual informou aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquicas e fundacional que foi conhecido pedido de reexame com efeito suspensivo em relação aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013.

Na Nota da SLTI ficou definido que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquicas e fundacional serão orientados após o exame final da matéria pelo TCU, razão pela qual quaisquer providências sobre o assunto serão adotadas depois do posicionamento do Tribunal.

## 8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

### 8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

O Ministério de Minas e Energia dispõe de frota de veículos próprios para realizar o transporte institucional de servidores e demais autoridades, material e documentos. A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é o *Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008* e a *Instrução Normativa nº 3 de 15 de maio de 2008 da SLTI/MPOG*.

A frota de veículos é imprescindível para consecução das atividades institucionais do Ministério, haja vista a necessidade de prestar serviços de transporte para:

- pessoal em serviços;
- transportar documentos e processos;
- conduzir técnicos para realizar viagens de inspeções, visitas e/ou vistorias em obras (em andamento ou concluídas, tais como: usinas hidrelétricas, térmicas, eólicas, carvão etc.) próximas ou mesmo no interior, cujo acesso seja mais fácil por meio de veículos;
- realizar descarte de materiais/papéis/lixo/entulho, para o local designado pelo GDF, não recolhidos pela Coleta Seletiva;
- transportar materiais/mobiliário/eletrônicos inservíveis doados;
- propiciar condução de servidores para congressos, palestras, realização de cursos, etc.;
- realizar o transporte institucional de autoridades (secretários nacionais); e
- conduzir o Ministro (transporte de representação).

É apresentada a seguir tabela, informando a quantidade atual de veículos que compõem a frota, discriminados e totalizados por grupos e total geral; média anual de quilômetros rodados por grupo de veículos; idade média da frota, por grupo de veículos; gasto com seguro e gasto com motoristas terceirizados.

RESUMO GERAL DA FROTA DE VEICULO OFICIAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - 2014						
GRUPO	QDE	IDADE MÉDIA (ANO)	MÉDIA ANUAL DE KM RODADO	CUSTO ANUAL COM MANUTENÇÃO E COMBUSTÍVEIS (R\$)	GASTO COM SEGURO (R\$)	GASTO COM MOTORISTAS TERCEIRIZADOS (R\$)
I - representação	1	2	20.380	10.163,79	32.528,58	912.011,69
II - veículos especiais	0	0	0	0		
III - institucional	7	5	141.242	76.741,07		
IV - serviços comuns (a)	19	9	179.034	77.129,66		
IV - serviços comuns (b) (*)	2	27	2.803	3.460,08		
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>-</b>	<b>343.459</b>	<b>167.494,60</b>		

(\*) – 1 micro-ônibus e 1 caminhão médio tipo baú

De acordo com o PAAV – Plano Anual de Aquisição de Veículos para o ano de 2015 é planejado a substituição de 4 (quatro) veículos, que se caracterizam como antieconômicos, com mais de 10 (dez) anos de uso, etc., conforme a legislação. Os veículos substituídos serão doados a outros órgãos públicos que manifestarem interesse.

Em 2014 foram adquiridos 3 (três) veículos, sendo um institucional e dois de serviços.

A princípio não há nenhum plano para substituição da frota própria por contratada.

O Ministério adota o sistema de frota própria em detrimento ao da locação, pelas seguintes razões:

- existência no seu quadro de pessoal de número razoável de motoristas oficiais, que embora tenha os cargos extintos, ainda não se aposentaram;
- por dispor de uma garagem que possibilita a guarda dos veículos;
- embora haja um investimento inicial mais elevado para as aquisições dos veículos, têm-se veículos novos/usados em ótimas condições por pelo menos 5(cinco) anos;
- experiências negativas de outros órgãos, que utilizaram frota contratada, tais como:
  - a utilização de frota própria tem se mostrado mais eficaz do que a contratada;
  - administração das contratadas tem sido problemática no que se refere ao cumprimento das obrigações contratuais, que se reflete na má prestação dos serviços, má apresentação dos motoristas, salários dos motoristas pouco atrativos o que provoca rotatividade; os contratos não são honrados até o prazo final; rescisões;
  - o controle da quilometragem das contratadas sujeito a irregularidades, o que exige um maior acompanhamento;
  - possíveis descompassos entre o encerramento de um contrato e o início de outro por problemas licitatórios, com prejuízo para o órgão.

Com relação ao Plano Anual de Substituição da Frota, estima-se substituir 4 (quatro) veículos do Grupo IV/a (veículos de serviços comuns), uma vez que apresentam elevado gasto com manutenção e média de consumo de combustível elevado, devido ao tempo de uso ser superior a 10 (dez) anos.



No setor responsável, existem mecanismos de controle implantados, principalmente por meio da utilização de planilhas, nas quais são registrados a quilometragem percorrida, gastos com combustível e manutenção, desempenho dos veículos, infrações de trânsito, taxas e validade de seguros etc.

## 8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

### 8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

*Quadro 30 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União (Quadro A.8.2.1)*

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	UF 1	1	1
	Brasília	1	1
Subtotal Brasil		1	1
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: SPIUnet

## 8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

Quadro 31 – Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional (Quadro A.8.2.2.1)

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
320004	9701.16936-500-1	21	2	Informação inexistente no SPIUnet	13/12/2013	53.852.534,08	-	1.877.123,48
<b>Total</b>							-	<b>1.877.123,48</b>

**Fonte: SPIUnet**

Regime: 21 – Uso em Serviço Público

Estado de Conservação: 2 – Muito bom

**Nota:**

a) A manutenção do imóvel de RIP 9701.16936.500-1 teve seus valores apurados mediante consideração das seguintes despesas:

**DESPESAS COM MANUTENÇÃO DO IMÓVEL**

Serviços	Empresa	CNPJ	Valor
Fornecimento e Instalação de Divisórias (800044)	ENGEMIL ENGENHARIA	04768702/0001-70	218.389,67
Serviços de Reparos na Cobertura (800430)	ENGEMIL ENGENHARIA	04768702/0001-70	156.369,22
Serviços de Alvenaria (800064)	KF ENGENHARIA	04769067/0001-46	108.506,35
Manutenção dos Elevadores (800158)	MÓDULO ENGENHARIA	05926726/0001-73	90.802,16
Fornecimento e Instalação de Pisos (800104)	PISORAMA PISOS E REVESTIMENTOS	00734442/0001-61	8.820,00
Manutenção dos Sistemas e Instalações Elétricas, Hidrossanitárias, Águas Pluviais e de Combate a Incêndio (000019)	ENGEMIL ENGENHARIA	04768702/0001-70	190.618,62
Manutenção dos Sistemas e Instalações Elétricas, Hidrossanitárias, Águas Pluviais e de Combate a Incêndio (800332)	ENGEMIL ENGENHARIA	04768702/0001-70	482.083,28
Fornecimento e Instalação de Divisórias (800018 e 19)	AMBIANCH INDUSTRIAL	06041948/0001-71	244.979,30
Instalação de Forros (800062)	VEKTA CONSTRUTORA	11366081/0001-64	44.820,00
Manutenção da Sala Cofre (800187)	ACECO LTDA	43209436/0001-06	331.734,88
<b>TOTAL</b>			<b>1.877.123,48</b>

## Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União

*Quadro 32 – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ (Quadro A.8.2.2.2)*

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.16936-500-1
	Endereço	Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.080.454/0001-82
	Nome ou Razão Social	<b>Cristina’s Restaurante Ltda. - ME</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	56.11-2-01 - Restaurantes e similares
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concessão de Uso Pregão Presencial nº 03/2012-MME
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração dos serviços de restaurante e lanchonete, com fornecimento de refeições do tipo “Self Service”
	Prazo da Cessão	12 meses, prorrogáveis até 60 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Área que abrange cerca de 400 m <sup>2</sup> , localizada no 1º subsolo do Edifício Sede.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Taxa de Utilização (espaço e equipamentos): R\$ 4.930,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento via GRU da Taxa de Ocupação
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Recolhimento da taxa ao Tesouro Nacional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<p>As contas de telefone são pagas pela Cessionária, em sua totalidade, e variam de acordo com o consumo da própria Cessionária.</p> <p>A Cessionária utiliza o gás GLP sob sua responsabilidade, mediante contrato específico com a fornecedora.</p> <p>Os valores referentes ao consumo de água e energia elétrica estão englobados na Taxa de Ocupação.</p>	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.16936-500-1
	Endereço	Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”
Identificação do Cessionário	CNPJ	37.174.026/0001-66
	Nome ou Razão Social	<b>Associação dos Servidores do Ministério de Minas e Energia</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	94.20-1-00 - Atividades de organizações sindicais
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Permissão de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Ocupação do espaço de 113,12 m <sup>2</sup> pela AME, revertidos em benefícios e facilidades aos servidores e associados.
	Prazo da Cessão	Prazo indeterminado a título precário
	Caracterização do espaço cedido	Área que abrange cerca de 113,12 m <sup>2</sup> , localizada no 1º subsolo do Edifício Sede.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Taxa de Utilização (espaço): R\$ 549,25
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento via GRU da Taxa de Ocupação
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Recolhimento da taxa ao Tesouro Nacional.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	As contas de telefone são pagas pela permissionária, em sua totalidade, e variam de acordo com seu consumo.  As despesas referentes ao consumo de água, energia elétrica, manutenção dos elevadores e ar condicionado são cobrados mediante rateio proporcional à área ocupada.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.16936-500-1
	Endereço	Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000.04724-41
	Nome ou Razão Social	<b>Banco do Brasil S.A.</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	64.22-1-00 - Bancos múltiplos, com carteira comercial
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concessão de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração de atividade bancária, no âmbito do MME com a finalidade de propiciar maior comodidade e facilidades para os servidores
	Prazo da Cessão	12 (doze) meses, prorrogáveis até 60 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Área que abrange cerca de 52,38 m <sup>2</sup> , localizada no pavimento térreo, Ala Norte do Edifício Sede.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Taxa de Utilização (espaço): R\$ 699,90
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento via GRU da Taxa de Ocupação
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Recolhimento da taxa ao Tesouro Nacional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	As despesas referentes ao consumo de água, energia elétrica, manutenção das redes elétricas e hidrossanitárias são cobrados mediante rateio proporcional à área ocupada.	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.16936-500-1
	Endereço	Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal – CEF</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	64.23-9-00 - Caixas econômicas
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concessão de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Proporcionar maior comodidade e segurança aos correntistas e demais usuários dos serviços prestados pela CEF.
	Prazo da Cessão	12(doze) meses, prorrogáveis até 60 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Área que abrange cerca de 3,00 m <sup>2</sup> , localizada no pavimento térreo, portaria principal.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Taxa de Utilização (espaço) : R\$ 35,09
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento via GRU da Taxa de Ocupação
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Recolhimento da taxa ao Tesouro Nacional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	As despesas referentes ao consumo de energia elétrica, manutenção predial e limpeza são cobradas mediante rateio proporcional à área ocupada.	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.16936-500-1
	Endereço	Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”,
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.208/0001-00
	Nome ou Razão Social	<b>BRB – Banco Regional de Brasília</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	64.22-1-00 - Bancos múltiplos, com carteira comercial
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concessão de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Proporcionar maior comodidade e segurança aos correntistas e demais usuários dos serviços prestados pelo BRB
	Prazo da Cessão	12(doze) meses, prorrogáveis até 60 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Área que abrange cerca de 3,00 m <sup>2</sup> , localizada no pavimento térreo, portaria principal.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Taxa de Utilização (espaço) : R\$ 62,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento via GRU da Taxa de Ocupação
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Recolhimento da taxa ao Tesouro Nacional.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	As despesas referentes ao consumo de energia elétrica, manutenção predial, ar condicionado, limpeza, brigada de incêndio e segurança armada e desarmada, são cobrados mediante rateio proporcional à área ocupada.

#### 8.2.4 Análise Crítica

A gestão do patrimônio imobiliário atualmente é focada na manutenção e conservação predial. Isso deve-se a grandes reformas realizadas no imóvel que contribuíram com melhorias para as instalações físicas tais como: modernização dos banheiros do edifício; revitalização dos Auditórios; revitalização das dependências do Arquivo Central no 2º subsolo, além da substituição das instalações elétricas que ofereceram maior conforto e segurança aos servidores e usuários dos serviços. Ressalte-se que em todo este processo foi realizado a substituição de peças, utensílios e equipamentos por outros infinitamente mais modernos que demandam menor consumo de água e energia elétrica além de possibilitar uma manutenção menos onerosa.

Cabe destacar duas obras que promoveram uma melhor utilização dos espaços internos: revitalização de áreas anteriormente ocupadas pelas prumadas verticais dos dutos de ar condicionados, que incorporados à área útil da edificação totalizaram 422,14 m<sup>2</sup> e adaptação de área localizada na garagem para instalação do Centro de Treinamento de servidores que também contribuiu para um melhor aproveitamento do espaço estimado de 400 m<sup>2</sup>.

## 9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

## 9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Tabela 24 – Sistemas Computacionais Utilizados no MME

NOME	DESCRIÇÃO
Sistema de Ligações – <i>Cliente/Servidor</i>	Sistema para registro e gestão de ligações, audiências e convites.
DocFlow	Gerenciador eletrônico que permite criar, editar, gerenciar e armazenar documentos e processos de forma eletrônica.
Controle de Acesso	Sistema de criação e manutenção de perfis de usuários e funcionalidades dos sistemas do MME.
Ouvidoria	Sistema para gerenciar todas as manifestações recebidas dos cidadãos-usuários internos ou externo, tramitadas para as áreas do MME.
Ponto NET	Sistema para cadastro e acompanhamento do ponto eletrônico.
Portal MME	Canal de comunicação e divulgação de informações eficiente com o público, servidores do Ministério, intervenientes do setor energético e demais interessados.
Sistema SGRH	Sistema para acompanhamento e controle dos recursos humanos do Ministério.
Registro de Eventos	Sistema para cadastrar e acompanhar os eventos (Cursos) já realizados pelos servidores do MME.
Diagnóstico de Aprendizagem	Um Sistema que permite controlar os eventos que foram solicitados pelos servidores do MME através do RH, permitindo o registro, a classificação, o acompanhamento, a expedição, a avaliação, a transferência, a pesquisa e o gerenciamento concentrado em três conjuntos de informações: Informações dos eventos solicitados pelos servidores, Aprovação do gestor da unidade e Relatórios.
Boletim Pessoal	Módulo do Sistema de Recursos Humanos para controle do Boletim de Pessoal dos servidores do MME.
Módulo de Cadastro de Pessoal	Sistema para entrada e saída das informações de servidores, consultores, estagiários e terceirizados do MME.
Sistema Migração SIAPE	Sistema para atualizar os dados dos servidores no SIAPE e migrá-los para o SGRH.
LinkData – Produção	Sistema que controla Material e Patrimônio do MME.
Controle de Passagens Internacionais - <i>Cliente/Servidor</i>	Sistema para cadastro e acompanhamento das passagens internacionais.
Portal WAP	Sistema para disponibilizar informações na internet mobile sobre o MME e as Secretarias, na forma de um Portal.
Programa de Aceleração do Crescimento – Webpac	PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Sistema de informação único para cadastro e atualização das informações do andamento de cinco programas sob gestão do MME, sendo eles: Geração de Energia Elétrica, Transmissão de Energia Elétrica, Petróleo e Gás, Combustíveis Renováveis, Programa Luz para Todos.

Fonte: CGTI



NOME	DESCRIÇÃO
STGE – Transacional de Geração de Energia	Sistema para cadastro e atualização das informações do andamento dos empreendimentos sob gestão do CGMEG/DMSE/SEE/MME, incluindo o controle do transacional e de máquinas.
STMGE – Transacional de Monitoramento de Grandezas Elétricas	Sistema de informação único para monitorar a produção, consumo e intercâmbio de energia elétrica entre regiões sob a supervisão do CGMEG/DMSE/SEE/MME.
STTE – Transacional de Transmissão de Energia	Sistema para cadastro e atualização das informações do andamento dos empreendimentos de transmissão de energia sob gestão do MME.
CONDIREX – Sistema Conselhos e Diretoria Executiva – GM	Sistema que controla cadastro de Conselheiros e Diretoria.
Controle de Estagiários – Cliente/Servidor	Sistema para apoiar o processo de cadastramento e controle dos estagiários do CIEE contratados pelo MME.
Delega – Delegação de Competências - Cliente/Servidor	Sistema que registra os atos de delegações de competências dos titulares dos Órgãos do MME.
SIG - Sistema de Informações Gerenciais	Sistema para coordenar os processos de gestão e programas estratégicos e na formulação, implementação e avaliação dos programas e políticas públicas do MME.
Informações Organizacionais	Sistema de cadastro, atualização e visualização das informações sobre a estrutura regimental do MME.
Luz para Todos	Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos” com o objetivo de levar energia elétrica para a população do meio rural.
Monitor de Aplicações	Sistema para monitorar o funcionamento e o desempenho das aplicações existentes no MME.
STTE – Webservice	Sistema que permite a busca de informações do sistema SIGET da ANEEL.
Biblioteca	Sistema para controle do acervo bibliotecário do MME.

Quadro 33 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014 (Quadro A.9.1)

Nº DO CONTRATO	OBJETO	VIGÊNCIA	FORNECEDORES		CUSTO (R\$)	VALORES DESEMBOLSADOS 2014 (R\$)
			CNPJ	DENOMINAÇÃO		
16/2013	Fábrica de Software.	03/07/2013 a 03/07/2014	01.644.731/0001-32	CTIS Tecnologia S/A	1.531.257,26	804.672,80
21/2014	Fábrica de Software.	26/06/2014 a 26/06/2015	01.644.731/0001-32	CTIS Tecnologia S/A	3.599.685,00	482.884,51
17/2013	Fábrica de Mensuração de Demanda.	03/07/2013 a 03/07/2014	37.115.383/0001-53	TI MÉTRICAS Serviços Ltda.	286.880,00	11.921,93
17/2013	Fábrica de Mensuração de Demanda.	03/07/2013 a 03/07/2015	37.115.383/0001-53	TI MÉTRICAS Serviços Ltda.	286.880,00	2.060,58
18/2013	Fábrica de Teste.	03/07/2013 a 03/07/2014	72.827.405/0004-5	RSI Informática Ltda.	832.000,00	101.322,00
22/2014	Fábrica de Teste.	26/06/2014 a 26/06/2015	72.827.405/0004-5	RSI Informática Ltda.	651.000,00	80.615,50
30/2013	SEA Tecnologia em Informática.	30/09/2013 a 30/09/2014	05.741.114/0001-06	SEA Tecnologia	982.000,00	252.757,00
30/2013	SEA Tecnologia em Informática.	30/09/2014 a 30/09/2015	05.741.114/0001-06	SEA Tecnologia	616.020,00	431.321,80
11/2014	Atualização de versão do Software Informática PowerCenter.	24/02/2014 a 24/02/2015	02.068.632/0008-99	SofTek	265.899,96	177.933,30
16/2012	Atualização de licenças de software e suporte aos produtos Hyperion Performance Scorecard Plus e Hyperion Interactive Reporting.	30/04/2014 a 30/04/2015	59.456.277/0003-38	Oracle do Brasil Sistemas Ltda.	69.526,34	46.170,89
33/2014-MME	Fornecimento de licenças de software para solução de Data Discovery e serviços de implantação e treinamento.	30/10/2014 a 29/10/2015	07.424.768/0001-31	Nórdica distribuidora de Software Ltda.	679.550,00	504.250,00
31/2013	Licença de Software em Java – SDK.	30/10/2013 a 30/10/2014	03.242.841/0001-01	E.sec Tecnologia em Segurança de Dados Ltda.	229.000,00	54.250,00

Fonte: CGTI

## 10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

## 10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Quadro 34 – Aspectos da Gestão Ambiental (Quadro A.10.1)

Aspectos sobre a Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado. <a href="http://www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/pls/PLS_DO_MME_-PDF.pdf">http://www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/pls/PLS_DO_MME_-PDF.pdf</a>		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
<b>Considerações Gerais</b>			
Os resultados alcançados por meio do desenvolvimento das ações consignadas no PLS foram publicados como relatório, que poderá ser acessado no sítio eletrônico do MME.			

## 11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

## 11.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU

## 11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

*Quadro 35 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício  
(Quadro A.11.1.1)*

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	-	-	-	-	Ofício 0047/2014-TCU/SefidEnergia, de 10/02/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO					8932
Descrição da Deliberação					
Solicita a designação de 2 (dois) responsáveis pelo envio do relatório de gestão/2013 entre o dia 1/3/2014 até a data limite estabelecido para entrega.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO					8932
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado o Ofício nº 016/2014-SPOA/SE-MME, em 25/02/2014, com indicação dos 2 (dois) servidores responsáveis pelo envio do relatório de gestão/2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
-					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 004.313/2014-3	-	-	Cautelar e Oitiva	Ofício 065/2014- TCU/Sefti, de 07/03/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SECRETARIA-EXECUTIVA					3245
Descrição da Deliberação					
Comunica que foi determinado, cautelarmente, que o MME suspenda os atos decorrentes da Ata de Registro de Preços do PE SRP – 2/2013-MME ou a execução do(s) contrato(s) dela resultante(s), bem como determina oitiva, no prazo de 15 dias, para manifestação sobre os fatos apontados na representação (com cópia para o Sr. Secretário-Executivo).					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO					8932
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS					80037
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					3371
Síntese da Providência Adotada					
<p>a) Efeitos decorrentes da Ata de Registro de Preços do PE SRP 2/2013-MME, assinada em 14/02/2014, foram devidamente suspensos conforme determinado, mediante:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Memº Circular nº 3/2014-SPOA/SE-MME, de 11/03/14: dirigido às Coordenações-Gerais de Compras e Contratos/CGCC e de Tecnologia da Informação/CGTI, comunicando a suspensão do procedimento de contratação, em função de expressa determinação do TCU, até avaliação definitiva daquela Corte, acerca das questões suscitadas pela Sefti.</li> <li>- Ofícios nºs 023, 024, 025 e 026/2014/SPOA/SE-MME, de 11/03/14: dirigido aos Órgãos Participantes do certame (ANP, DATASUS, EMBRAPA e AGU, respectivamente), oficiando-os acerca da suspensão dos efeitos da Ata de Registro de Preços decorrente do PE SRP 2/2013-MME, até a avaliação definitiva daquela Corte.</li> </ul> <p>b) Providências outras:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ofício nº 32/2014-SPOA/SE-MME, de 20/03/14: dirigido à empresa Edge Technology Ltda, solicitando esclarecimentos acerca dos preços por ela ofertados no âmbito do MME e TSE.</li> <li>- Ofício nº 046/2014-CGTI/SPOA-MME, de 11/06/2014: a CGTI requisitou vistas do processo TC. 004.313/2014-3, situação que culminou no envio de esclarecimentos técnicos diretamente pela citada Área, para complemento da manifestação anterior.</li> <li>- Memº nº 15/2014-CGTI/SPOA-MME, de 13/06/2014: para clarificar a instrução dos autos da contratação, foi expedido memorando à CGTI, solicitando que fosse juntado ao processo documentação técnica que comprova a realização de estudos técnicos prévios acerca do objeto do certame.</li> </ul> <p>c) Resposta ao TCU:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ofício nº 034/2014/SPOA/SE-MME, de 24/03/14: dirigido à Sefti, com a manifestação técnica requisitada em oitiva e documentação comprobatória (Nota Técnica nº 01/2014-CGTI/CGCC, de 24/03/14).</li> </ul>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Todos os fatos apontados pela Sefti/TCU foram esclarecidos e superados.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A avaliação da Sefti/TCU demandou muito tempo (cerca de 6 meses), período em que o processo permaneceu inativo e sem finalização.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC 004.313/2014-3	-	-	Diligência	Ofício 066/2014- TCU/Sefti, de 07/03/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS					3369
Descrição da Deliberação					
Solicita envio de cópia da documentação técnica que embasou a elaboração do edital, a estimativa do orçamento, a ata da sessão pública do PE SRP 2/2014-MME e demais documentos relacionados ao prosseguimento do certame.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS					80037
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					3371
Síntese da Providência Adotada					
Resposta ao TCU: - Ofício nº 034/2014/SPOA/SE-MME, de 24/03/14: dirigido à Sefti, com a manifestação técnica requisitada em oitiva (Nota Técnica nº 01/2014-CGTI/CGCC, de 24/03/14) e a documentação comprobatória.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Todos os fatos apontados pela Sefti/TCU foram esclarecidos e superados.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A avaliação da Sefti/TCU demandou muito tempo (cerca de 6 meses), período em que o processo permaneceu inativo e sem finalização.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	TC 005.346/2014-2	-	-	Oitiva	Ofício 0097/2014- TCU/Sefti, de 31/03/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SECRETARIA-EXECUTIVA					3245
Descrição da Deliberação					
Comunica que foi determinada oitiva do MME, no prazo de 15 dias, para manifestação sobre os fatos apontados na representação em tela.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS					80037
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					3371
Síntese da Providência Adotada					
Resposta ao TCU: - Ofício nº 043/2014/SPOA/SE-MME, de 14/04/14: dirigido à Sefti, com a manifestação técnica requisitada em oitiva (Nota Técnica nº 02/2014-CGCC/CGTI, de 14/04/14) e a documentação comprobatória (com cópia para o Sr. Secretário-Executivo).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Todos os fatos apontados na representação foram esclarecidos.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	TC 022.124/2013-6	-	-	Diligência	Ofício 0155/2014- TCU/Sefid Energia, de 14/04/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO					8932
Descrição da Deliberação					
Solicita informações, no prazo de 15 dias, para saneamento do processo de Prestação de Contas TC 022.124/2013-6 – Contas Ordinárias do Exercício de 2012 SPOA/MME, a saber:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- fundamento legal para manutenção de 2 contas bancárias vinculadas ao MME (Caixa Econômica Federal).</li> <li>- caso não haja fundamentação legal para manutenção das mesmas, detalhar as ações adotadas para encerramento.</li> </ul>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS					3369
Síntese da Providência Adotada					
Resposta ao TCU:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ofício nº 045/2014/SPOA/SE-MME, de 28/04/14: dirigido à SefidEnergia, acompanhado do Memº nº 33/2014-CGRL/SPOA-MME, de 24/04/2014.</li> </ul>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conta bancária 37.115.383/0001-53 – CEF: necessária para recebimento de valores da folha de pagamento do MME e repasse aos servidores.</li> <li>- Conta bancária 37.115.383/0006-68 – CEF: encerrada em 31/12/2013.</li> </ul>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	TC 003.732/2014-2	Acórdão 833/2014-TCU/Plenário	-	Comunicação	Ofício 0142/2014-TCU/SEFTI, de 29/04/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SECRETARIA-EXECUTIVA					3245
Descrição da Deliberação					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comunica o início de levantamento, coordenado pela Sefti, da situação de Governança de Tecnologia da Informação (TI) na Administração Pública Federal (por meio de questionário eletrônico a ser remetido posteriormente).</li> <li>- Solicita indicação de 1 (um) representante para atuar como interlocutor da organização neste levantamento.</li> <li>- Informa a promoção do evento “Diálogo Público – Governança de Tecnologia da Informação: Controle Externo em Ação” (dia 08/05/2014/Auditório do TST).</li> </ul>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					8932 3371
Síntese da Providência Adotada					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ciente.</li> <li>- Indicado o Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação como interlocutor deste Órgão, por meio do formulário eletrônico “Perfil GovTI 2014 – Interlocutor”.</li> </ul>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
-					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	TC 007.010/2014-1	Acórdão 1.863/2014-TCU/Plenário	9.2	Relatório de Auditoria	Aviso nº 872-Seses-TCU/Plenário, de 16/07/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
GABINETE DO MINISTRO					2854
Descrição da Deliberação					
Encaminha cópia do Acórdão em questão para conhecimento do MME, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentaram, tendo em vista que a Egrégia Corte de Contas realizou auditoria no âmbito do MME, Com o objetivo de verificar a regularidade e os prazos de execução das obras de construção de linhas de alimentação e subestação de energia elétrica para as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, tendo determinado:					
9.2. promover a oitiva do MME, no prazo de 15 dias, para que se pronuncie acerca das possíveis inconsistências nos valores lançados no orçamento-base em relação aos subitens E.2.1 a E.2.12 do item Ramais Subterrâneos (SE Olímpica – SE Barra II).					
9.4. dar ciência ao MME de impropriedades relacionadas ao Contrato 4/2014-MME					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SECRETARIA-EXECUTIVA					3245
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO					8932
Síntese da Providência Adotada					
Ciente (SPOA). Resposta ao TCU expedida diretamente pela Secretaria Executiva.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
-					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	TC 005.346/2014-2 TC 004.313/2014-3 (apensado)	Acórdão 2.312/2014 – TCU/Plenário	-	Comunicação	Aviso nº 959-Seses/TCU/Plenário, de 03/09/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
GABINETE DO MINISTRO					2854
Descrição da Deliberação					
Encaminha cópia do Acórdão em questão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentou, tendo a Corte de Contas acordado pela <b>revogação</b> da medida cautelar destinada à suspensão dos atos decorrentes da Ata de Registro de Preços do PE SRP 2/2014-MME, bem como autorizado a continuidade dos atos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINSTRITAÇÃO					8932
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS					80037
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					3371
Síntese da Providência Adotada					
- Encaminhado os Ofícios nºs 93, 94, 95 e 96/2014/SPOA/SE-MME, em 05/09/2014, aos Órgãos Participantes (ANP, DATASUS, EMBRAPA e AGU, respectivamente), comunicando o teor do Acórdão nº 2.312/2014-TCU/Plenário, especialmente a revogação da medida cautelar de suspensão e a autorização para continuidade dos atos.					
- Após conhecimento do Acórdão nº 2.312/2014 – TCU/Plenário, em 09/09/2014, a Coordenação-Geral de Compras e Contratos deu continuidade aos trâmites necessários à formalização do contrato.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Todos os fatos apontados nas duas representações acima foram esclarecidos e superados.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					



## 11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

## 11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

*Quadro 36 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno (Quadro A.11.2.1)*

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	-	-	SA 201314590/005, de 06/01/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Descrição da Recomendação			
Disponibilizar cópia dos processos n°s: 48000.001062/2012-15, 48000.001935/2011-17 e 48000.000924/2012-84.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS			3369
Síntese da Providência Adotada			
- Disponibilizado acesso dos analistas da CGU ao Sistema Eletrônico de Documentação Docflow, para consulta aos processos em questão.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	-	-	Ofício n° 1.896/2014/DIENE/DI/SFC/CG U-PR, de 27/01/2014.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Descrição da Recomendação			
Solicita informações com relação à concessão de auxílio moradia (Proc. n° 00190.501461/2012-57).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS			3370
Síntese da Providência Adotada			
- Informações prestadas à CGU na forma e prazo requisitados, objeto do Ofício n° 027/2014-CGRH/SPOA/SE-MME, de 04/02/14.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	-	-	Ofício nº 2.130/2014/DIENE/DI/SFC/CG U-PR, de 28/01/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA-EXECUTIVA			3245
Descrição da Recomendação			
Comunica ao Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva a realização dos trabalhos de Acompanhamento Permanente da Gestão no exercício de 2014.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Síntese da Providência Adotada			
Ciente.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	-	-	Ofício nº 2.136/2014/DIENE/DI/SFC/CG U-PR, de 28/01/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Descrição da Recomendação			
Comunica ao SPOA a realização dos trabalhos de Acompanhamento Permanente da Gestão no exercício de 2014.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Síntese da Providência Adotada			
Ciente.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	-	-	SA 201314590/006, de 10/02/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Descrição da Recomendação			
- Solicita informações sobre os Sistemas de Informação “Web PAC” e “STGE” (Sistema Transacional da Geração de Energia).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			3371
Síntese da Providência Adotada			
- Informações prestadas à CGU por meio do Memº nº 4/2014-CGTI/SPOA-MME, de 20/02/14, capeado pelo Ofício nº 012/2014-SPOA/SE-MME, de 11/02/14.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	-	-	Ofício nº 6.537/2014/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 17/03/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Descrição da Recomendação			
- Solicita informações sobre as medidas adotadas para cumprimento do item 7 do Ofício nº 37.971/2013/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 13/12/2013.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Síntese da Providência Adotada			
- Por meio do Ofício nº 035/2014-SPOA/SE-MME, de 25/03/14, foi informado à CGU sobre a criação de um Grupo de Trabalho no âmbito do MME (Portaria nº 22/2014/SPOA), com a incumbência de apurar os indícios apontados no item 3.4.1.3 do Relatório Final apresentado pelo GT-MTur/SLTI-MP, criado pela Portaria Conjunta nº 01/2012-Mtur/MP.			
- Ultimados os trabalhos pelo GT/MME, uma cópia do relatório final foi encaminhado à CGU por meio do Ofício nº 052/2014-SPOA/SE-MME, em 27/05/2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	-	-	SA 201314590/007, de 24/03/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Descrição da Recomendação			
- Encaminha documentos com a versão preliminar dos fatos evidenciados ao longo dos trabalhos realizados pela equipe de auditoria da CGU conduzidos junto à SPOA/MME e solicita manifestação, justificativas e outros documentos que a entidade julgar pertinentes.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			3371
Síntese da Providência Adotada			
-Encaminhado Memº nº 21/2014-SPOA-MME à CGTI, em 25/03/2014, por tratar-se de assunto atinente à Área de Tecnologia da Informação. - Encaminhada Nota Técnica nº 1/2014-CIET/CGTI-MME em resposta à CGU, de 29/04/2014, capeada pelo Ofício nº 047/2014-SPOA/SE-MME, da mesma data.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	-	-	SA 201406142/001, de 12/05/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA-EXECUTIVA			3245
Descrição da Recomendação			
- Solicita, no item 7.2, relação dos processos administrativos instaurados na unidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS			3370
Síntese da Providência Adotada			
- Encaminhado Memº nº 38/2014-SPOA-MME à CGTI, em 16/05/2014, por tratar-se de assunto atinente à Área de Recursos Humanos. - Encaminhado Memº nº 59/2014-CGRH/SPOA-MME em resposta à CGU, de 15/05/2014, capeada pelo Ofício nº 107/2014-SE-MME, de 19/05/2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	-	-	Ofício nº 15.248/2014/CSAMME/CORIN/CRG/CGU-PR, de 16/06/2014.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA-EXECUTIVA			3245
Descrição da Recomendação			
- Solicita informações acerca e registros inseridos no Sistema CGU-PAD.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS			3370
Síntese da Providência Adotada			
- Encaminhado Memº nº 51/2014-SPOA-MME à CGTI, em 27/06/2014, por tratar-se de assunto atinente à Área de Recursos Humanos. - Encaminhado Memº nº 98/2014-CGRH/SPOA-MME em resposta à CGU, em 11/07/2014, capeada pelo Ofício nº 079/2014-SPOA/SE-MME, de 14/07/2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	-	-	Ofício nº 19.238/2014/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 01/08/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Descrição da Recomendação			
- Solicita arquivo eletrônico do Processo nº 48000.001068/2012-84.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Síntese da Providência Adotada			
- Encaminhado Ofício nº 088/2014-CGRH/SPOA-MME em resposta à CGU, de 07/08/2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	-	-	Ofício nº 19.582/2014/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 06/08/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Descrição da Recomendação			
- Encaminha Trilhas de Auditoria feita na Folha de Pagamento do MME, com registro de inconsistências para análise e justificativa.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS			3370
Síntese da Providência Adotada			
- Encaminhado à CGRH em 07/08/2014. - Encaminhada resposta à CGU, por meio do Memº nº 122/2014-CGRH/SPOA-MME, de 29/09/14, capeado pelo Ofício nº 107/2014-SPOA/SE-MME, em 30/09/2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
- Todos os pontos levantados foram esclarecidos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	-	-	Ofício nº 25.476/2014/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 30/09/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Descrição da Recomendação			
- Solicita cópia digitalizada do Processo nº 48000.002277/2013-26			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Síntese da Providência Adotada			
- Encaminhada resposta à CGU, por meio do Ofício nº 108/2014-SPOA/SE-MME, em 06/10/2014 com CD Rom anexo. - Informações complementadas pelo Ofício nº 111/2014-SPOA/SE-MME, de 29/10/2014, dando notícia da publicação do Acórdão nº 2.763/2014-TCU/Plenário, que indeferiu os embargos de declaração opostos em face do acórdão nº 2.312/2014/TCU-P.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	-	-	SA 201412707/01, de 31/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Descrição da Recomendação			
- Solicita informações sobre o Pregão Eletrônico SRP nº 02/2014.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			3371
Síntese da Providência Adotada			
- Encaminhado Ofício nº 119/2014-SPOA/SE-MME ao ex-Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação (Sérgio Luiz Barbosa), em 05/11/2014, para prestar informações atinentes ao processo de contratação em questão, oriundo de sua gestão.			
- Resposta encaminhada à CGU por meio do Ofício nº 120/2014-SPOA/SE-MME, de 07/11/2014, acompanhado de carta datada de 07/11/14 de lavra do Sr. Sérgio Luiz Barbosa.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	-	-	SA 201412707/02, de 14/11/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Descrição da Recomendação			
- Solicita informações sobre o Pregão Eletrônico SRP nº 02/2014.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS			3371 80037
Síntese da Providência Adotada			
- Encaminhado Ofício nº 124/2014-SPOA/SE-MME ao ex-Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação (Sérgio Luiz Barbosa), em 14/11/2014, para prestar informações atinentes ao processo de contratação em questão, oriundo de sua gestão.			
- Encaminhado Memº nº 81/2014-SPOA/SE-MME à Coordenação-Geral de Compras e Contratos para prestar informações.			
- Resposta encaminhada à CGU por meio do Ofício nº 126/2014-SPOA/SE-MME, de 18/11/2014, acompanhado de carta datada de 18/11/14 de lavra do Sr. Sérgio Luiz Barbosa e do Memº nº 20/2014-CGCC/SPOA-MME, de 18/11/2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	-	-	Ofício nº 31.948/2014/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 01/12/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Descrição da Recomendação			
- Informa que, até o momento, não foram identificadas situações que indiquem a necessidade de ação imediata dos gestores do MME, no sentido de suspender cautelarmente o prego 2/2014.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			8932
Síntese da Providência Adotada			
-			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

### 11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

#### 11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93

*Quadro 37 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR (Quadro A.11.3)*

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo ou Função	Final do Exercício de Cargo ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	01
	Entregaram a DBR	-	-	01
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	53	50	366
	Entregaram a DBR	53	50	366
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: CAPES / CGRH



### 11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

A entrega das DBRs se dá em mídia impressa (papel), sendo que a CGRH incentiva autoridades e servidores a assinar o formulário de “Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física”, conforme previsto no § 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005, para posterior arquivamento nas pastas funcionais. Assim, em 2014, cerca de 81% de ocupantes de cargos comissionados assinaram esse formulário. Vale ressaltar, nesse ponto, que as DBRs entregues em mídia impressa são colocadas em envelopes devidamente lacrados, com posterior arquivamento nas pastas funcionais dos servidores. Esses documentos são organizados e guardados em armários instalados na área de cadastro de pessoal, local trancado a chave, por conter dados de caráter sigiloso do contingente de recursos humanos do MME.

No âmbito do Ministério, a Coordenação de Administração de Pessoal – CAPES/CGRH é a unidade responsável por gerenciar a cobrança e a entrega das DBRs ou do formulário de Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física.

Relativamente a essa obrigação, todas as autoridades e servidores do MME procederam à entrega da DBR do ano-base correspondente ou do formulário de Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física.

### 11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

*Quadro 38 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014  
(Quadro A.11.4)*

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito			Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
01		01						01

\*Especificar razões:

### 11.5 Alimentação SIASG e SICONV

*Quadro 39 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV (Quadro A.11.5)*

<b>DECLARAÇÃO</b>	
<p>Declaramos junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade Jurisdicionada (Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA) estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p>	
<p>Brasília, 28 de abril de 2015.</p>	
<p><b>Carlos Eduardo Mendes Galvão</b> CPF nº 316.274.201-34 Coordenador-Geral de Recursos Humanos/SPOA</p>	<p><b>Simone Marcia Borges</b> CPF nº 319.390.401-59 Coordenadora-Geral de Compras e Contratos/SPOA</p>

## 12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Esta Unidade Jurisdicionada adotou os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, as NBC T 16.9 e NBC T 16.10, e em conformidade com os Manuais expedidos pelo Órgão Central de Contabilidade, Secretaria do Tesouro Nacional.

Para o tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio, tem-se como norteador o Manual STN - Macrofunção 020330 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPREC., AMORT. E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUND, com a metodologia aplicada para a estimativa da vida útil econômica do ativo e cálculo da depreciação, amortização e exaustão, bem como as taxas utilizadas para os respectivos cálculos.

Quanto à metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido aplicáveis a esta UJ, é observado o Manual STN - Macrofunção 021137 - PROCEDIMENTOS PARA CONSTITUIÇÃO E REGISTRO DE PROVISÃO, para os devidos procedimentos.

Não houve impacto negativo sobre o resultado da UJ ao utilizar critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, principalmente quando aplicada a NBC T 16.9, por se tratar da reavaliação, redução a valor a recuperável e depreciação.

### 12.2 Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas

O Sistema de Custos do Governo Federal foi criado por meio da Portaria nº 157, de 09/03/2011, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, como sistema estruturante do Governo Federal, que compreende aquela Secretaria (órgão central) e os Ministérios (órgãos setoriais). Antes da criação do Sistema de Custos, havia, em cada Ministério, um Comitê de Análise e Avaliação das Informações de Custos. No caso do MME, o Comitê foi criado em 2010 e era integrado por servidores da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA e da Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE. Na prática, o Comitê se reunia apenas uma vez por ano, para preencher o Relatório de Custos, que é uma das peças integrantes da Prestação de Contas do Presidente da República – PCPR, cuja consolidação, no âmbito do MME, está sob a responsabilidade da AEGE.

Por meio do Ofício-Circular nº 14/2011/CCONT/SUCON/STN/MF-DF, de 24/11/2011, a STN solicitou às Secretarias Executivas de todos os órgãos que fossem “*tomadas as providências necessárias para a formalização da estrutura administrativa e o início de funcionamento dos processos organizacionais nessa unidade, referentes ao exercício de suas atividades enquanto Órgão Setorial do Sistema de Custos do Governo Federal*”. No anexo ao Ofício Circular (“Orientações para a Estruturação dos Órgãos Setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal”), a STN sugeria um agrupamento multidisciplinar de conhecimentos e habilidades dos profissionais que iriam compor as equipes de apoio à gestão de custos (setoriais de custos) e recomendava que “*as atividades da setorial de custos não sejam executadas pelas mesmas equipes dedicadas ao apoio de setoriais contábeis, orçamentárias e financeiras*” (grifo nosso).

Em resposta, por meio do Ofício nº 008/2012-SE-MME, de 13/01/2012 (em anexo), a Secretaria-Executiva propôs que “a criação da estrutura em questão deveria ocorrer de forma padronizada, em todos os Órgãos da Administração Pública” e, ainda, informou: “Sobre a incorporação da referida unidade à estrutura deste Ministério, cumpre-nos esclarecer que, preliminarmente, faz-se necessário alterar o Decreto nº 5.267, de 09 de novembro de 2004, que aprovou a Estrutura Regimental do MME, devendo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP ser instado a respeito, visto sua competência para analisar e aprovar todas as propostas de expansão e alteração de estruturas organizacionais inerentes à Administração Pública Federal”. A STN não respondeu ao Ofício da Secretaria-Executiva do MME. Posteriormente, a Estrutura Regimental do MME foi alterada por meio do Decreto nº 7.798, de 12/09/2012, mas não houve alterações relacionadas ao Sistema de Custos do Governo Federal.

No dia 26/03/2013, durante o I Encontro de Gestão de Custos do Setor Público, os representantes da STN informaram que, a partir daquele exercício, as unidades setoriais de custos deveriam apresentar relatórios mensais sobre o assunto, que, provavelmente, já seriam exigidos pelos órgãos de controle (CGU e TCU) nos próximos trabalhos de auditoria. Diante disso, por meio do Memorando nº 40/2013-SPOA/SE-MME, de 17/04/2013 (em anexo), a SPOA propôs à Secretaria Executiva que, no processo de revisão do Regimento Interno do MME, decorrente da aprovação da nova Estrutura Regimental, que estava sob a coordenação do Gabinete do Ministro, fosse considerada a inclusão das atividades relacionadas ao Sistema de Custos do Governo Federal nas competências da AEGE, que já é responsável por exercer as atividades de órgão setorial de planejamento. Em resposta, a AEGE elaborou a Nota Técnica nº 2/2013-AEGE/SE-MME, de 22/04/2013, na qual defendia que tais atividades deveriam ser incluídas entre as competências da SPOA, que já é responsável por exercer as atividades de órgão setorial de orçamento, administração financeira, contabilidade, informática, recursos humanos e serviços gerais.

Diante do impasse, no dia 16/05/2013, foi realizada uma reunião no MME, com a presença de representantes da STN, da SPOA e da AEGE. Durante a reunião, os representantes da STN informaram sobre a importância das atividades relacionadas ao sistema de custos. Os representantes do MME informaram sobre as dificuldades para a estruturação, em função da complexidade do MME (Orçamento Fiscal e Orçamento de Investimento das Estatais) e também sobre a indefinição sobre qual a área que seria mais adequada para absorver essas novas atividades: área de orçamento, finanças e contabilidade (SPOA) ou área de planejamento (AEGE). Na ocasião, o Coordenador-Geral de Contabilidade e Custos da STN informou que não havia uma regra, mas que a grande maioria dos órgãos que já estavam se estruturando, haviam optado por absorver essas atividades na área de planejamento.

Ficou claro que a orientação, embora não obrigatória, era vincular as atividades de custo às unidades responsáveis pelo planejamento das Unidades Orçamentárias. Entretanto, nunca houve uma definição formal sobre o assunto. O novo Regimento Interno do MME, aprovado pela Portaria MME nº 89, de 27/02/2014, não atribuiu a nenhuma unidade a competência para exercer as atividades de órgão setorial do Sistema de Custos do Governo Federal.

Na Prestação de Contas do Presidente da República – PCPR referente ao exercício de 2013, o Relatório de Custos exigia informações relacionadas apenas ao Orçamento de Investimento das Estatais, razão pela qual a AEGE se encarregou do assunto sem a necessidade de ajuda dos demais membros do antigo Comitê de Análise e Avaliação das Informações de Custos. Para a PCPR 2014, novamente a AEGE não demandou da SPOA nenhuma informação.

Diante do exposto, o entendimento da SPOA é que as atividades referentes ao sistema de custos estão relacionadas à área de atuação da AEGE. Sendo assim, os itens 5.5 e 12.2 não se aplicam à UJ SPOA.

### 12.3 Conformidade Contábil

Os registros de conformidade realizados por esta Unidade Jurisdicionada seguiram as orientações contidas em Manuais expedidos pelo órgão central do Sistema de Contabilidade, Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

As Conformidades de Gestão ficam sob a responsabilidade de dois servidores formalmente designados e registrados no SIAFI para cada unidade gestora executora pertencente a esta UJ. E quanto à Conformidade Contábil fica a cargo de dois contadores na condição de responsáveis pela unidade Setorial de Órgão Superior, perante as conformidades de Unidade Gestora, de Órgão e de Órgão Superior. Dessa forma a Unidade Jurisdicionada respeita, dentro dos limites do seu quadro técnico, a segregação de função cujo procedimento propicia minimizar os erros quando da verificação dos atos realizados.

As ocorrências registradas no SIAFI em virtude das conformidades contábeis no exercício de 2014 oscilaram entre alerta e ressalvas, características de perfil de unidades executoras, com regularizações das pendências apontadas que variaram de duas a três ao longo do exercício, com exceção de permanência de uma ressalva com a restrição 640 – Saldo Contábil Bens Móveis não Confere com RMB, que trata do grupo 30, conta contábil 1.4.2.1.2.30.00 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS, situação que a Unidade Jurisdicional tem buscado regularizar.

O valor da referida conta registrada no SIAFI apresentou saldo em dezembro de 2014 de R\$ 86.505.448,23 (oitenta e seis milhões, quinhentos e cinco mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte e três centavos), divergindo do Relatório de Movimentação de Bens Móveis com o saldo de R\$ 31.659.639,98 (trinta e um milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e trinta e nove reais e noventa e oito centavos), constando diferença de R\$ 54.845.808,25 (cinquenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e oito reais e vinte e cinco centavos).

O grupo contábil representa os bens relativos ao Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem) do Governo Federal que foi instituído para atender às localidades isoladas não supridas de energia elétrica pela rede convencional.

### 12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

#### 12.4.1 Declaração Plena

*Quadro 40 – Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis (Quadro A.12.4.1)*

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA			<b>Código da UG</b>
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF			320002
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964, relativos ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília (DF)	<b>Data</b>	23.02.2015
<b>Contador Responsável</b>	Elizane Velozo Costa Guedes	<b>CRC nº</b>	CRC – DF nº 018138/O-2

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA			<b>Código da UG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH			320005
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964, relativos ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília (DF)	<b>Data</b>	23.02.2015
<b>Contador Responsável</b>	Elizane Velozo Costa Guedes	<b>CRC nº</b>	CRC – DF nº 018138/O-2

## 12.4.2 Declaração com Ressalva

*Quadro 41 – Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis (Quadro A.12.4.2)*

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA			<b>Código da UG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL			320004
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964, refletem adequadamente e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às restrições:</p> <p><b>640 – SALDO CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE COM RMB</b></p> <p><b>Conta Contábil: 142123000 – Máquinas e Equipamentos Energéticos</b></p> <p>O valor de R\$ 86.505.448,23 (oitenta e seis milhões, quinhentos e cinco mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte e três centavos), constante no SIAFI, diverge do Relatório de Movimentação de Bens Móveis, que apresentou o saldo de dezembro/2014 no valor de R\$ 31.659.639,98 (trinta e um milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e trinta e nove reais e noventa e oito centavos), apresentando diferença de R\$ 54.845.808,25 (cinquenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e oito reais e vinte e cinco centavos).</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília (DF)	<b>Data</b>	23.02.2015
<b>Contador Responsável</b>	Elizane Velozo Costa Guedes	<b>CRC nº</b>	CRC – DF nº 018138/O-2

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto ao longo deste relatório, os esforços da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, no exercício de 2014, como nos anos anteriores, foram concentrados na melhoria da gestão interna, buscando sempre a eficiência e a qualidade nos serviços prestados aos usuários. Nesse sentido, além de intensificar a interlocução com seus parceiros e colaboradores, empenhou-se em assegurar os recursos humanos, logísticos e orçamentários imprescindíveis ao adequado funcionamento dos órgãos do Ministério no desempenho de suas competências regimentais.

Apesar de dificuldades pertinentes à área administrativa, em 2014, entre as diversas ações a cargo da SPOA, cabe ressaltar:

- o resultado do índice iGovPessoas divulgado pelo TCU (Acórdão 3.023/2013 – TCU – Plenário), no qual o MME obteve o primeiro lugar no grupo de organizações assemelhadas, o que comprova uma gestão adequada da área de recursos humanos. Nesse processo, a Sefip/TCU realizou levantamento em amostra de organizações para conhecer e avaliar a situação da governança e da gestão de pessoas na Administração Pública Federal;
- a execução orçamentária de 99,7%, ou seja, empenhos emitidos pelo MME em relação aos limites estabelecidos por Decreto, no que se refere às despesas discricionárias, excetuando as contempladas no PAC e as realizadas com benefícios ao servidor;
- a elaboração do “Guia para Eficiência Energética nas Edificações Públicas”, em parceria com o CEPTEL/Eletrobrás. Como parte do Projeto Esplanada Sustentável, o documento, aprovado pela Portaria MME nº 75, de 17/3/2015, tem por objetivo orientar os gestores na elaboração de editais para realização de diagnósticos energéticos e a implantação de medidas de eficiência propostas;
- a realização de todos os procedimentos licitatórios na modalidade de pregão eletrônico, representando uma economia de 23,97% entre o valor contratado e o valor estimado; e
- a implementação de medidas de logística sustentável, adotando boas práticas de gestão e uso racional de energia elétrica e de água, como também de materiais (papel e copos descartáveis) o que gerou uma redução no consumo. Igualmente, ocorreu uma economia no deslocamento de viagens a serviço. Sobre essas medidas, foi definido um cronograma para realização de campanhas educativas visando à divulgação e à conscientização das práticas de sustentabilidade, com ênfase no uso racional dos recursos públicos.